

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

JULIANO ZIMMERMANN

**GESTÃO EDITORIAL DA REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DE SANTA CATARINA (PGE/SC)**

**FLORIANÓPOLIS – SC
2022**

JULIANO ZIMMERMANN

**GESTÃO EDITORIAL DA REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DE SANTA CATARINA (PGE/SC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Unidades de Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Paula Carina de Araújo

**FLORIANÓPOLIS – SC
2022**

Ficha catalográfica elaborada por Juliano Zimmermann CRB-14/1090

Z74

Zimmermann, Juliano Ricardo.

Gestão editorial da revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC) / Juliano Ricardo Zimmermann - Florianópolis, 2022.
112 p. : il. color.

Orientadora: Paula Carina de Araújo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2022.

1. Periódico científico. 2. Editoração científica. 3. Revista da PGE
I. Araújo, Paula Carina de. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Unidades de Informação. III. Título.

JULIANO ZIMMERMANN

**GESTÃO EDITORIAL DA REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE
SANTA CATARINA (PGE/SC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Unidades de Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Paula Carina de Araújo

BANCA EXAMINADORA

Dr.^a Paula Carina de Araújo

UDESC

Membros:

Dr.^a Elaine Rosangela de Oliveira Lucas

UDESC

Me. Karolayne Costa Rodrigues de Lima

UFPR

Florianópolis, 28 de janeiro de 2022.

Esta dissertação é dedicada aos meu pais,
Rubem (*in memorian*) e Emília.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço pelo dom da vida, por ter minha saúde física e mental preservadas, mesmo atravessando um período de pandemia tão severa que ceifou tantas vidas.

Agradeço também, pelo privilégio que tive de ter cursado um programa de mestrado público e de qualidade, mesmo considerando a presente época em que o governo resolve retirar ainda mais investimentos da pesquisa, desvalorizando o ensino e sucateando as universidades. Sem contar que, menos de 1% apenas da população do nosso país, consegue obter acesso a cursos de mestrado e doutorado.

Agradeço também a minha família, minha mãe Emília, meu pai Rubem (*in memoriam*) e minha irmã Andréia, por todo o apoio e incentivo que tive ao longo de toda minha formação, para que esse sonho pudesse ser possível.

À minha mentora e orientadora, Dra. Paula Carina de Araújo, pela amizade, paciência, dedicação e competência em realizar seu trabalho com tamanha maestria, conduzindo de forma exemplar seu papel de intermediar o conhecimento. Gostaria que todos(as) mestrandos(as) pudessem ter a oportunidade de ter uma orientadora tão dedicada quanto ela foi comigo.

Aos meus colegas de turma, que permitiram deixar as aulas mais suaves, agradáveis e divertidas, principalmente Kariane, Lucas, Morena e Tuanny.

A todos os professores e professoras do programa, que compartilharam suas experiências e conhecimentos, cada um deixando a sua marca e contribuição ao longo deste magnífico processo de aprendizagem.

Aos membros da banca, Dr^a Elaine Rosangela de Oliveira Lucas (Lani) e a Me. Karolayne Costa Rodrigues de Lima (Karol), muito respeitosas, profissionais e atenciosas para comigo e minha pesquisa, com contribuições bastante pontuais e pertinentes.

Aos meus amigos, Léia, Lola, George, Maik, Thaís e tantos outros, que me promoveram momentos essenciais de diversão, alegria e relaxamento, mas que também souberam ouvir meus reclames sobre dificuldades e angústias, dando-me força para continuar essa trajetória.

Por fim, agradecer ao Governo do Estado, instituição na qual exerço efetivamente a profissão de bibliotecário, por permitir a liberação, ainda que parcial, das atividades de trabalho para cursar o mestrado. E a Procuradoria Geral do Estado (PGE) por permitir utilizar a Revista da PGE como objeto de estudo desta pesquisa.

RESUMO

Nesta pesquisa, apresenta-se uma proposta de reestruturação da Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC). Objetiva analisar os critérios de indexação do *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) para a reestruturação da sua gestão editorial. Fundamenta-se nas funções da editoração científica como base para propor uma política e gestão editorial para o periódico, objeto de estudo. Com relação às opções metodológicas, foram usadas a abordagem qualitativa do ponto de vista do problema, já em relação aos objetivos é aplicada e descritiva, quanto aos procedimentos, adotou-se a análise documental por meio do levantamento e manuseio de documentos primários. A pesquisa resultou na elaboração de uma proposta de Política e Gestão Editorial para a Revista da PGE, a partir da análise dos critérios de indexação do DOAJ e de portais de periódicos de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do sul do Brasil. Resultou ainda na proposta de gestão editorial para o periódico.

Palavras-chave: Periódicos. Editoração científica. Gestão Editorial. Política Editorial.

ABSTRACT

This research, a proposal for restructuring the Journal of the Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina is presented. It aims to analyze the indexing criteria of the Directory of Open Access Journals (DOAJ) for the restructuring of its editorial management. It is based on the functions of scientific publishing as a basis for proposing an editorial policy for the journal, object of study. Regarding the methodological options, the qualitative approach was used from the point of view of the problem, in relation to the objectives it is applied and descriptive, as for the procedures, the document analysis was adopted through the survey and handling of primary documents. The research resulted in the elaboration of an Editorial Policy proposal for the Journal of PGE, based on the analysis of the indexing criteria of the DOAJ and of journal portals of Federal Institutions of Higher Education (IFES) in southern Brazil. It also resulted in the editorial management proposal for the journal.

Keywords: Journals. Scientific publication. Editorial Management. Editorial Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução do periódico científico do suporte impresso ao eletrônico	21
Figura 2 - Funções do editor: proposta de organização para revista científica	40
Figura 3 - Ciclo do Processo Editorial	42
Figura 4 - Fluxograma do processo editorial	52
Figura 5 – Organograma da PGE	63
Figura 6 - Maturidade da Publicação.....	83
Figura 7 - Quadro de Pessoal do CEST.....	84
Figura 8 - Fluxo atual da Revista da PGE	86
Figura 9 - Corpo Editorial da Revista da PGE	90
Figura 10 - Estrutura proposta para a revista.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases do periódico científico moderno.....	22
Quadro 2 - Elementos de identificação de uma publicação periódica.....	25
Quadro 3 - Características dos Periódicos Científicos	27
Quadro 4 - Manifestos de Acesso Aberto e principais resultados	33
Quadro 5 - Funções Operativas do Editor Científico	37
Quadro 6 - Ações na Gestão Editorial	38
Quadro 7 - Atividades Editoriais de Periódicos Científicos.....	39
Quadro 8 - Ferramentas para a gestão editorial	43
Quadro 9 - Sistemas e ferramentas de edição.....	46
Quadro 10 - Descrição dos critérios de indexação mais relevantes	47
Quadro 11 - Critérios de indexação de periódicos no DOAJ	50
Quadro 12 - Estratégia de Busca	56
Quadro 13 - Formulário para exigibilidade da base <i>DOAJ</i>	57
Quadro 14 - Critérios adicionais para áreas específicas	71
Quadro 15 - Comparação de critérios Portais x DOAJ	74
Quadro 16 – Critérios não-coincidentes	75
Quadro 17 - Critérios do DOAJ x Revista da PGE	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1 Objetivo Geral	15
1.1.2 Objetivos específicos.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA	16
2 PERIÓDICO CIENTÍFICO.....	17
2.1 DEFINIÇÃO DE PERIÓDICO CIENTÍFICO.....	17
2.2 HISTÓRICO	18
2.3 CARACTERÍSTICAS DO PERIÓDICO CIENTÍFICO	24
2.4 ACESSO ABERTO E O PERIÓDICO CIENTÍFICO	29
3 GESTÃO DE PERIÓDICO CIENTÍFICO.....	36
3.1 GESTÃO EDITORIAL	36
3.2 FERRAMENTAS PARA A GESTÃO EDITORIAL	41
3.3 CRITÉRIOS DE INDEXAÇÃO	47
3.4 PLATAFORMA ELETRÔNICA	51
4 MATERIAIS E MÉTODOS	54
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	54
4.2 REVISÃO DE LITERATURA	55
4.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	56
5 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	60
5.1 A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (SC)	60
5.2 CENTRO DE ESTUDOS (CEST)	64
5.3 REVISTA DA PGE.....	65
6 CRITÉRIOS DE PERIÓDICOS.....	67
6.1 DOAJ	67
6.2 PORTAIS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DO SUL DO BRASIL COMO PRÁTICAS A SEREM SEGUIDAS.....	72
7 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DA REVISTA DA PGE PARA ADEQUAÇÃO AOS CRITÉRIOS DO DOAJ	77
7.1 CRITÉRIOS ATENDIDOS OU COINCIDENTES.....	79
7.2 CRITÉRIOS PARCIALMENTE ATENDIDOS	79
7.3 CRITÉRIOS NÃO ATENDIDOS.....	80
8 PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA REVISTA DA PGE	83
8.1 CENÁRIO ATUAL DA REVISTA	84
8.2 PROPOSTA PARA UMA GESTÃO EDITORIAL.....	86
8.3 PROPOSTA DE UMA POLÍTICA DE EDITORAÇÃO.....	96
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98

REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A – QUADRO GERAL DE OBJETIVOS DA PESQUISA	107
APÊNDICE B – PROPOSTA POLÍTICA EDITORIAL	108

1 INTRODUÇÃO

Os periódicos científicos são exemplos clássicos de meios de comunicação formais. Algumas razões para o seu surgimento são, por exemplo, a expectativa dos editores de obterem lucros e a crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo. Entretanto, destaca-se que o motivo principal estava vinculado à necessidade de comunicação de forma eficiente com um público crescente interessado em novas realizações (MEADOWS, 1999).

Para tanto, a presente pesquisa torna-se relevante ao estudar este assunto à luz da Ciência da Informação, visto que para Le Coadic (2004, p. 25), ela tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação, em especial: “a análise dos processos de construção, comunicação e uso, além da concepção dos produtos e sistemas que permeiam sua construção, comunicação, armazenamento e uso da informação”.

O periódico científico, desde o seu surgimento, contribuiu diretamente ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da comunicação científica, auxiliando na disseminação do conhecimento em todas as áreas. Nas últimas duas décadas, com a migração do periódico científico para o meio eletrônico/digital, sua capacidade de disseminação só aumentou, a considerar os periódicos adeptos ao movimento de Acesso Aberto. Outrossim, a comunidade científica reforça a responsabilidade de cada pesquisador em comunicar o que está sendo estudado. As publicações oriundas dessas pesquisas objetivam divulgar o que está sendo pesquisado, além de obter o reconhecimento dos pares e muitas vezes da comunidade em geral (ARAÚJO; MIGUEL, 2017).

Portanto, afirma-se que os periódicos científicos “[...] constituem a fonte documental principal que registra, organiza e expressa a produção científica, produção esta que é medida a partir do número e impacto dos artigos e outras comunicações publicadas em periódicos científicos” (PACKER; MENEGHINI, 2006, p. 237). Esse registro por meio de comunicações publicadas em periódicos científicos acontece em todas as áreas do conhecimento. Destaca-se que interessa para esta pesquisa a produção periódica da área do Direito. Pois propõe-se o estudo do periódico editado pela Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC), a Revista da Procuradoria Geral do Estado.

A necessidade da troca de informações e conhecimento também é comum para a área jurídica. Por essa razão, a utilização do periódico científico para a comunicação entre pesquisadores da área do direito é fundamental, à medida que oportuniza a disseminação de informações e conhecimentos. Um estudo realizado no Setor de Ciências Jurídicas da

Universidade Federal do Paraná (UFPR), por Araújo (2013), destacou a principal motivação entre docentes da área do direito, ao publicarem em periódicos científicos, como sendo a oportunidade de disseminar informações e conhecimentos. Posteriormente, outra pesquisa foi desenvolvida para reconhecer a motivação dos discentes do Programa de Pós-graduação em Direito da mesma instituição para publicar em periódicos científicos (ARAÚJO; MIGUEL, 2017).

Considerando a exigência advinda por programas de pós-graduação, por publicações de artigos científicos em periódicos com Qualis elevado - pelo fato de lhes render maior reconhecimento institucional - nota-se que “a preferência dos autores é por periódicos científicos de excelência, uma vez que é o tipo de publicação com maior peso nas avaliações, o que pode ser constatado nos documentos de área da CAPES¹ para as diversas áreas do conhecimento (ARAÚJO, MIGUEL, 2017).

Por compreender a necessidade de qualificação dos periódicos, a PGE/SC, por meio do Centro de Estudos (CEST), pretende investir em melhorias na gestão editorial da “Revista da Procuradoria Geral do Estado”, de modo a formar uma equipe editorial e estabelecer políticas alinhadas às boas práticas de comunicação científica. A revista é muito importante para a PGE, por ser um veículo de comunicação formal que busca tratar temas de relevância institucional e de importância para a advocacia pública. Até o momento, o foco da revista estava voltado para a divulgação de trabalhos dos servidores da instituição, principalmente de assistentes jurídicos e procuradores.

Foi recorrendo à pesquisa nas páginas das demais Procuradorias de Estado e do Distrito Federal, que se percebeu que cada um desses órgãos mantém sua publicação periódica própria, seja em meio físico ou digital. Atenta aos avanços tecnológicos e conchedora da importância e valorização resultante da publicação de um periódico científico devidamente formatado aos critérios exigidos pelas bases de dados indexadoras, a PGE/SC tem como objetivo transformar a gestão editorial da revista alinhada às boas práticas de editoração científica e ao contexto da ciência aberta.

Não dispondo em seu quadro funcional de um profissional com as competências necessárias para a realização do projeto, o CEST resolveu convidar o presente pesquisador a fim de desenvolver sua pesquisa sobre a temática apresentada. Por se tratar de um mestrado

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Trata-se de uma fundação do Ministério da Educação (MEC), responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação (mestrado e doutorado) em todo país.

profissional, a proposta se viabiliza, pois a pesquisa proporcionará a entrega de um produto ao seu término.

Diante do exposto, considerou-se como pergunta de pesquisa: Como adequar a Revista da PGE aos critérios de um periódico científico?

1.1 OBJETIVOS

Para auxiliar a responder a problemática desta pesquisa, foram desenvolvidos os objetivos descritos a seguir.

1.1.1 Objetivo Geral

Propor a reestruturação da política e da gestão editorial do periódico editado pela Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC), a Revista da Procuradoria Geral do Estado, por meio da análise dos critérios de indexação do *Directory of Open Access Journals* (DOAJ).

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar a Revista da PGE;
- b) Analisar a Revista da PGE com base nos critérios mínimos exigidos para indexação no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ);
- c) Apresentar proposta de automação do processo de editoração científica da Revista da PGE e uso do *software Open Journal System* (OJS).

1.2 JUSTIFICATIVA

A principal motivação, derivada da presente pesquisa, está na necessidade e curiosidade em conhecer o processo de editoração de um periódico científico da área do direito, nos moldes atuais, considerando as principais exigências que lhe proporcionam maior visibilidade e notoriedade. Do ponto de vista pessoal e institucional, a pesquisa também se justifica por atender à demanda solicitada a este pesquisador, por meio do Centro de Estudos da PGE/SC, de modo a entregar um produto capaz de resolver a problemática atual daquele órgão, que é a gestão editorial de sua Revista, elevando seu *status* ao de periódico reconhecido externamente.

É no campo da ciência da informação que se encontra a fonte para o conhecimento sobre a gestão da informação científica. Do ponto de vista científico, esta pesquisa investiga questões relacionadas à gestão editorial dos periódicos científicos e busca apresentar um panorama que seja útil para as pesquisas futuras sobre a temática e até mesmo para as que tiverem objetivos similares de adequação da política e gestão editorial de periódicos.

Por fim, contribuir para o Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo), atendendo à linha de pesquisa “Gestão de Unidade de Informação”, disponibilizando resultados da pesquisa materializados na resolução de problemas práticos, justificando a escolha pelo mestrado profissional.

1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta introdução buscou apresentar o tema da pesquisa, conjuntamente com sua problemática, objetivos e justificativa. A segunda seção de revisão de literatura apresenta o histórico da comunicação científica, passando pelo surgimento do periódico científico, sua importância para a ciência no tocante à guarda das descobertas realizadas pelas pesquisas contidas nos artigos, bem como sua disseminação e validação pela comunidade científica. Procura, ainda, trazer a definição de periódico científico, de forma a entender o que o define, além de mostrar suas características. Discorre também sobre o movimento de Acesso Aberto e sua importância.

Na terceira seção são descritas as características do processo editorial de um periódico científico digital, baseado na ferramenta OJS. Trata as etapas do fluxo editorial, dos critérios exigidos pela base DOAJ para que seja indexado por ela. A quarta seção apresenta os materiais e métodos empregados pela pesquisa, apontando suas características metodológicas, contendo os detalhes de como o estudo será realizado. A quinta seção apresenta a caracterização do objeto de estudo, ou seja, a Revista da PGE. A sexta seção apresenta os critérios dos periódicos científicos, em especial, aqueles abarcados pelo DOAJ. A sétima seção apresenta a análise dos critérios da revista com base nos critérios do DOAJ, buscando cruzar os coincidentes e aqueles que precisam ser introduzidos pelo periódico. A oitava seção traz a proposta de reestruturação da revista, incluindo a gestão e a política de editoração. Por fim, a nona seção contendo as considerações finais da pesquisa.

2 PERIÓDICO CIENTÍFICO

Esta seção discorre sobre o periódico científico, passando pelo seu surgimento, definição, principais características e sua inserção no contexto do acesso aberto, a partir do advento da internet.

2.1 DEFINIÇÃO DE PERIÓDICO CIENTÍFICO

A publicação periódica, ou simplesmente periódico, é aquela pertencente à categoria de publicações do tipo seriada, ou seja, que são editadas e publicadas em um intervalo de tempo pré-determinado, recebendo numeração para identificação, acompanhamento e ordem dos fascículos.

Não deve ser confundida com coleção ou série editorial de monografias ou mesmo com o fim de constituir uma publicação editada em partes, que objetiva tornar-se uma coleção completa. Pode ser apresentada sob a forma de uma revista, jornal, boletim, entre outros (ABNT, 2002).

Para Stumpf (1998, p. 2) complementa que os periódicos

[...] se constituem em uma das categorias das publicações seriadas, que apresentam como características particulares serem feitas em partes ou fascículos, numeradas progressiva ou cronologicamente, reunidas sob um título comum, editadas em intervalos regulares, com a intenção de continuidade infinita, formadas por contribuições, na forma de artigos assinados, sob a direção de um editor, com um plano definido que indica a necessidade de um planejamento prévio.

Outra definição possível é a de que o periódico é um fascículo inserido em uma série contínua sob o mesmo título, publicado a intervalos regulares, por tempo ilimitado, sendo cada fascículo numerado consecutivamente e com indicação de data. No tocante ao periódico científico, este geralmente proveniente das áreas científicas e tecnológicas, que, por publicar artigos de pesquisa originais, é considerado indispensável aos pesquisadores, professores e estudantes de uma área temática. É geralmente editado por uma instituição acadêmica, no qual a maioria dos artigos relata resultados de pesquisa (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

Segundo a NBR 6021, o periódico científico, impresso ou eletrônico, é uma “publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas, e destinada a ser continuada indefinidamente” (ABNT, 2015, p. 4).

Fachin (2002, p. 31) apresenta um entendimento sobre periódicos científicos, um pouco mais aprofundado, relatando inclusive a sua percepção sobre a forma, autoria, edição e até mesmo o percentual de artigos científicos publicados:

[...] são todas ou quaisquer tipos de publicação editadas em números ou fascículos independentes, não importando a sua forma de edição, ou seja, seu suporte físico (papel, CD-ROM, bits, on-line), mas que tenham um encadeamento sequencial e cronológico e ser editada, preferencialmente, em intervalos regulares, por tempo indeterminado, atendendo às normalizações básicas de controle bibliográfico, trazendo a contribuição de vários autores, sob a direção de uma pessoa ou mais (editor), de preferência uma entidade responsável (maior credibilidade). Poderá, igualmente, tratar de assuntos diversos (âmbito geral) ou de ordem mais específica, cobrindo uma determinada área do conhecimento, mas que deverá apresentar a maioria (+ de 50%) de seu conteúdo em artigos científicos, ou seja, artigos assinados oriundos de pesquisas, identificando métodos, resultados, análises, discussões e conclusões, bem como, disponibilizar citações e referências, comprovando os avanços científicos.

Essa caracterização é necessária para que se possa separar o conceito de periódico científico do conceito de revistas técnicas e comerciais ou outras publicações seriadas, que não se alinham ao caráter científico. Este tipo de periódico é voltado aos interesses da indústria e do comércio, tendo como função interpretar, comentar e/ou informar sobre o desenvolvimento de novos processos, produtos, serviços, equipamentos e materiais. Logo, são dedicados para a área produtiva e comercial (MUELLER, 2000). Portanto, na próxima seção, serão apresentadas as características de um periódico científico.

2.2 HISTÓRICO

O estabelecimento de formas de comunicação entre os cientistas foi crucial para o desenvolvimento da ciência pelo mundo. Esse processo foi se desenvolvendo de forma gradual, desde o seu surgimento, e acompanhando as mudanças sociais e econômicas da sociedade. É possível afirmar que a comunicação científica foi se transformando com as inovações que foram surgindo com o passar do tempo, uma delas foi o surgimento do periódico científico.

De acordo com Blattmann e Bonfá (2006, p. 43) “a atividade científica tem como principal elemento propiciar a comunicação entre os cientistas, utilizar a disseminação da ciência e estimular o aprender a apreender considerado primordial na Sociedade do Conhecimento.”

No século V a.C, na antiga Grécia, o registro do conhecimento científico, além da consagrada forma oral, já era realizado sob a forma escrita, por meio de papiros, que eram depositados em bibliotecas. Tempos mais tarde, já no século I d.C, passaram a ser substituídos

pelos pergaminhos, pois eram mais resistentes ao manuseio e para conservação. Inclusive, essa característica permitiu a confecção de códices, ou seja, eram costurados de forma semelhante como são feitos alguns tipos de livros atuais. O pergaminho foi utilizado, principalmente na Europa, até próximo do século XIV. A invenção do papel, na China em 105 a.C, agradou alguns mercadores, que levaram o produto a partir do século VIII, inicialmente para nações árabes e para o Egito, até chegar a Europa, entrando pelo Mediterrâneo. No século XIV o pergaminho já havia se tornado ultrapassado, sendo substituído pelo papel. A imprensa de Gutenberg, em meados do século XV, fez aumentar consideravelmente o uso do papel, principalmente porque ele facilitava a impressão e difusão de documentos (CÔRTEZ, 2006).

Considerando que no século XVII o livro ascendeu como forma de disseminar o conhecimento, e que apesar de as publicações terem aumentado expressivamente, comparado com os ciclos anteriores à época, o processo de produção de um livro era ainda bastante moroso, pois tratava-se de um trabalho artesanal, não dando conta da demanda – que aguardava ansiosa pelas novidades trazidas por eles. Somado ao fato apresentado, estavam os custos da publicação e da logística que eram muito elevados (CÔRTEZ, 2006).

Meadows (1999, p. 5) explica que “a transição da forma manuscrita para a forma impressa não se deu instantaneamente.” Mesmo entre os séculos XVII e XVIII a prática da escrita de noticiários e até mesmo livros manuscritos era recorrente. É interessante notar que as ideias circulavam inicialmente por meio de cartas manuscritas entre pequenos círculos de amigos que poderiam analisá-las e até mesmo testá-las antes de enviar a resposta. Percebeu-se que se o objetivo era circular as ideias em um grupo maior, era mais fácil imprimir a carta do que escrevê-la a mão. Foi quando, na segunda metade do século XVII, surgiram as primeiras revistas científicas.

Ademais, a troca de cartas manuscritas entre a comunidade científica já não era um método suficientemente ideal para compartilhar informações, além de ser considerada informal. A necessidade de otimizar e deixar a comunicação mais eficiente possível, era, portanto, evidente. Para isso, a comunicação teria que ganhar caráter formal para ficar mais tempo à disposição do seu público-alvo e também para ampliá-lo, conforme a demanda por informação científica aumentava (MEADOWS, 1999, p. 8).

Outro ponto importante foi a transição que a ciência sofreu, lembrando que até o século XVI, a ciência era pensada por filósofos que se valiam da argumentação e da dedução para explicar os fenômenos naturais. Já no século seguinte iniciou-se um processo novo, em que os estudiosos e cientistas passaram a exigir mais para compreender e aceitar as explicações propostas, e assim, a dedução caiu degraus, deixando de ser o método principal de pesquisa.

Então, pesquisadores passaram a exigir evidências baseadas em observações e experiências empíricas para que o conhecimento resultante fosse considerado científico (MUELLER, 2000, p. 73).

Da preocupação de melhorar os métodos, a chamada ciência moderna, foram criadas as primeiras sociedades com o intuito de interligar os cientistas e dar maior agilidade à comunicação científica, divulgando as descobertas que eram realizadas. A partir da fundação da *Académie Royale des Sciences*, em Paris, no ano de 1662, e da congênere inglesa, *Royal Society of London*, ambas preocupadas com a finalidade de colaborar na disseminação e troca de informações técnico-científicas, são publicados: o *Journal des Scavans* e o *Philosophical Transactions*, respectivamente, tornando-se mais rápidos que as correspondências de cunho pessoal, livros e os tratados, isto é, surgiu o periódico científico (FACHIN, 2002; HILLESHEIM, 2006).

Ressalta-se o papel fundamental das sociedades científicas para o aprimoramento da comunicação científica, visto que por vezes, esse era o tema tratado durante os encontros ordinários e extraordinários, como as conferências que reuniam a comunidade científica (APPEL, 2019).

No entanto, o formato dos periódicos científicos da época era bastante diferente do que conhecemos atualmente. De acordo com o estudo comparativo, desenvolvido por Meadows (1974 *apud* SILVA, 2001, p. 13), o periódico antigo, principalmente os ingleses editados até o século XVIII, reunia as seguintes características: seus títulos eram bastante extensos e continham descrição; não incluíam resumos; as referências raramente eram apresentadas, e quando eram, ficavam dispostas no corpo do texto ou em notas de rodapé; não havia rigor na apresentação de dados; não havia padronização quanto ao número do volume e o ano de publicação, e por vezes, ambas não apareciam juntas; não haviam citações.

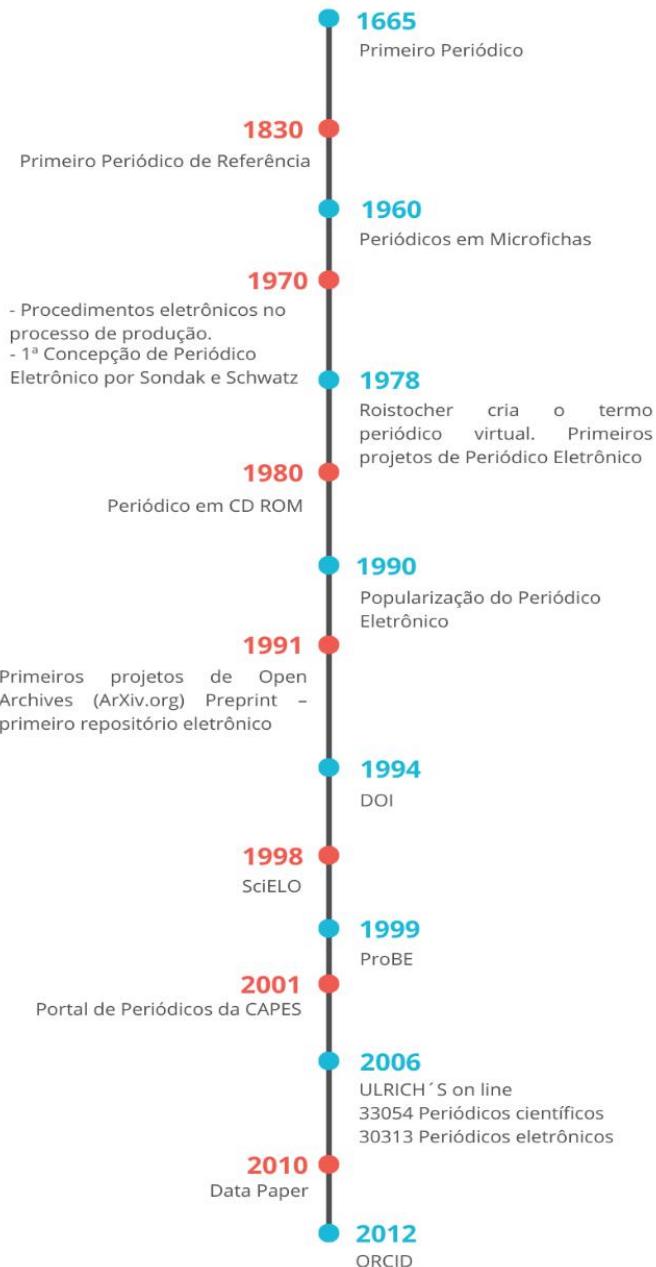
Desde então, o periódico científico tem crescido exponencialmente, em todas as áreas do conhecimento, tornando-se vital para a multiplicação da ciência pelo mundo, tornando-se inclusive, em um poderoso veículo dinâmico da informação com velocidade compatível com a abrangência e atualização constante do assunto, constituindo-se num material bibliográfico fundamental para o estudo e pesquisa (SOUZA, 1992).

A partir do ano de 1994, houve o desenvolvimento muito acentuado da *internet*, que modificou drasticamente o acesso à informação. Esse período ficou marcado como o momento de transição na comunicação científica, a qual passou de um sistema de publicação tradicional (bastante rígido), para um sistema eletrônico de publicação, mais aberto e direto. No início,

esses dois sistemas conviveram praticamente de forma independente, no entanto, cada vez mais mostram sinais de convergência (MUELLER, 2000, p. 82).

Como forma de percepção do periódico científico ao longo do tempo, apresenta-se a figura 1, que remonta, de forma gráfica, sua evolução, desde o seu surgimento em 1665, atravessando o suporte impresso até sua consolidação ao meio eletrônico no ano de 2006.

Figura 1 - Evolução do periódico científico do suporte impresso ao eletrônico



Fonte: Adaptado e atualizado a partir de Oliveira (2006, p. 46).

Ainda considerando o contexto histórico do periódico científico, verifica-se por meio do Quadro 1 – apresentado por Pereira (2019, p. 36) com base nos argumentos de Campbell

(2012), o intervalo que se estende desde meados do século XX até o início do século XXI, destacando as quatro fases que caracterizam a evolução editorial de periódicos científicos comerciais.

Quadro 1 - Fases do periódico científico moderno

Fase	Descrição
1 - Descoberta (1946-1968)	Inicia-se pelo lançamento do periódico <i>Byophisica Acta</i> em 1946 como exemplo de modelo de negócio de sucesso para um periódico científico internacional. Esta fase é marcada por investimentos para consolidar o mercado editorial.
2 - Exploração (1968-1987)	Casas editoriais com e sem fins lucrativos investiram no lançamento de novos periódicos e no crescimento dos mesmos culminando na “crise dos periódicos”.
3 - Gestão (1987-2000)	Periódicos precisaram agir de forma mais cautelosa, buscando aprimorar sua eficiência por meio de novas tecnologias e promover economias de escala por meio de aquisições e fusões.
4 - Reinvenção (2000-)	Marca a sobrevivência do periódico científico comercial na migração para o formato digital, graças à demanda das bibliotecas de instituições de pesquisa.

Fonte: Campbell (2012, p. 3-5) e Pereira (2019, p. 36).

As funções do periódico científico moderno vão além da divulgação dos resultados de uma pesquisa. A *Royal Society of London*, ativa até os dias atuais, revela outras quatro funções atuais para o periódico científico: comunicação formal; preservação do conhecimento registrado; estabelecimento da propriedade intelectual; e a manutenção do padrão da qualidade na ciência (MUELLER, 2000, p. 76).

O periódico científico ganhou importância e notoriedade entre pesquisadores, universidades e unidades de informação diversas, essa percepção conferiu às editoras o interesse monetário que ele passou a representar. Em meados do século XX, a produção científica teve picos bastante elevados. Eram muitas as inovações que surgiam a todo momento e precisavam ser divulgadas, além de outras que surgiram e necessitavam de insumos informacionais para satisfazer as pesquisas em que se encontravam (APPEL, 2019).

Silva (2001) relata que entre as razões que estimularam o surgimento do periódico científico, está a expectativa de lucro, por parte dos editores. Isto é, havia a convicção de que para acontecer descobertas e inovações, era indispensável a apresentação das ideias e pesquisas para os pares da ciência, a fim de promoverem o debate coletivo, por meio da comunicação formal e eficiente dada por esses veículos. Além do que, enquanto registro, o periódico é objeto de controle da qualidade por parte do editor, e acaba se tornando estoque do conhecimento a

que lhe é depositado ao longo das edições. Outrossim, para a aceitação de artigos, é necessária a passagem destes por um conselho editorial para que seja validada a produção científica, contribuir para o caráter público da ciência e garantir prioridade de autoria.

Foi a partir da “explosão informacional” que organismos internacionais, como por exemplo a ONU, por meio da UNESCO, incentivaram a criação de sistemas globais de informação para a área científica, com o sentido de coordenar e propor metodologias comuns, diante do cenário crescente de instituições voltadas para a disseminação da informação (APPEL, 2019).

Nesta época também surgem organizações privadas, de finalidade econômica, com a intenção de oferecer suporte à comunidade científica. Elas se apresentaram como: editoras científicas comerciais, provedores de bases de dados científicos, entre outros, que ofereciam este serviço por meio de assinaturas de seus produtos. Com o passar do tempo, essas organizações privadas passaram a formar verdadeiros monopólios e oligopólios, o que prejudicou grande parte dos pesquisadores, seja pela necessidade de consumo dos produtos e serviços comercializados, seja pela disseminação do resultado de suas próprias pesquisas, que também era promovido por elas (APPEL, 2019).

Os elevados custos que incidiam sobre os pesquisadores vinham crescendo vertiginosamente, provocando um verdadeiro caos, inviabilizando a pesquisa, em muitos casos. Constituía-se aí “um mercado editorial científico, acompanhado de um sistema produtivo voltado para a geração, processamento e distribuição de documentos, produtos e serviços de informação em ciência e tecnologia”. A chamada “crise do periódico científico” foi desencadeada diante dos altos custos das assinaturas, inviabilizando as bibliotecas universitárias de manter o serviço ativo (APPEL, 2019).

Em razão do cenário instaurado, por conta da referida crise, surgem soluções para tentar frear as dificuldades de acesso, com a finalidade de buscar alternativas para manter o acesso aos periódicos por meio de portais, como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que não é de acesso livre, porém, as instituições participantes podem ter acesso aos periódicos assinados, fora delas, é permitido acesso mínimo, bastante restrito. Entretanto, a negociação com as editoras ocorre de forma cuidadosa, pois elas não se interessam em disponibilizar seus títulos de forma livre. Ressalta-se que o acesso às publicações, das principais editoras comerciais, é bastante oneroso, visto que somente no ano de 2004 a CAPES investiu mais de 21 milhões de dólares para manter seu portal funcionando (KURAMOTO, 2006).

Ainda segundo Kuramoto (2006), as pesquisas científicas, em sua maioria, são financiadas pelo Estado, portanto, com recursos públicos. Sendo assim, do ponto de vista ético, os resultados dessas pesquisas deveriam ser de livre acesso, no entanto, geralmente isto não acontece no sistema de comunicação científica tradicional, isto é, para ter acesso à informação científica produzida, mesmo financiada pelo Estado, o pesquisador ainda precisa desembolsar para pagar uma assinatura para conseguir acesso.

Rios, Lucas e Amorim (2019, p. 150), acrescentam:

Um novo contexto surge com os periódicos científicos eletrônicos, o Acesso Aberto à informação, que vem apresentando um crescimento significativo ao longo dos últimos anos. Enquanto na América do Norte e Europa, a necessidade de Acesso Aberto surge por causa dos valores exorbitantes cobrados no acesso aos artigos, na América Latina a questão é motivada pela falta de publicação científica no idioma local, além da cobrança que inviabilizava o acesso de países pobres e emergentes aos conteúdos essenciais à produção científica.

A partir dessas percepções, registra-se a importância do surgimento desse movimento que desde a sua concepção, exige maior liberdade nos meios de produção científica, para não se tornar reféns do mercado. Esse movimento rendeu várias ideias ligadas à ciência aberta, tema que será abordado no item 2.4.

2.3 CARACTERÍSTICAS DO PERIÓDICO CIENTÍFICO

As características encontradas em periódicos devem ser observadas para distingui-los de outras publicações seriadas. Quanto à denominação “periódico”, Stumpf (1998, p. 2, grifo nosso) apresenta os termos dispostos na literatura brasileira,

[...] palavras como publicações periódicas, periódicos, publicações seriadas e revistas se apresentam tanto como sinônimos como gênero e espécie. Neste sentido, publicações seriadas são consideradas como a categoria maior e mais abrangente, podendo ser definida como publicações editadas em partes sucessivas, com indicações numéricas ou cronológicas, destinadas a serem continuadas indefinidamente. Elas incluem, como espécie, **periódicos**, jornais, anuários, anais de sociedades científicas, entre outros.

A padronização acaba sendo determinante para o surgimento de características próprias atreladas às publicações periódicas, em especial ao periódico científico, visto que já foi demonstrado, anteriormente nesta seção, que o ato de publicar artigos é praxe da comunidade científica para comprovação da pesquisa científica junto aos pares.

O periódico científico pode ser editado no formato impresso ou eletrônico/digital. O formato impresso é cada vez mais raro em razão da migração para o formato eletrônico/digital, provocado pela facilidade, redução de custos de impressão e distribuição, além de considerar a facilidade de armazenamento e recuperação de seus fascículos.

As características encontradas nos periódicos científicos são as mesmas percebidas no seu formato impresso ou digital. Segundo Fachin e Hillesheim (2006, p. 88-93), uma publicação periódica científica é identificada por elementos considerados fundamentais para a sua identificação, conforme trata a NBR 6021/2015. Por sua vez, a norma relata os elementos principais que periódicos devem conter, respaldada em estudos e pesquisas em nível internacional, por sua equivalência com as normas ISO 8 (1977). São eles:

Quadro 2 - Elementos de identificação de uma publicação periódica

Elementos	<p>Capa: proteção externa do documento sobre a qual se imprimem as informações indispensáveis à sua identificação;</p> <p>Catalogação na fonte (ficha catalográfica): registro das informações que identificam a publicação na sua situação atual, também conhecida como dados internacionais de catalogação;</p> <p>Comissão editorial: identifica o grupo de pessoas responsáveis pela seleção de textos a serem publicados, que se enquadrem na política editorial estabelecida pelo fluxo editorial;</p> <p>Conselho editorial: grupo de pessoas encarregadas de elaborar as diretrizes, estabelecendo o perfil político-filosófico editorial de uma editora;</p> <p>Conteúdo: geralmente composta por artigos originais assinados por diferentes autores, resenhas e notas sobre livros e/ou outras publicações, comunicações técnico/científicas, atualidades e noticiários relevantes dentro de sua área de atuação. Seus artigos podem ou não ser ilustrados, acrescidos de anexos. Eventualmente poderão aceitar tradução de artigos internacionais, desde que autorizados, bem como anúncios comerciais (que raramente estão incluídos na paginação). O conteúdo está atrelado à área de atuação da publicação, suas diretrizes básicas e seus objetivos;</p> <p>Créditos: indicação dos nomes pessoais ou institucionais e da natureza da participação intelectual, artística, técnica ou administrativa na elaboração da publicação;</p> <p>Data: a data registrada no fascículo revela o intervalo entre a publicação dos mesmos, ou seja, a frequência em que são publicados. Deve conter o mês e o ano;</p> <p>Direito autoral: proteção legal que o autor ou responsável – pessoa física ou jurídica – tem sobre a sua produção intelectual, científica, técnica, cultural ou artística;</p> <p>DOI (digital object identifier): código-padrão atribuído para identificar objetos digitais;</p> <p>Editor: responsável pela direção de uma publicação;</p> <p>Editora: casa publicadora, pessoa ou instituição responsável pela produção editorial de uma publicação;</p> <p>Editorial: texto elaborado pelo editor/redator e/ou pessoa convidada, que apresenta o conteúdo do fascículo em edição, as possíveis alterações de objetivos, além das normas e comissão eleitoral, e deve ser colocado após o sumário;</p> <p>Encarte: folha ou caderno, em geral de papel ou formato diferente, contendo ou não ilustrações, intercalado no miolo, sem ser incluído na numeração;</p> <p>Errata: lista dos erros ocorridos no texto, seguidos das devidas correções;</p> <p>Fascículo ou número: unidade de um periódico científico;</p> <p>Índice: enumera em ordem alfabética ou sistemática, os elementos contidos em um ou mais volumes do periódico (autores, títulos, assuntos). O índice costuma ser publicado no último fascículo do volume seguinte ou na forma de suplemento. Se não for publicado para cada volume, individualmente, pode ser apresentado um índice cumulativo de tempos em tempos.</p> <p>Instruções editoriais para autores:</p>
-----------	--

	<p>ISSN (<i>International Standard Serial Number</i>): número normalizado para periódicos científicos, costuma ser impresso em todos os fascículos do periódico, em posição de destaque, de preferência na página de rosto, logo acima da legenda bibliográfica, ou, na falta desta, no canto superior à direita da página de rosto. Deve aparecer, também, na contracapa.</p> <p>Legenda bibliográfica: conjunto de dados essenciais destinados à identificação de um periódico científico e dos artigos nele contidos. Costuma figurar no rodapé da folha de rosto e em cada uma das páginas do texto [...]. Na folha de rosto, a legenda bibliográfica traz os seguintes dados: título abreviado, local onde está estabelecida a redação do periódico, número do volume, número do fascículo, número da página inicial e final do fascículo com um todo, data da edição do fascículo;</p> <p>Local: cidade onde está estabelecida a editora;</p> <p>Lombada/dorso: parte da capa da publicação impressa;</p> <p>Numeração dos volumes: costuma ser contínua, progressiva e registrada em algarismos arábicos e deve corresponder ao ano civil. Da mesma forma, a numeração dos fascículos, deverá ser contínua, progressiva e registrada em algarismos arábicos. Porém, poderá iniciar ou ser contínua a numeração dos fascículos em cada volume. Cada fascículo recebe apenas um número, exceto quando for necessário indicar a reunião de dois ou mais fascículos publicados conjuntamente;</p> <p>Página de rosto ou Folha de Rosto: página impressa ou eletrônica que contém os elementos essenciais à identificação da publicação;</p> <p>Paginação: a numeração das páginas, do primeiro ao último fascículo, do volume da publicação é sequencial, em algarismos arábicos, constituindo uma característica de volume. Essa numeração recomeça a cada volume. Na prática observa-se que a numeração das páginas costuma ser contínua em cada fascículo, na maioria dos periódicos científicos. Ou seja, inicia a cada fascículo com página (1) um e, assim, sucessivamente, dentro do mesmo volume. Em outro periódico científico pode aparecer a paginação progressiva e referir-se ao mesmo volume, mas como seus fascículos consecutivos. As páginas de anúncio não são numeradas;</p> <p>Periodicidade: a divisão do volume em fascículos corresponde à periodicidade da publicação, portanto, está condicionada ao intervalo existente no aparecimento entre um e outro fascículo. Isto é, pode-se dizer que a periodicidade corresponde ao intervalo de tempo entre um fascículo e outro, variando de periódico para periódico. Existem alguns periódicos internacionais que adotam outras divisões, como as estações do ano. Em sua maioria, o periódico científico adota as padronizações de volume e fascículos por ano de edição;</p> <p>Projeto gráfico: formato e definição das características gráfico-visuais de uma publicação;</p> <p>Sumário: costuma figurar no início do fascículo, na folha de rosto do periódico científico, mesmo quando esta for a própria capa da publicação. Enumera as seções e/ou artigos de um fascículo apresentando-as na ordem que se sucedem dentro do fascículo na língua de seus respectivos conteúdos;</p> <p>Suplementos: parte de um periódico com material extraordinário e de apoio que acompanha alguns ou todos os seus fascículos. Os suplementos podem ser regulares ou ocasionais;</p> <p>Título: termo, expressão ou frase que identifica o periódico científico. Poderá indicar a área do conhecimento de sua atuação, sendo complementado por subtítulo;</p> <p>Volume ou ano: resultado da acumulação de certo número de fascículos sucessivos de um mesmo título de periódico. O volume ou ano é independente do fator periodicidade e nem sempre corresponde ao ano civil.</p>
--	--

Fonte: Adaptado de Fachin e Hillesheim (2006, p. 88-93) e ABNT (2015).

Existem ainda os elementos considerados importantes para a apresentação física dos periódicos científicos. A NBR 6021:2015, destaca-os da seguinte forma: pré-textuais, textuais e pós-textuais:

- Elementos pré-textuais: folha de rosto, errata, sumário e editorial;
- Elementos textuais: corpo textual do periódico, incorporando os artigos, revisões, estudos de casos, entre outros que podem ser agrupados em seções, conforme o assunto ou gênero do trabalho;

- Elementos pós-textuais: são inseridas as informações que complementem o periódico, como: índices e instruções editoriais para autores (ABNT, 2015, p. 6-8).

Para Gonçalves, Ramos e Castro (2006) as características do periódico científico estão distribuídas em duas categorias: aspectos formais e aspectos de conteúdo. No tocante aos aspectos formais, estão incluídos: periodicidade e pontualidade, duração, normalização, trabalho editorial, difusão e indexação, endogenia e indicadores bibliométricos. Com referência aos aspectos de conteúdo, as autoras incluem os seguintes itens: caráter científico, revisão por pares e corpo editorial.

O quadro 3 a seguir, apresenta o detalhamento das características do periódico científico, segundo os aspectos definidos pelos autores.

Quadro 3 - Características dos Periódicos Científicos

ASPECTOS FORMAIS	
Periodicidade e pontualidade	A periodicidade adotada pela revista e a pontualidade de publicação refletem, na prática, sua capacidade de sustentar um fluxo constante de artigos e a eficiência da gestão editorial.
Duração	A duração está relacionada com o tempo de existência que o periódico possui, geralmente sinaliza tradição e êxito na manutenção da publicação, uma vez que títulos recentes têm maior tendência à descontinuidade.
Normalização	A normalização está voltada ao cumprimento de padrões e normas editoriais e bibliográficas estabelecidas.
Trabalho editorial	O trabalho editorial deve incluir a prática de revisão do estilo e linguagem científica e do uso correto das normas pelos autores. Outrossim, deve incluir a preocupação com a qualidade das traduções, a fim de não comprometer a avaliação do periódico.
Difusão e indexação	A difusão e a indexação são elementos ligados à preocupação com a eficiência e eficácia na divulgação e distribuição do periódico. Quanto à indexação, essa deve considerar o maior número de bases nacionais e internacionais para garantir visibilidade e disseminação.
Endogenia	A endogenia afere o grau de abertura de um periódico no que tange à origem dos artigos, sendo melhor avaliados aqueles que recebem conteúdos institucionais, regionais, nacionais e internacionais, evitando a concentração de ambos os níveis.
Indicadores bibliométricos	Os indicadores bibliométricos são utilizados para medir o fator de impacto e a frequência de citações. São aplicados na avaliação de desempenho de periódicos científicos.
ASPECTOS DE CONTEÚDO	
Caráter científico	O caráter científico se refere à preocupação de publicação, na maior parte, de pesquisas originais. Em manter o alinhamento temático dos artigos publicados com a missão do periódico. Em utilizar metodologia e estrutura adequadas na redação dos artigos. E finalmente, a relevância das contribuições publicadas para o avanço do conhecimento, importância e originalidade para a área temática.
Revisão por pares	A revisão por pares é a validação por parte da comunidade científica, definindo os critérios e regras adotadas, para a avaliação dos trabalhos a serem aceitos pelo periódico. A transparência é fundamental para o processo.
Corpo editorial	O corpo editorial é formado por pesquisadores de renome, atuantes na área, e que sejam oriundos de várias instituições nacionais e internacionais.

Fonte: Adaptado de Gonçalves, Ramos e Castro (2006).

No que tange à publicação periódica eletrônica, a NBR 6021 (ABNT, 2015, p. 12-13), recomenda que sua estrutura contenha os seguintes elementos:

- Tela de abertura:
 - a) título e subtítulo, se houver, da publicação, por extenso;
 - b) número padrão internacional para publicações seriadas (ISSN), conforme a ABNT NBR 10525 (ABNT, 2005);
 - c) *Digital Object Identifier* (DOI), se houver;
 - d) nome da instituição responsável pelo periódico;
 - e) título imediatamente anterior, se houver;
 - f) recursos de acesso ao conteúdo do periódico (abas, guias, *menus*, *hiperlinks*, caixas de busca, entre outros).
- Sumário;
- Editorial;
- Créditos;
- Histórico da publicação;
- Instruções editoriais para os autores;
- Índice.

Falando especialmente de periódicos científicos eletrônicos, existem algumas características que lhes são exclusivas, visto que o meio em que estão inseridos favorece toda uma dinâmica única, a começar pela forma de comunicação, se utilizando de sistemas ou plataformas que dão agilidade para o processo de editoração, além de conferir melhor desempenho na relação entre os avaliadores e os materiais avaliados, pois, a preservação do sigilo foi um ponto bastante melhorado. Pode-se ainda, citar outras características como a forma de indexação – buscando atender critérios relativos ao meio eletrônico (DOI pode ser um exemplo); quanto ao armazenamento de dados e metadados (de autores, avaliadores, pareceres, publicações etc); quanto à acessibilidade (acesso à informação variado, incluindo áudio e descritores); sobre disseminação e, até mesmo, a experiência da interação que já vem sendo praticada.

Esta subseção buscou apresentar as características mais relevantes de um periódico científico. Na seção 3, será tratada a gestão editorial dos periódicos com maior nível de detalhamento.

2.4 ACESSO ABERTO E O PERIÓDICO CIENTÍFICO

Nos tópicos anteriores desta pesquisa, foram apresentados conceitos que demonstraram que a comunicação foi primordial para o avanço da ciência, desde a apresentação das ideias na forma oral, passando pela troca de cartas entre os cientistas, até a publicação do primeiro periódico científico. Acredita-se que a intermediação entre os pesquisadores, deve ser encarada como uma missão que visa facilitar a comunicação científica e não sua exploração, por vezes, perversa e gananciosa, patrocinada por monopólios ou oligopólios editoriais, que criam barreiras que evitam a livre circulação do conhecimento e os benefícios que vêm com ele.

Cada vez mais, pessoas e organizações diversas, incluindo setores da ciência, vêm discutindo e se convencendo dos benefícios mútuos que a prática do compartilhamento pode trazer. Com o passar do tempo, a sociedade tem percebido que a exploração econômica severa, promovida pelo capital, pode ser extremamente nociva, desta forma, foram iniciados movimentos interessantes de resistência em vários segmentos.

Na economia, promoveu-se recentemente o surgimento de um conceito chamado *sharing economy*, conhecido no Brasil como economia colaborativa – que, em tese, implica em uma economia na qual os bens e os serviços são obtidos de forma compartilhada pelas pessoas. O valor não está baseado na necessidade de se ter algo, mas sim na sua utilidade. Pode-se ter como exemplo, a compra de um veículo por um condomínio para uso coletivo ou o surgimento de serviços que se utilizam de aplicativos para compartilhamento de veículos particulares – carona ou viagens programadas, entre outras formas (CIPRIANI; CARNIELLO, 2018).

O setor de tecnologia, mais precisamente da computação, também deu a sua contribuição, já no início dos anos de 1980, quando se trata da criação e adoção de *softwares* livres (*opensource software*) e da promoção de licenças do tipo *copyleft*, documentadas no chamado *GNU Manifesto*², em contraposição a softwares comercializados e altamente restritos (fechados). O movimento gerou uma verdadeira revolução, possibilitando o surgimento de outros *softwares* livres, visto que a intenção é deixá-los em domínio público, e assim, facilitar sua utilização pela coletividade, em prol do desenvolvimento e manutenção de várias organizações e pessoas pelo mundo, inclusive pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa, de forma ampla e aberta (APPEL, 2019).

² O Manifesto GNU foi escrito por Richard Stallman, no ano de 1985, com a finalidade de receber apoio no desenvolvimento do sistema operacional GNU, que pela tradução livre, significa: Gnu Não é Unix (“GNU's Not Unix”). Trata-se de um sistema de software livre, completo e compatível com o Unix. Retirado de: <https://www.gnu.org/gnu manifesto.pt-br.html>.

Novas agendas têm sido propostas pela e para a ciência, todas elas baseadas na paz e no bem comum, um movimento que busca promover: a melhoria da qualidade de vida da população; o aumento do nível educacional e cultural da população; a promoção de um cuidado verdadeiro para com o meio ambiente e os recursos naturais; a criação de mais oportunidades de emprego e de maior qualificação dos recursos humanos; o aumento da competitividade econômica e a redução dos desequilíbrios regionais (UNESCO, 2003).

Silva e Silveira (2019, p. 2) buscam responder ao que é a Ciência Aberta, da seguinte forma:

A Ciência Aberta é um movimento que incentiva a transparência da pesquisa científica desde a concepção da investigação até o uso de softwares abertos. Também promove esclarecimento na elaboração de metodologias e gestão de dados científicos, para que estes possam ser distribuídos, reutilizados e estar acessíveis a todos os níveis da sociedade, sem custos. Propõe, ainda, a colaboração de não cientistas na pesquisa, ampliando a participação social por meio de um conjunto de elementos que dispõem de novos recursos para a formalização da comunicação científica.

Atualmente a pandemia da Covid19, que assola o planeta, reforçou a importância do movimento pela ciência aberta, diante da iminência no compartilhamento de experimentos, do andamento das pesquisas - por meio da abertura de seus dados, por vários grupos pesquisadores distribuídos pelo mundo. Nessa situação, em que o tempo é bastante precioso, os esforços se fazem necessários para o salvamento de milhares de vidas que ainda podem ser perdidas pelo globo.

O Acesso Aberto é considerado uma das dimensões da ciência aberta. É um movimento patrocinado por organizações e pessoas, como George Soros³, que acreditam que o conhecimento científico, registrado por meio de publicações científicas, é considerado um bem público, e por isso, defendem que esses trabalhos sejam disponibilizados na *Web*, tenham acesso universal e livre para qualquer pessoa, principalmente quando envolverem financiamento público (FAPESP, 2019).

Em 2002, Soros, promoveu um encontro (*Budapest Open Access Initiative – BOAI*) que resultou no documento conhecido como Declaração de Budapest, pela qual apresenta-se o conceito sobre a iniciativa do Acesso Aberto:

‘Acesso aberto’ à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o *direito autoral* neste domínio é dar aos autores o

³ George Soros é o fundador e também mantenedor da Open Society Foundation.

controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado (BOAI, 2002, p. 1).

Com relação aos teóricos idealizadores do movimento pelo Acesso Aberto na ciência, destacam-se aqueles que iniciaram os primeiros estudos: Peter Suber, professor na Universidade de Stanford e autor dos textos mais citados no tema; Jean-Claude Guédon, professor da Universidade de Montreal, que analisa os aspectos sociológicos da iniciativa; Stevan Harnad, da Universidade de Southampton; e John Willinsky, autor do *Public Knowledge Project*, que originou o *Open Journal Systems* (OJS⁴) (RIOS; LUCAS; AMORIM, 2019). Esta plataforma de Acesso Aberto para periódicos científicos, é bastante utilizada no Brasil, e será melhor abordada na seção 3 desta pesquisa.

Para países em desenvolvimento como Brasil, Argentina e Rússia, o movimento de acesso aberto da ciência é ainda mais importante diante dos benefícios trazidos, como o desenvolvimento de vários setores da sociedade. De maneira geral, projeta-se que o impacto científico do acesso aberto, sobre artigos científicos publicados nessa modalidade, seja até 8% mais citados, em relação aos fechados/restritos. No entanto, no caso de nações em desenvolvimento, como as citadas, o percentual pode chegar a 25%. Os benefícios percebidos pelo modelo de acesso aberto estão no aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa, ampliando o acesso a diversos públicos. Também se considera que o acesso aberto maximiza o potencial de colaboração das atividades de pesquisa, além de aumentar o potencial de citação, como já informado anteriormente (FAPESP, 2019).

Appel e Albagli (2019, p. 188) complementam que durante os últimos 20 anos, as atividades do movimento pela ciência aberta cresceram muito, fazendo surgir novas agendas, inclusive pela abertura da literatura científica. “Em especial, indicaram a necessidade de reconfiguração das estruturas e modelos tradicionais da comunicação científica, com destaque para os periódicos científicos, levando a proposições e experimentações no sentido da revisão de seu papel, valores e práticas.”

A partir da propagação desse ideal, surgiram pelo mundo iniciativas e movimentos expressivos que a cada ano demonstram resultados eficazes para a democratização da ciência. No trabalho produzido por Rios, Lucas e Amorim (2019, p. 166), os autores apresentam a sequência de eventos desencadeados em prol da causa do acesso aberto, conforme representado no Quadro 4 a seguir:

⁴ No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) adaptou a ferramenta e a denominou como Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).

Quadro 4 - Manifestos de Acesso Aberto e principais resultados

Convenção de Santa Fé (1999)

- Marcou o lançamento do *Open Archives Initiative* (OAI)
- Arquivos *e-prints*
- Proposta de um novo formato para avaliação dos artigos científicos, através do auto arquivamento

Declaração de Budapeste (2002)

- Usa o termo *Open Access* pela primeira vez para definir o acesso livre a informação
- Apresenta o conceito de Acesso Aberto
- Traz duas estratégias para alcançar o Acesso Aberto. O auto arquivamento e as revistas de Acesso Aberto
- Oferece apoio para as instituições que tem interesse em aderir ao movimento

Declaração de Bethesda (2003)

- Apresenta recomendações para os envolvidos com a informação científica: Instituições e agências de financiamento; bibliotecários e editores; sociedade científica

Declaração de Berlim (2003)

- Promove a Internet como o instrumento funcional ao serviço de uma base de conhecimento científico global e do pensamento humano
- Busca estabelecer o paradigma do Acesso Aberto eletrônico

Altmetrics: a manifesto (2010)

- Expande a visão do que é o impacto, mas também do que causa impacto por meio de métricas alternativas.
- É importante porque as expressões do conhecimento científico têm se tornado mais diversas.

Declaração de Haia (2014)

- Fala sobre a mineração de dados e *Big Data*
- Estabelece as estratégias práticas para a informação alcançar características de Acesso Aberto
- Recomenda o uso de ORCID, XML, *Creative Commons*

Declaração do México (2018)

- LATINDEX – REDALYC – CLACSCO e IBICT declaram escolha pela licença *Creative Commons – CC BY – NC - SA*

Fonte: Adaptado de (RIOS, LUCAS e AMORIM, 2019).

O Acesso Aberto é uma iniciativa constituída em meio à revolução que a internet provoca na sociedade, de forma a conectar, compartilhar e aproximar pessoas do mundo todo. Essa ideia se valeu da *Web* e passou a utilizar plataformas e outros recursos tecnológicos favoráveis para a propagação do modelo aberto e, principalmente, sua viabilidade.

Silva e Silveira (2019, p. 4), afirmam que, para a implementação desse movimento, surgiram dois caminhos que permitiram a abertura de acesso, sendo eles o verde e o dourado. O detalhamento de cada um deles será apresentado a seguir:

a) Via Verde: é conhecida como um processo de autoarquivamento, no qual o autor da obra submete seu trabalho a um espaço digital chamado de repositório. Possui, normalmente, uma política de gestão institucional que define quais critérios de inclusão documental e de descrição bibliográfica serão realizados. O processo consiste no ato de o autor incorporar o texto final de seu manuscrito em um repositório. Os documentos aceitos dependerão da política de gestão, a qual normalmente abrange: anais de congressos, artigos sem revisão, artigos publicados, teses, dissertações, relatórios etc. Iniciativas de repositórios digitais bem-sucedidas são o Lume, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); a Arca, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); a Rede de Acervos Digitais, da Universidade Autônoma do México (RAD-UNAM); e o RepositóriUM, da Universidade do Minho (Portugal).

b) Via Dourada: é representada pela revista científica criada sob o conceito de abertura de acesso, isto é, trata-se de uma revista a cujos artigos científicos se têm acesso gratuito, seguindo os princípios e valores do acesso aberto. Wilsdon et al. (2018) analisaram que dois terços dos artigos publicados entre 2011 e 2014 nos Estados Unidos estão em acesso aberto; no Brasil, considerado uma potência em iniciativas de publicações periódicas em acesso aberto, são cerca de 75%. Uma das experiências bem-sucedidas é a Scientific Electronic Library Online (SciELO). Outras ações oriundas das universidades são os Portais de Periódicos institucionais, que, quando consolidados, têm como principal função dar condições de melhoria para as revistas atingirem a qualidade editorial. Exemplos na América Latina são o Portal de Revistas, da Universidade Católica do Uruguai, o Revistas, da Universidade Nacional de Córdoba (Argentina), o Portal de Revistas Acadêmicas, da Costa Rica, o Portal de Revistas Acadêmicas, da Universidade do Chile, o Portal de Revistas, da Universidade de Lima (Peru. No Brasil, somam-se mais de 100 portais, dentre eles, o Portal de Periódicos UFSC, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos Unicamp, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o Portal de Revistas USP, da Universidade de São Paulo (USP) e o Portal de Periódicos Fiocruz.

c) Periódicos híbridos: são as revistas com acesso gratuito ao seu conteúdo, mas que exigem taxas daqueles que intentam enviar estudos com o propósito de publicar (Article Processing Charge [APC]); por exemplo, o autor paga certa quantia (cerca de 6 mil reais, em média, para as revistas internacionais, dependendo da área) para que o artigo possa ser avaliado e, possivelmente, publicado.

Em contrapartida, Spinak (2013, p. 1) acrescenta além das vias verde de dourada, outras formas a seguir:

- Via dourada: periódicos que são financiados por instituições e oferecem os conteúdos de forma gratuita aos leitores desde o início, como os periódicos SciELO;
- Via verde: artigos que são arquivados pelo autor em seu próprio site, mas artigos que foram aceitos para publicação mediante processo de revisão por periódicos acadêmicos;
- Híbrido: autores pagam para que seus artigos sejam disponibilizados em acesso aberto em um periódico comercial. O periódico, portanto, fica disponibilizado pela Via dourada apenas nos artigos pagos pelo autor;
- Embargo: periódicos por assinatura que, após um período de tempo (de 1 a 2 anos) liberam os artigos, tornando-se esses também de acesso aberto pela Via dourada;
- Por tempo limitado: periódicos oferecem alguns artigos em acesso aberto por um tempo limitado, como uma promoção, mas em seguida são removidos.

Por fim, Mendes (2019, p.158) e Albagli (219, p.18), apontam para a existência da via platina ou diamante (*Diamond road open access*), que permitem que os autores publiquem sem qualquer cobrança. São periódicos mantidos, geralmente, por associações profissionais (organizações sem fins econômicos), universidades ou agências de governo.

No tocante ao periódico científico, também se registraram avanços consideráveis, embora sua “crise” ainda esteja longe de atingir sequer o platô. Os custos com assinaturas ainda desafiam as bibliotecas nas instituições brasileiras e de todo o mundo (APPEL; ALBAGLI, 2019). Na PGE-SC, não é diferente, a cada ano, mais assinaturas de periódicos ou bases eletrônicas são reavaliadas devido ao alto valor cobrado pelas editoras comerciais. Sendo assim, é imprescindível que sejam estabelecidas políticas e instrumentos que facilitem e organizem a

sua disponibilização sistemática em acesso universal e aberto na *Web*. Essa estratégia deve ser considerada usando-se as opções de publicação em acesso aberto oferecidas ou aceitas pelas editoras comerciais e pelas sociedades científicas que editam periódicos.

Tantas mudanças na comunicação científica, sugeridas, inclusive, pelo movimento pela ciência aberta, resultaram em um conjunto de aperfeiçoamentos na gestão editorial, no tratamento dos textos em rede, com links e serviços associados, e, principalmente, nas possibilidades e opções oferecidas pela *Web* para aumentar a visibilidade, acessibilidade, uso e impacto dos artigos e demais comunicações científicas (FAPESP, 2019).

A próxima seção abordará a gestão editorial de periódicos científicos, apresentando conceitos gerais sobre a editoração científica, a gestão editorial, as funções do editor científico, o fluxo editorial, critérios de indexação e ferramentas eletrônicas que auxiliam a gestão editorial.

3 GESTÃO DE PERIÓDICO CIENTÍFICO

Esta seção apresenta elementos relacionados à gestão do periódico científico, como aspectos de editoração, funções do editor científico, critérios para indexação de periódicos científicos em diretórios/bases de dados - que garantem a qualidade das publicações, além do uso do software para auxiliar na gestão do fluxo editorial.

3.1 GESTÃO EDITORIAL

A editoração científica é entendida como um conjunto organizado de funções que objetivam registrar, armazenar informações e conhecimentos – podendo ser de forma permanente, condicionados à preparação técnica de originais para publicação, o que pressupõe revisão de forma e/ou de conteúdo. Não são consideradas nesse processo, atividades relacionadas à produção gráfica, em parte ou no todo (FERREIRA; TARGINO, 2008).

Já a gestão editorial de um periódico científico está atrelada a um **conjunto amplo e complexo de atividades** que envolvem desde a criação de uma rede de contatos, composição de conselho editorial, banco de avaliadores, recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos (ARAÚJO *et al.*, 2017, grifo nosso). Complementando o autor, os elementos que fazem parte da gestão editorial podem variar conforme o planejamento do periódico, ou seja, as dimensões pelas quais ele estiver inserido (tamanho da revista, periodicidade, financiamento etc).

3.1.1 Processo editorial

O processo de gestão editorial faz parte do cotidiano dos editores, em especial, dos editores de periódicos científicos, “pois de um lado há uma produção científica que deve ser disseminada, por outro lado não se pode publicar sem que determinados critérios garantidores da qualidade do periódico sejam obedecidos” (ARAÚJO *et al.*, 2017, p. 45).

Para que o processo editorial aconteça, percebe-se a importância da figura do editor. A Lei 10.753 de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, em seu Art. 5º inciso II, trata o editor como “a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura.” No entanto, cabe ressaltar que esta lei está voltada exclusivamente para o livro, não considerando aí o periódico.

Ferreira e Targino (2008, p. 46) ampliam o universo de atuação do editor, quando afirmam que ele “pode ser a pessoa ou instituição, com fins comerciais ou não, que disponibiliza aos usuários produtos, sob formatos diversificados atuando com autor e mercado consumidor”.

A publicação de um periódico envolve recursos humanos e financeiros, sendo o editor uma peça fundamental para manter a qualidade e a confiabilidade de um periódico, seja ele eletrônico ou impresso, de acesso livre ou pago, além de contar com um criterioso sistema de avaliação por pares dos originais submetidos pelos autores (STUMPF, 2005). Corroborando com Stumpf, podemos acrescentar ainda os recursos tecnológicos e os de comunicação.

Um editor de periódicos científicos, precisa desenvolver certas competências, que Yamamoto (2002, p. 2) trata como “responsabilidades”, conforme seguem:

- (a) direção do processo de publicação e a responsabilidade pela manutenção da qualidade científica;
- (b) avaliação confidencial, objetiva e sem preconceito dos manuscritos no menor período de tempo possível;
- (c) isenção na escolha dos revisores (sem visar resultados previsíveis);
- d) proteção dos direitos dos autores e revisores, promovendo comunicação objetiva e profissional entre eles; e
- (e) decisão final sobre a aceitação ou rejeição de um manuscrito.

Ferreira e Targino (2008) destacam ainda as funções operativas do editor científico de um periódico impresso ou eletrônico, como apresentado no quadro a seguir:

Quadro 5 - Funções Operativas do Editor Científico

FUNÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir o perfil básico e a linha de atuação do título de periódico, delineando política e normas editoriais, além de parâmetros gráficos (leiaute/diagramação, número de <i>papers</i> e páginas, formato, etc), em consonância com as expectativas da instituição mantenedora e do público alvo; ▪ Criar políticas e projetos editoriais renovadores, que devem incluir a decisão de alinhamento ao <i>open access</i> e, por conseguinte, as regras de direitos autorais que o título adotará; ▪ Representar formalmente o título sempre que necessário; ▪ Presidir as reuniões da comissão editorial (ou similar), executando as deliberações aprovadas; ▪ Acompanhar o mandato dos membros do conselho editorial (ou similar); ▪ Definir os membros do conselho consultivo; ▪ Assegurar sistema de avaliação ágil, construtivo e interativo; ▪ Executar as políticas orçamentária e financeira; ▪ Negociar fontes de financiamento para a publicação, incluindo a inserção de publicidade; ▪ Administrar o título de forma que se torne, no mínimo, autossustentável ou lucrativo; ▪ Realizar acordos sobre compra e venda dos direitos de reprodução; ▪ Estimular a produção de originais, atraiendo autores e textos de alta qualidade; ▪ Traçar diretrizes de divulgação do título, no contexto das bibliotecas e centros de documentação, com ênfase, ainda, na sua indexação em bases de dados e/ou inserção em portais de periódicos; ▪ Participar de feiras de livros, sessões de autógrafos dos autores e outros eventos, que divulguem a editora e os títulos em circulação; ▪ Apresentar relatórios sistemáticos à instituição mantenedora do título do periódico; ▪ Executar atividades vinculadas a eventuais necessidades do periódico; ▪ Manter a publicação em linha independente e abrangente nos contextos internacional, nacional, regional e local; ▪ Acompanhar os critérios de avaliação dos periódicos nas esferas internacional e nacional.

Fonte: Baseado em Ferreira e Targino (2008).

Cada periódico possui um modelo de gestão editorial, geralmente baseado na visão que a instituição mantenedora planejou. Araújo *et al.* (2017, p. 46), compilaram as ações necessárias para a gestão editorial, a partir das ações descritas por King e Tenopir (2004) e Vasconcelos (2007), conforme destacado no quadro a seguir:

Quadro 6 - Ações na Gestão Editorial

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Ação de processamento do artigo	Recebimento do artigo, tomada de decisão, escolha da comissão de avaliação – <i>peer review ou referees</i> , processo de revisão, edição de assuntos, edição e preparação de imagens e gráficos, formatação, preparação de cópias de edição, processo de aprovação de autoria, indexação, codificação, redação etc.
Ação de processo de outros documentos	Artigos como editoriais, carta do leitor, carta do editor, comunicações e resenhas: envolve, também, parte das ações anteriores e acrescenta também o preparo da capa (pode ser para impresso e <i>on-line</i>), os sumários e índices.
Ação da reprodução	Envolve a impressão, o preparo da encadernação (boneco da edição), reimpressão de originais. Destaca-se que nem sempre todas essas atividades são realizadas no suporte eletrônico, bem como pode ou não ser executado pelo Gestor do Periódico.
Distribuição das versões impressas	Embalagem do produto, etiquetas, classificar por código de endereçamento postal, e encaminhamento. Enquanto a versão eletrônica requer o armazenamento e acesso. O processo de assinaturas é necessário em ambas as edições, sendo mais dinâmica a segunda forma (<i>on-line</i>).
Ações de apoio	Incluem atividades de comunicação institucional e promoção, gerenciamento dos direitos autorais, licenças de uso, e outros envolvimentos legais, gestão administrativa e financeira, e demais atividades indiretas ao contexto da prática do editor.
Ação de monitoramento de possíveis plágios	A abordagem do plágio é permeada pelo conceito de autoria e propriedade intelectual. Sendo assim, não se pode negar que culturas que legitimam a condenação da cópia de textos e ideias de outrem sem a devida citação, legitimam a propriedade intelectual do autor, ou seja, a originalidade. Quando um autor escreve uma determinada sequência de palavras ou frases expressando uma determinada ideia, esse autor, de fato, é dono de tais construções e ideias. Portanto, a utilização de tais palavras sem a devida atribuição ao autor se configura roubo.

Fonte: Araújo *et al.* (2017, p. 46).

Já Pereira (2019) traz em sua pesquisa, uma adaptação das atividades editoriais de periódicos científicos realizada com base na pesquisa de Houghton (2011). O autor agrupou as atividades editoriais em dois conjuntos: estabelecimento e operação, conforme podemos ver na sequência, no quadro 7:

Quadro 7 - Atividades Editoriais de Periódicos Científicos

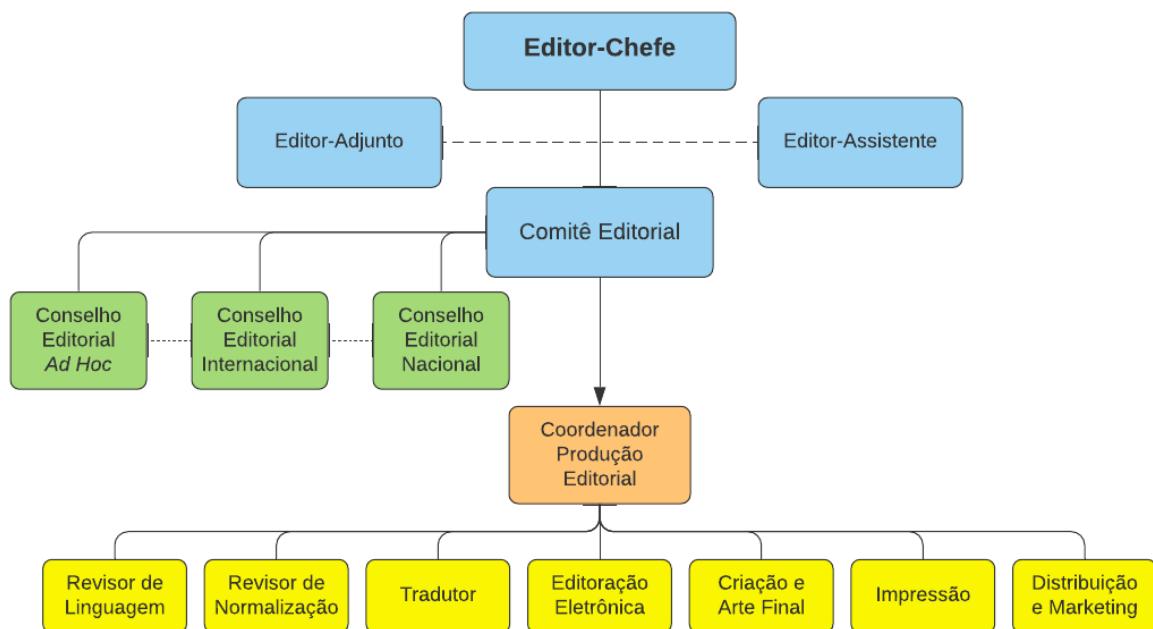
ESTABELECIMENTO	
1 Estabelecimento	
1.1 - Desenvolvimento do título e lançamento: custos relacionados com levantamentos de demanda de autores e leitores.	
1.2 - Estabelecimento de uma oficina editorial - recrutamento de editor e quadro editorial: custos relacionados com gestão e supervisão do título.	
1.3 - Operar e gerir reuniões do quadro editorial: conjunto de estratégias de gestão e negócios do periódico.	
1.4 - Incluir novo título em um sistema existente para recrutar autores e para marketing: incorporar título nas operações da casa editorial.	
OPERAÇÃO	
2 Operação	
2.1 Processamento do artigo:	
2.1.1 - Lidar com as submissões: gestão da submissão incluindo: direitos autorais, pagamento em caso de autor pago.	
2.1.2 - Gestão da revisão por pares: gestão do processo de revisão por pares.	
2.1.3 - Produção de artigos: edição, formatação, provas, ajustes da fonte utilizada, ilustrações, conversão de dados e hiperlinks, entre outros.	
2.1.4 - Condução da revisão por pares: trabalho efetuado por revisores externos.	
2.1.5 - Revisão e ressubmissão: trabalho do autor na revisão e ressubmissão.	
2.2 - Atividades desvinculadas do processamento do artigo:	
2.2.1 - Capas: preparação e revisão.	
2.2.2 - Índice: preparação e revisão.	
2.2.3 - Editorial: manuseio, preparação e revisão.	
2.2.4 - Cartas: manuseio, preparação e revisão.	
2.2.5 - Revisão de livros: manuseio, preparação e revisão.	
2.2.6 - Notícias e comentários: manuseio, preparação e revisão.	
2.2.7 - Propagandas: manuseio, preparação e revisão.	
2.3 - Produção e distribuição:	
2.3.1 - Assegurar qualidade: custos com conteúdo eletrônico, multimídia, metadados.	
2.3.2 - Compilação de números: custos com a compilação de números publicados, incorporação de conteúdo.	
2.3.3 - Impressão - Impressão e encadernação: custos de papel, impressão e encadernação.	
2.3.4 - Impressão - Empacotamento e postagem: custos de empacotamento e postagem	
2.3.5 - Online - Sistemas operacionais e servidores: operação de servidores e sistemas (hospedagem, inclusão de material e atualizações).	
2.3.6 - Online - incluir DOI: custos para gerar e incluir DOI.	
2.3.7 - Online - Autenticação e controle de acesso: custos de controle de acesso (periódicos por subscrição).	
2.3.8 - Online - Suporte técnico e ao usuário: custos relacionados com o suporte técnico e de solicitações.	
2.3.9 - Online - Estatísticas de uso: custo para gerar estatísticas de uso.	
2.3.10 - Distribuição - Indexação e criação de resumos: custos de indexação e elaboração de resumos.	
2.3.11 - Distribuição - manutenção de subscrições: custos de manutenção de subscrições (periódicos pagos).	
2.4 - Despesas Gerais:	
2.4.1 - Desenvolvimento de sistemas: custos de desenvolvimento de sistemas ou plataformas manuais ou automatizadas.	
2.4.2 - Marketing - autores: custos para recrutar autores.	
2.4.3 - Marketing - compradores ou leitores: custos para o marketing do título	
2.4.4 - Vendas - Negociação de preços: negociação de preços para periódicos pagos	
2.4.5 - Vendas - Negociação de licenças: negociação de licenças para periódicos pagos.	
2.4.6 - Direitos - Permissões de direitos autorais: custos para Permissões de direitos autorais.	
2.4.7 - Pagamentos: custos para gerir pagamentos de subscrições, autor paga, patrocínio, propaganda, pagamento a editores e revisores, entre outros.	
2.4.8 - Administração geral: custos administrativos.	
2.4.9 - Instalações físicas, locais e equipamentos: custos vinculados com estrutura física.	
2.4.10 - Relatórios e finanças e negócios: custos com contabilidade e geração de relatórios.	

Fonte: Pereira (2019, p. 69-71).

É evidente que o exemplo acima apresenta critérios comerciais quando estabelece preços às publicações, publicidade, entre outros. No entanto, estas informações não são se aplicam ao modelo que se pretende, diante do fato de que o objeto pesquisado pertence à classe de periódicos de acesso aberto. Logo, vamos considerar os demais critérios, visto que eles trazem elementos importantes que podem servir de modelo para o processo editorial.

Gomes (2010, p. 165), baseado em pesquisa e na experiência com editoração científica, elaborou um organograma (Figura 02) pelo qual propôs funções para a organização de uma revista científica: Editor-chefe; Editor-adjunto; Editor-assistente; Núcleo de avaliação externa (Conselho editorial nacional, Conselho editorial internacional e Consultores *ad hoc*); Coordenador de produção editorial; Revisor de linguagem; Revisor de Normalização; Editoração eletrônica; Criação e arte final: capa; Impressão, Distribuição e Marketing.

Figura 2 - Funções do editor: proposta de organização para revista científica



Como forma de deixar mais claro o que cada função tem como responsabilidade, dentro do processo editorial, apresenta-se a descrição de cada uma das categorias funcionais de acordo com Gomes (2010, p. 166-167):

- 1) o editor-chefe – que pode ser o cientista ou o que responde diretamente pelo direcionamento político e institucional da publicação, como meio de disseminação de conhecimento na área em que se insere, e coordena as suas atividades editoriais.
- 2) o editor-adjunto – que pode ser também executivo, com amplos conhecimentos da estrutura editorial como um todo e, na ausência do primeiro, responsável pelas

atividades correlatas. Em geral, o editor executivo possui um nível de informação geral e estrutural do periódico, com amplos conhecimentos administrativos e técnicos. É importante, por exemplo, que ele entenda todas as etapas da editoração, mesmo que não esteja diretamente envolvido em sua execução. É ainda responsável pela gestão dos recursos financeiros e pela observação constante das tendências editoriais e de mercado, tanto como de avaliação e visibilidade editoriais, oferecendo ao editor-chefe e ao comitê editorial informações e parâmetros essenciais para balizar as decisões a serem tomadas;

3) o editor-assistente, por sua vez, é o mediador entre as atividades das esferas de gestão política e financeira da revista e as de avaliação de produção científica, a partir das decisões do comitê editorial, do editor-chefe e do editor-ajunto ou executivo, como responsáveis imediatos pela qualidade do conteúdo a ser publicado. O editor-assistente preocupa-se com o recebimento, a organização e a sistematização dos processos de seleção e arbitragem de textos em geral, que são a matéria-prima e razão de ser de uma publicação científica. Deve possuir amplos conhecimentos sobre as formas e meios eletrônicos de editoração de conteúdo, que supõe as fases de captação, avaliação e preparação editorial para impressão, além de capacidade de coordenação de equipe editorial.

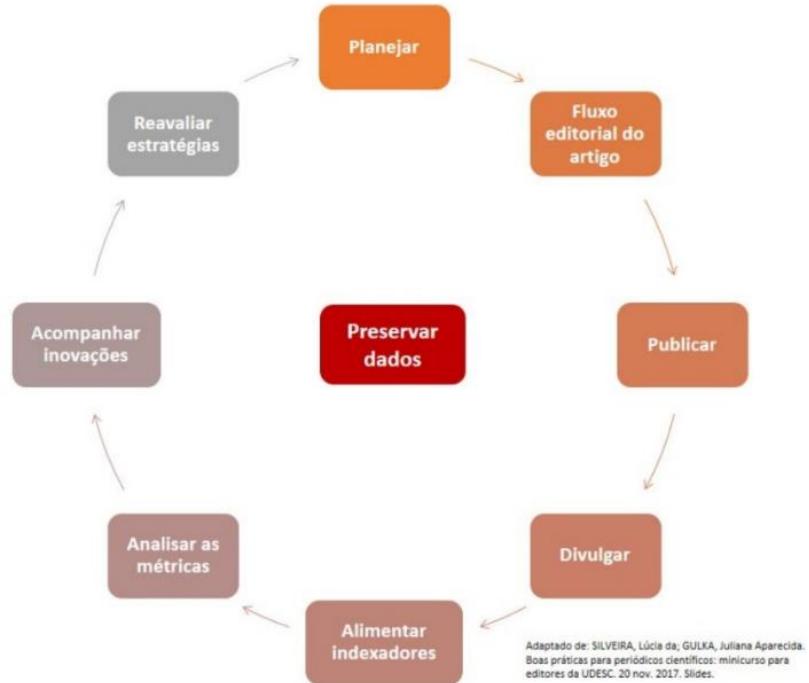
Gomes (2010, p. 167) considera ainda como sendo um núcleo de avaliação externa (células na cor verde do organograma), constituído por conselhos editoriais em três níveis: nacional, internacional e *ad hoc*. O autor explica que o conselho *ad hoc*, seria acionado “em caso de sobrecarga de trabalho dos demais conselhos ou para suprir uma necessidade teórica de arbitragem de artigo, que não encontra especialistas em seu corpo nacional ou internacional.”

Sequencialmente, encontra-se a função do coordenador de produção editorial (célula laranja), responsável por liderar o processo de execução de etapas ligadas à produção editorial do periódico (células amarelas). Ainda segundo o autor, essa parte do processo poderá ser interna ou externa, ou seja, podendo ser realizada por prestadores de serviços terceirizados, isto porque se entende que “níveis possíveis de qualidade do conteúdo já devem estar assegurados pelos processos anteriores de pré-seleção, análise editorial e avaliação por pares”. No entanto, a fase de produção editorial (funções representadas pelas células amarelas do organograma) deve ser considerada essencial para a manutenção de padrões de qualidade, sendo bastante exigidos por periódicos científicos (GOMES, 2010, p. 167).

3.2 FERRAMENTAS PARA A GESTÃO EDITORIAL

Dada a complexidade do processo editorial, é natural que os envolvidos neste processo, principalmente editores, conheçam e adotem ferramentas para auxiliá-los em suas atividades rotineiras. “Garimpar” a rede em busca de novidades deve ser uma prática a ser seguida. Os encontros entre editores, associações especializadas, artigos e outras fontes, também acabam contribuindo para a realização do “*benchmarking editorial*”.

Figura 3 - Ciclo do Processo Editorial



Fonte: Gulka e Silveira (2018, slide 3).

Gulka e Silveira (2018), identificaram nove etapas no ciclo do processo editorial. As autoras ainda afirmam que cada etapa é distinta, no entanto, uma influencia a outra. Seguem:

- Planejar;
- Proceder ao fluxo editorial;
- Publicar;
- Divulgar;
- Alimentar indexadores;
- Analizar as métricas;
- Acompanhar inovações;
- Reavaliar estratégias;
- Preservar dados.

No quadro 8, a seguir, estão disponibilizadas as ferramentas recomendadas para cada etapa supracitada, conforme descrevem (FACHIN; SILVEIRA; ABADAN, 2020).

Quadro 8 - Ferramentas para a gestão editorial

Etapa	Ferramenta	Descrição
Planejamento	Gmail	Crie um e-mail da revista, no qual diferentes membros podem acessá-lo. Os indexadores recomendam um e-mail institucional, então é possível criar e pedir para o Gmail redirecionar o conteúdo para uma conta institucional. Responda aos e-mails via sistema de editoração, exceto quando não for a respeito do material em trânsito no fluxo editorial ou publicado. Com o login do Gmail, é possível usar o Google Drive - com versão gratuita. Caso a revista seja vinculada a uma instituição, verifique se é possível criar um e-mail de contato institucional, dê preferência a ele porque reflete a credibilidade institucional, os indexadores dão preferência.
	Google Drive	Ferramentas de edição de documentos (texto, planilhas, entre outros). O sistema permite que seja feita uma edição por várias pessoas ao mesmo tempo em um mesmo arquivo, isso ajuda a equipe a trabalhar em colaboração. Exemplo de documento: lista de logins e senhas de e-mails, indexadores, sites, sistemas, entre outros.
	Trello	Facilita a organização de tarefas ajudando a compor um checklist de atividades e atribuir atividades para cada pessoa cadastrada. É possível compartilhar com a equipe editorial - com versão gratuita.
	Todoist	Permite criar projetos e listar as atividades por projeto. O diferencial é que podem ser inseridas tarefas de acordo com o seu cronograma, porque é interligado com o calendário. Dá lembretes das tarefas a realizar quando instalado no smartphone - com versão gratuita.
	Asana	Plataforma que permite o gerenciamento de trabalho com indicação de tarefas. Essa ferramenta ajuda a manter o foco e atingir as metas, que podem ser aplicadas nas etapas de uma edição, organização de informações para a indexação em bases de dados, criação de instrumentos de organização, padronização de fluxo de trabalho, etc. Conta com uma versão gratuita.
	Nirvana	Aplicativo gerenciador de tarefas em nuvem para dispositivos móveis, ajuda a organizar de forma remota qualquer atividade que envolva o processo editorial em equipe. Essa ferramenta apresenta uma versão gratuita.
Fluxo Editorial	OJS	Possibilita à equipe editorial e aos autores acompanharem o fluxo de submissão, avaliação, edição de texto e publicação. A versão 3 foi melhorada e é mais completa.
Publicação de fascículos ⁵	OJS	Publicação
	ODF Open Document format	Tem várias extensões para cada funcionalidade, entre elas o ODT-Open document text, utilizado para a edição de texto.
	RTF - Rich Text Format	Arquivo de texto interoperável que pode ser lido por qualquer sistema, seja ele aberto ou pago.
	PDF/A	Definido inicialmente pela norma ISO 19005-1:2005, surge para ser um formato que permite o arquivamento de longo prazo, interoperável e legível aos metabuscadores, facilitando o acesso e a recuperação dos dados internos e externos do texto, assim como a sua leitura. Condescende com os sistemas de leitura de textos para pessoas com deficiência visual.
	Epub Electronic Publication	Bastante utilizado em e-books, livro digital, que podem ser lidos por equipamentos como eReader4 e aparelhos que comportam tal tecnologia.
	Mobi - Mobipocket eBook	Formato de arquivo digital para e-books, baseado no padrão Open eBook, em formato XHTML e de JavaScript, aplicado em texto,

⁵ Os principais formatos para submissão de artigos são: ODT, RTF, LaTeX, e para publicação, PDF/A, HTML, EPUB e XML. (FACHIN; SILVEIRA; ABADAN, 2020).

		imagens e quadros.
	HTML	Formato padrão da Web.
Divulgação de periódicos	Blogs, Youtube, Podcasts, redes sociais, Wikipedia etc	Seu uso dependerá da estratégia de divulgação adotada pela revista. Os autores recomendam o tratamento e criação de conteúdos próprios para a divulgação de uma revista, o que requer planejamento e a utilização de ferramentas de edição de texto, de imagem, de vídeo ou de áudio próprios para isso. Recomendamos o uso de software de edição de imagens para a criação de projetos gráficos para a divulgação do periódico em mídias e redes sociais. Criar um verbete da revista em um ambiente Wikipédia, com logo própria, pode ser uma boa estratégia de visibilidade. Ver quadro 09.
Indexação de periódicos ⁶	Diretório(s) / Base(s) de Dados almejada pela revista	Para indexar o conteúdo de um periódico, a revista deve adaptar-se aos padrões, normas de qualidade exigidas pelas bases de dados ou indexador, dos quais pretende fazer parte. Para isso, consulte as políticas e critérios para a indexação. Faça um diagnóstico listando os pontos a melhorar, verificando o que é possível fazer a curto, médio e longo prazo (SILVEIRA et al., 2018). Quando os critérios estiverem atendidos, o responsável deve fazer a solicitação formal para a base de dados, geralmente preenchendo e enviando um formulário disposto pela base.
Análises Métricas ⁷	Clustermap	Pode ser incorporada em qualquer página da web. Contabiliza o fluxo de acesso e indica o país de origem, navegador, sistema operacional e IP da máquina de acesso, quantas visualizações por minutos, horas, dias, mês e ano, tudo isso através da habilitação de um widget ⁵ .
	Google Scholar Metrics	Um dos princípios do GSM é a periodicidade, se atrasou na publicação, é retirado do ranking. Não foi especificado quando ele volta a considerar o periódico no ranking. Analisa as 100 principais publicações de vários idiomas nos seus últimos cinco anos.
	Google Acadêmico	A criação de um perfil da revista na base permite o acompanhamento das citações e fatores de impacto dos artigos publicados, ou seja, identifica os artigos mais citados da revista. Veja os exemplos das revistas: Revista de Estudos Feministas e Texto & Contexto Enfermagem.
	Google Analytics	Aplicativo gratuito da Google, sua finalidade é monitorar dados oriundos de acesso e uso da informação provenientes de um dado site. Para uma revista, por exemplo, pode tornar-se uma ferramenta de tomada de decisões, já que ele mostrará quais os grupos que mais visitam/acessam a página, a localização desses acessos, o gênero, faixa etária, os horários e períodos do ano frequentados, quais dispositivos são usados para acessar. As informações poderão ajudar a melhorar a estratégia de planejamento estratégico e divulgação da revista. Por exemplo, verificar o período mais acessado para lançar uma edição, analisar quem acessa ou quais os países para organizar uma edição temática, ou seja, é usar os dados de modo que possam contribuir para a evolução da revista, embasando as tomadas de decisões editoriais. Caso sua revista esteja hospedada em um Portal de Periódicos, consulte se esse monitoramento está sendo realizado. Desde 2017, o Portal de Periódicos UFSC implementou essa ferramenta, e, em 2018, passou a apresentar os dados no relatório anual.
	Google Studio	Plataforma que permite a disponibilização pública dos dados estatísticos do Google Analytics e de outras fontes (do próprio OJS) em um único dashboard interativo.
	Publish or Perish	Software gratuito que mensura publicações e periódicos. Necessita ser instalado em um computador para fazer a consulta do periódico no

⁶ Os critérios de indexação serão apresentados no item 3.2 desta pesquisa.

⁷ As ferramentas sugeridas são compatíveis com o OJS. (FACHIN; SILVEIRA; ABADAN, 2020).

		sistema. A consulta é simples: basta colocar o ISSN ou título do periódico no campo de busca. As fontes que o sistema utiliza para a consulta são: Crossref; Google Scholar; Google Profile; Microsoft Academic; Scopus; Web of Science, e também permite importar dados externos do EndNote Save All Fields, EndNote marcado, RefMan / RIS6. Busca em apenas um banco de dados por vez. Apresenta um relatório que permite encontrar as seguintes informações: Quantidade de publicação por ano; Média de citações por ano; Quantidade de artigos analisados; Total de citações; Total de citações por ano; Soma de citações por artigo; Média de citações por autor; Média de artigos por autor; Média de autor por artigo; h-índice; g-índice; hi-normal/individualizado; hi anual; entre outros.
Preservação de dados	Repositórios institucionais (RI)	Espaços organizados, padronizados e que prestam serviços de armazenamento de conteúdos para os pesquisadores e colaboradores da instituição. A boa prática é solicitar ao responsável que crie uma coleção para a revista (caso seja vinculado a um portal de periódicos, veja se ele oferece esse serviço). Nessa coleção, armazene os documentos administrativos, políticas editoriais, diretrizes para autores, templates, aplicações da marca da revista, folder, etc. Exemplo: Dspace.
	Repositórios de dados	Os periódicos devem indicar a abertura dos dados por meio das políticas editoriais e indicação de repositórios que registrem e deem acesso aos dados de pesquisa. Confira a lista da Re3Data de Repositório de Dados por Assunto e Repositórios de Dados por País.
	Rede Cariniana - Rede Brasileira de Preservação Digital	Consórcio mantido pelo IBICT em conjunto com as instituições que possuem o acordo para incorporar ações de preservação digital de acervos na instituição. O sistema que ampara a Rede é o LOCKSS e é distribuído em diferentes instituições parceiras para que o acervo tenha acesso mesmo após alguma catástrofe, calamidade ambiental ou tecnológica que possam interferir no acesso da informação.
Acompanhar inovações	Programa Foster; Canal Open Access Scholarly Publishers Association–OASPA; Associação Brasileira de Editores Científicos; Committee on Publication Ethics–COPE; Redes Sociais; Podcasts.	Esta é uma ação que envolve o interesse da equipe em liderar sua área diante das tendências de publicação e de comunicação científica. Requer participação em eventos, estudo sobre as boas práticas em editoração científica, acesso aberto e ciência aberta, investigação das tendências de publicação internacionais, etc. Sugere-se a inscrição e leitura de páginas que tratem do assunto para receber notícias. Analise, critique e converse com os pares (se a revista estiver num portal7 de periódicos ou indexador, veja as políticas desses espaços) para tomar uma decisão quanto à incorporação ou não de mudanças ou aplicações encontradas tanto na literatura quanto em periódicos da mesma área. Muitos canais no twitter e facebook também disseminam informações sobre editoração. Busque por editoração científica, periódico, ciência aberta e acesso aberto em diferentes idiomas.
Reavaliação das Estratégias	Análise SWOT	Anualmente, é importante destinar um tempo para avaliar questões do periódico, como: foco e escopo, periodicidade, políticas de arquivamento, estratégias de marketing, método de avaliação de textos, políticas de publicação, políticas de conduta ética, indexação, preservação, etc. Verifique se as informações disponibilizadas para os usuários estão alinhadas e consistentes com a visão da revista. Seguem algumas perguntas que podem ser norteadoras: Os artigos estão tendo um bom número de acesso? Está crescente o número de submissões? A revista conhece os seus leitores? Quando costumam acessar a revista? Quais os temas que mais acessam? Os avaliadores estão desempenhando seu papel de acordo com o esperado? Os pareceres estão consistentes? A equipe editorial e científica atual contribui significativamente para o crescimento e melhoria do periódico? Para identificar elementos que necessitam de melhorias, recomendam-se ferramentas de análise da área da administração, como a ferramenta de análise SWOT.

Fonte: Adaptado de Fachin; Silveira e Abadan (2020, p. 132-147).

Quadro 9 - Sistemas e ferramentas de edição

Ex. Sistema	Descrição	Gratuito
Ubuntu	Sistema operacional	Sim
Editores de texto, vídeo, áudio e imagem		
LibreOffice; Google Documentos	Editor de texto.	Sim
LyX; LaTeX, Texture	editor inteligente e colaborativo de texto com possibilidade de publicar o texto em diferentes formatos: XML, PDF, t.txt, etc.	Sim
Overleaf, Authorea	editor inteligente de texto com base LaTeX com possibilidade de publicar o texto em diferentes formatos: XML, PDF, etc.	Com versão gratuita
Sigil	Editor de ebook que pode ser usado para criar fascículos do periódico em formato EPUB e HTML	Sim
Avidemux; Shotcut	Editor e conversor de vídeos: AVI, MPEG, MOV, OGG e NuppelVideo	São gratuitos
Jahshaka	Editor de vídeos, permite que simples edições se transformem em material profissional, devidos aos recursos 3D e realidade aumentada.	Sim
Lightworks	Editor de imagens em vídeos. Múltipla capturas e edição de imagens aplicadas por vários equipamentos ao mesmo tempo, exemplo, por meio de um celular e câmera, enviados para o programa que junta todas as gravações e mostra as melhores imagens, com isso fica fácil escolher a de melhor definição.	Com versão gratuita
Canva; PHIXR; Fotojet	Editor de imagem online, permitem a criação de projetos gráficos como capa, imagens para redes sociais.	Com versão gratuita
Inkscape; GIMP; Krita; MyPaint	Sistemas para a edição e publicações de diferentes tipos de imagens, ambos para pintura digital.	Sim
Scribus	Sistema de diagramação de projetos em texto, gráficos e imagens em um único local..	Sim
Bancos de imagens		
Pixabay; Free images; Free pik; RGBSTOCK; Freerangestock; Pexels; Unsplash; Burts	Bases de imagem permite a seleção de imagens por assunto com licenças livres. Verificar a lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 e as licenças do Creative Commons.	Com versão gratuita
Conversores e criadores de documentos		
Online-Convert.com	Converte arquivos, áudio, CAD, arquivo de desenvolvedor, de documento, e-book, executáveis, de layout de página, de apresentação, de imagem raster, de configuração, de planilha, do sistema, de imagem vetorial, em vídeo, do site, formato de dados, formato de banco de dados.	Com versão gratuita
ePUBee Maker	Converte para EPUB, Mobi, PDF entre outros.	

Fonte: Extraído de Fachin, Silveira E Abadan (2020, p.139).

A utilização de ferramentas que auxiliem o cotidiano de editores é fundamental para que aconteça a otimização do processo, além de evitar a sobrecarga de trabalho dos profissionais. O Quadro 9 apresenta uma gama considerável de sistemas e ferramentas de edição totalmente gratuitas ou com versão gratuita.

3.3 CRITÉRIOS DE INDEXAÇÃO

O processo em torno da gestão editorial é bastante complexo e quem o gerencia precisa estar preocupado também com a disseminação da informação. A visibilidade do periódico é como uma vitrine para a publicação, e está diretamente relacionada a como e onde o periódico está sendo visto. Para tanto, é importante conhecer os critérios exigidos pelos diretórios ou bases de dados diversas, principalmente àquelas atreladas à área de atuação da revista.

Por conseguinte, foi observado o estudo realizado por Rios (2018) que elencou 19 categorias mais relevantes junto aos documentos de avaliação dos indexadores. Para alcançar este resultado, a pesquisadora utilizou como parâmetro o número mínimo de cinco citações, de cada critério encontrado nos 16 documentos de indexação. Desta forma, a autora chegou ao seguinte resultado: a) Afiliação dos autores; b) Cobertura e Conteúdo temático; c) Código de ética; d) Corpo editorial; e) Datas do processo de avaliação; f) Editor responsável; g) Editora da revista; h) Identificação de autoria; i) Instruções aos autores; j) ISSN; k) Objetivo da revista; l) Originalidade; m) Palavras-chave; n) Periodicidade; o) Resumo; p) Sistema de avaliação; q) Tipos de documentos; r) Título; e s) URL. (RIOS, 2018).

O quadro a seguir apresenta de forma resumida a descrição de cada critério resultante da pesquisa.

Quadro 10 - Descrição dos critérios de indexação mais relevantes

Critério	Descrição
Afiliação dos Autores	Trata-se do vínculo institucional do autor. São requeridos dados como o nome da instituição sem abreviações, as subdivisões respeitando o nível hierárquico, função exercida e/ou nível acadêmico, país e endereço de contato. Pode-se ainda analisar se a filiação está de acordo com escopo e a finalidade do periódico, podendo verificar o nome das universidades, faculdades ou centros de pesquisas que desenvolvem estudos na área relacionados à publicação.
Cobertura e conteúdo temático	A cobertura temática está relacionada à identidade do periódico, explicitando o escopo, finalidade, metas a serem alcançadas diante da comunidade científica e as características do público-alvo atingido pela temática. Essas informações devem ser apresentadas na página principal de forma clara, com acesso fácil. Os avaliadores realizam verificações no conteúdo das publicações para identificar a originalidade do tema, contribuição para a área, rigor científico e dados originais da pesquisa.
Código de ética	Uma das preocupações da comunidade científica está relacionada a problemas com a conduta ética de pesquisadores e instituições envolvidas com a produção científica. Muitas questões são levantadas, como a atribuição indevida de autoria, plágio acadêmico, fraudes e outras condutas inadequadas. As equipes editoriais criam formas para minimizar esses problemas, como elaboração e adoção de códigos de éticas, uso de ferramentas e métodos para coibir essas práticas inadequadas. Os indexadores também demonstram preocupação com essas questões.
Corpo editorial	A indicação dos membros que compõem o corpo editorial do periódico deve estar apresentada na revista, com seus respectivos nomes, instituições de afiliação, país e área de especialidade e eles precisam ser reconhecidamente idôneos. Ainda com relação ao corpo editorial, importa destacar outro elemento, a exogenia dos seus membros. Quanto maior o número de integrantes afiliados a instituições externas ao local da editora da revista, mais conceituado e bem visto pela comunidade científica. Em geral, existem percentuais mínimos desses vínculos estabelecidos pelas políticas editoriais dos periódicos e para avaliação dos indexadores.

Datas do processo de avaliação	O critério de datas do processo de avaliação, em geral, está atrelado à divulgação das datas de aceite, de recebimento e aprovação ao qual foi submetido o artigo científico. Para seis indexadores do corpus desta pesquisa, essa informação é obrigatória e deve ser indicada no cabeçalho do artigo.
Editor responsável	Uma exigência comum para muitos indexadores é a apresentação de um editor responsável pela revista – o editor geral ou editor-chefe. Em geral, são profissionais reconhecidos na área temática do periódico, que atuam diretamente no atendimento a questões técnicas e científicas. Suas funções estão atreladas ao gerenciamento de questões administrativas e financeiras, avaliação de conteúdo e desenvolvimento e execução de políticas editoriais. É preciso, ainda, ter comprometimento ético ao participar do processo de avaliação e submissão dos artigos científicos, mantendo sigilo e imparcialidade. (TRZESNIAK, 2009). O editor tem participação ativa no processo de seleção e avaliação dos conteúdos junto aos pareceristas. A decisão final de aceitação ou rejeição de um artigo tomada por ele geralmente se baseia no parecer dos avaliadores. Para solicitar a indexação, alguns indexadores exigem que o pedido seja feito exclusivamente pelo editor responsável pela publicação.
Editora da revista	Está relacionada à informação dos dados da editora, nome da instituição vinculada, país onde está sediada e endereço para contato. É necessário que esses dados estejam apresentados na homepage da revista e de forma acessível, tanto para os pesquisadores quanto para a equipe de avaliação, que irá validar as informações encaminhadas pelo editor.
Identificação de autoria	A identificação de autoria consiste na apresentação dos nomes completos dos autores ou de uma declaração de autoria institucional, e deve constar de preferência na primeira página do artigo, juntamente com os dados de afiliação institucional. Nesse critério os nomes não podem estar abreviados.
Instrução aos autores	Os periódicos precisam informar aos pesquisadores quais as normativas da política editorial que devem ser seguidas. São instruções relacionadas à publicação, normalização dos artigos, normas de referências e citações e funcionamento do processo de avaliação.
ISSN	Ter um número de registro junto ao <i>International Standard Serial Number (ISSN)</i> é considerado um critério básico na indexação dos periódicos. O DOAJ, por exemplo, utiliza as informações registradas no ISSN pelo periódico para validar os dados apresentados ao diretório e, se ocorrer inconsistência, automaticamente a publicação é rejeitada.
Objetivo da Revista	A análise dos dados constatou o interesse de cinco indexadores em conhecer a pretensão dos periódicos diante da comunidade científica. Eles buscam verificar se os objetivos propostos vão contribuir e promover a ciência, por meio da divulgação e disseminação de novos estudos, além de promover a discussão e a reflexão da comunidade científica a partir dos resultados das pesquisas.
Originalidade	Uma análise criteriosa observada pelos comitês responsáveis pela avaliação das revistas para indexação trata da originalidade dos temas abordados nos artigos publicados anualmente. Outra relevância sobre o critério de originalidade é a exigência mínima no número de publicações originais.
Palavras-chave	Destaca-se que, ao utilizar palavras-chave controladas por vocabulário controlado, estas revistas recebem uma avaliação positiva por parte dos indexadores. Ainda tratando de palavras-chave, oito indexadores recomendam a sua apresentação em mais idiomas. Quando o texto original não for no idioma inglês, é recomendado que ele seja o segundo idioma das palavras-chave.
Periodicidade	Não basta o periódico apresentar informação de periodicidade, é imprescindível que ela seja cumprida conforme estipulado em sua homepage. Esse é um critério importante, pois qualifica positivamente o periódico. Quando esse critério não é atendido, a revista não passa por avaliação. Alguns indexadores estabelecem critérios específicos com relação à periodicidade, podendo recomendar o número mínimo de publicações por ano, de acordo à área temática.
Resumo	A apresentação desse critério está explicitada nos documentos da maioria dos indexadores, considerado por eles critério obrigatório e que representa qualidade nas publicações, uma vez que os resumos auxiliam na busca e recuperação de artigos indexados em seu banco de dados. Além do resumo no idioma original do artigo, é necessário que se inclua outro resumo em idioma diferente, como o abstract, que acompanha a maioria dos artigos, com a intenção de atingir um público internacional, por pressupor que o inglês é uma língua universal.
Sistemas de Avaliação	O Sistema de Avaliação representa grande relevância na comunicação científica, uma vez que a filtragem e avaliação dos artigos antes de sua publicação atribuem melhor qualidade, precisão temática e credibilidade do conteúdo por parte do meio científico. Esse critério, portanto, pode ser considerado um dos mais importantes, já que a qualidade dos artigos aceitos depende diretamente de um sistema de avaliação bem estruturado e qualificado. Afinal, em uma cultura

	de produtivismo marcada pela valorização da publicação de artigos científicos, segundo aponta Shigaki (2016), se o sistema de avaliação não for criterioso e de qualidade, toda a construção de uma academia que valoriza a publicação se fragiliza.
Tipos de documento	Na construção do banco de dados de cada indexador são estabelecidos critérios relacionados aos tipos de documentos que farão parte da base. Em geral, são formados por publicações periódicas, mas alguns indexam documentos pertinentes à área.
Título	Para ter uma identidade, todo periódico precisa de um nome, que é denominado título por seis indexadores desta pesquisa. Tal critério é obrigatório no preenchimento dos formulários de pedido de indexação. A avaliação desse critério também consiste em observar se não ocorreram mudanças na titulação do periódico, que não são bem vistas pelos avaliadores.
URL	O <i>Uniform Resource Locator</i> - URL é um localizador padrão de um recurso disponível na internet, um endereço virtual que indica a localização da informação pesquisada pelo usuário, que pode ser um arquivo, uma homepage ou link de uma página. Com o intuito de facilitar o acesso à informação, indexadores exigem que os periódicos tenham seu próprio URL, um endereço independente da instituição à qual estão vinculados, que também deve dispor de links para cada artigo e seção da revista.

Fonte: Adaptado de Rios (2018).

O Directory of Open Access Journals (DOAJ) foi uma das fontes de informação analisadas na pesquisa de Rios (2018). O DOAJ é uma base de dados de periódicos de acesso aberto com curadoria da comunidade científica e tem como objetivo ser o ponto de partida para todas as buscas de informações de qualidade, material de acesso aberto revisado por pares (DOAJ, 2018).

A adequação da Revista da PGE, estudada nesta pesquisa, às características de um periódico científico partirá dos critérios de indexação definidos pelo DOAJ. Portanto, verificou-se a lista formulada pelo diretório, fundamentada nas melhores práticas de editoração científica em acesso aberto. Essas práticas nada mais são do que diretrizes que compõem os critérios de indexação dos periódicos no DOAJ. Além dos critérios mínimos, os periódicos que se enquadram nas melhores práticas relacionadas ao acesso aberto, recebem um selo DOAJ que os diferencia dos demais periódicos indexados.

Os critérios são divididos por temáticas, a saber: acessibilidade, abertura, descobrimento, reuso e direitos autorais. Com relação ao selo, para consegui-lo, é necessário atingir as exigências contidas no item 17 do quadro a seguir. O DOAJ documentou os critérios informados em “Transparência e melhores práticas para publicação científica” (PEREIRA, 2019).

Quadro 11 - Critérios de indexação de periódicos no DOAJ

Critérios	Descrição
1. Página web	A página web de um periódico precisa refletir o cuidado adotado para garantir a adequação a padrões éticos e profissionais. Precisa evitar incluir informações que confundam os autores e leitores incluindo tentativas de imitar pagina de outros periódicos. Precisa incluir uma declaração sobre os objetivos, escopo e público-alvo apresentado de forma clara. E, finalmente, precisa apresentar uma declaração do que pode ser considerado uma publicação adequada e dos critérios de autoria.
2. Nome do periódico	O nome do periódico precisa ser único e inconfundível, evitando que o mesmo possa ser confundido por autores e leitores.
3. Processo de revisão por pares	A revisão por pares e as políticas relacionadas ao processo de revisão empregado pelo periódico devem ser descritas claramente na página do periódico, assim como o método de avaliação empregado. Os periódicos não devem garantir a aceitação de manuscritos e tampouco garantir que o processo de avaliação será curto.
4. Propriedade e Gestão	Informações a respeito da propriedade e gestão de um periódico precisam ser indicadas de forma clara na página do periódico. Casas editoriais não devem usar nomes de organizações ou nomes de periódicos que possam confundir autores potenciais e editores.
5. Corpo de Governança	Os periódicos precisam ter quadros editoriais em seus corpos de governança compostos por especialistas reconhecidos nas áreas de conhecimento incluídas no escopo do periódico.
6. Equipe editorial e dados para contato	Os periódicos devem fornecer o nome completo e afiliação dos editores, assim como informações de contato e de oficina editorial com a inclusão do endereço na página do periódico.
7. Direitos autorais e licenças	A política de direitos autorais deve estar claramente indicada nas diretrizes do autor e o detentor dos direitos autorais deve ser mencionado em todos os artigos publicados. Da mesma forma, as informações de licenciamento devem ser claramente descritas nas diretrizes do site, e os termos de licenciamento devem ser indicados em todos os artigos publicados, tanto em HTML quanto em PDF. Se os autores têm permissão para publicar sob uma licença Creative Commons, então não há nenhum requisito específico. Quaisquer políticas de publicação de versões finais aceitas ou artigos publicados em repositórios de terceiros devem ser claramente declarada.
8. Taxas pagas pelo autor	Taxas ou encargos necessários para o processamento do manuscrito e/ou materiais de publicação no periódico devem ser claramente declarados em um local visível para os autores em potencial antes de submeter seus manuscritos para revisão, ou explicados aos autores antes de começarem a preparar seus manuscritos para submissão. Se tais taxas não forem cobradas, isso também deve ser claramente indicado.
9. Processos para identificação e para atuar diante de alegações de falhas de conduta na pesquisa científica	As casas editoriais e editores devem tomar medidas para identificar e impedir a publicação de artigos com desvios de conduta, incluindo plágio, manipulação de citação e falsificação ou fabricação de dados, entre outros. Em nenhum caso, um periódico científico ou seus editores devem encorajar tal má conduta, ou conscientemente permitir que tal má conduta ocorra. Caso o editor ou editores de um periódico tenham conhecimento de qualquer alegação de má conduta de pesquisa relacionada a um artigo publicado em seu periódico, o editor ou editor deve seguir as diretrizes da COPE2 (ou equivalente) ao lidar com as alegações.
10. Ética na publicação	O periódico deve ter políticas sobre ética nas publicações cujo conteúdo deve incluir: a) políticas do periódico sobre autoria e contribuição; b) como o periódico lidará com reclamações e apelações; c) políticas de periódicos sobre conflitos de interesse ou interesses conflitantes; d) políticas de periódicos sobre compartilhamento de dados e reproduzibilidade; e) política do periódico sobre supervisão ética; f) política do periódico sobre propriedade intelectual; e g) opções do periódico para discussões pós-publicação e correções.
11. Calendário de publicações	A periodicidade na qual o periódico efetua publicações deve ser indicada claramente.
12. Acesso	A forma como o periódico e os artigos individuais estão disponíveis para os leitores e se há taxas de assinatura ou pagamento por visualização deve ser indicada.
13. Arquivamento	O plano do periódico para backup eletrônico e preservação do acesso ao conteúdo do periódico científico (por exemplo, acesso aos principais artigos via CLOCKSS, LOCKSS

	ou PubMed Central) no caso de um periódico não ser mais publicado deve ser claramente indicado.
14. Renovação de fontes	Modelos de negócios ou fontes de receita (por exemplo, taxas de autor, assinaturas, publicidade, reimpressões, suporte institucional e suporte organizacional) devem ser claramente declarados ou apresentados de outra forma evidente no site do periódico. As taxas de publicação ou status de renúncia não devem influenciar a tomada de decisão editorial.
15. Publicidade	Os periódicos devem declarar sua política de publicidade, se relevante, incluindo quais tipos de anúncios serão considerados, quem toma decisões relativas à aceitação de anúncios e se eles estão vinculados ao conteúdo ou ao comportamento do leitor (somente online) ou são exibidos aleatoriamente. Os anúncios não devem ser relacionados de forma alguma à tomada de decisão editorial e devem ser mantidos separados do conteúdo publicado.
16. Marketing direto	Quaisquer atividades de marketing direto, incluindo solicitação de manuscritos que sejam realizadas em nome do periódico, devem ser apropriadas.
17. Práticas para obtenção do selo	<p>a) depositar conteúdo com termos de longo prazo de preservação digital ou um programa de arquivamento depósito, tais como: Controlled Lots of Copies Keep Stuff Safe (CLOCKSS), Lots of Copies Keep Stuff Safe (LOCKSS) ou Portico;</p> <p>b) fornecer identificadores permanentes nos artigos publicados tal como DOI;</p> <p>c) fornecer metadados em nível de artigo para o DOAJ;</p> <p>d) incorporar informações de licenciamento CC legíveis por máquina em metadados em nível de artigo;</p> <p>e) permitir a reutilização e a remistura do conteúdo de acordo com uma licença CC BY, CC BY-SA ou CC BY-NC;</p> <p>f) ter uma política de depósito registrada em um diretório de políticas de depósito, tal como SHERPA/RoMEO;</p> <p>g) permitir que o autor mantenha os direitos autorais sem restrições. (DOAJ, 2015).</p>

Fonte: Adaptado de Pereira (2019, p. 102) e DOAJ (2018).

Para Fachin, Silveira e Abadan (2020, p. 142, grifo nosso) a tarefa de alimentar os dados junto aos indexadores é uma função prática que requer a disposição e migração de dados para que haja maior disseminação do acervo em várias bases de dados, para assim permitir maior recuperação da informação e **visibilidade** do acervo publicado.

Para o sucesso da indexação é importante que se tenha um software preparado para as tarefas que circundam a função. A plataforma OJS é bastante utilizada por várias casas editoras, e por suas funcionalidades é o mais recomendado entre os softwares para periódicos de acesso aberto.

3.4 PLATAFORMA ELETRÔNICA

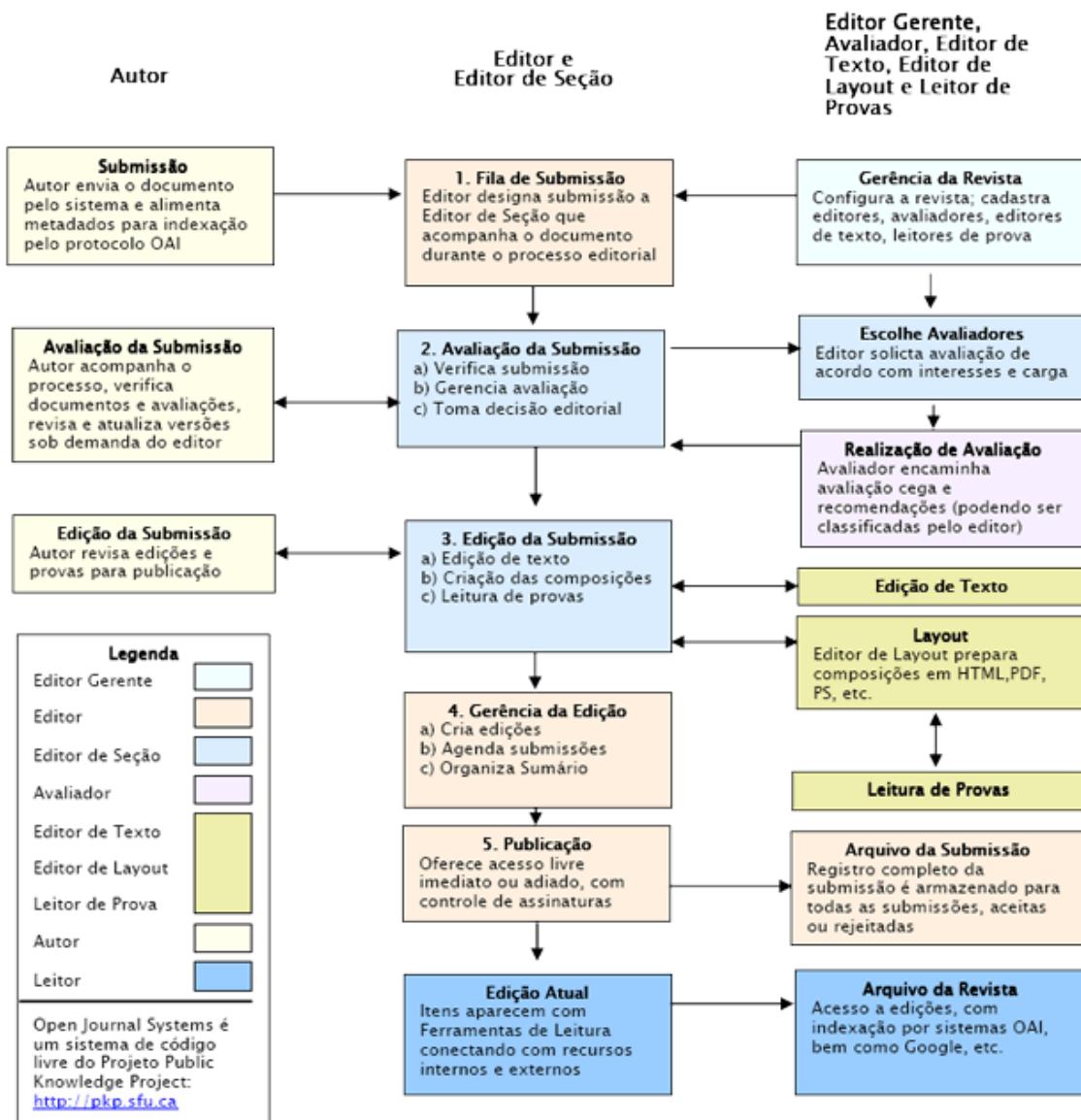
O sucesso da gestão editorial, de um periódico científico de acesso aberto, dependerá, entre outros fatores, da escolha do *software* para a realização do gerenciamento do fluxo editorial e da publicação dos artigos científicos abarcados pelo periódico.

O *Open Journal Systems* (OJS), lançado em 2001, é um aplicativo de software de código aberto, totalmente gratuito, que inclusive permite ser modificado pelo usuário. O programa foi desenvolvido pela *Public Knowledge Project* (PKP) – que, por sua vez, “é uma iniciativa que

desenvolve softwares de código aberto e conduz pesquisas para melhorar a qualidade e o alcance da publicação acadêmica". Outrossim, sua missão é melhorar o acesso à pesquisa, tornando-se uma opção viável para a criação de periódicos de acesso aberto, contribuindo para o aumento do número de leitores, além de contribuir para o bem público mundialmente. O OJS é a plataforma de publicação de periódicos de código aberto mais difundida e utilizada, com mais de 10 mil periódicos fazendo seu uso, em todo mundo (PKP, 2020).

Por meio da figura a seguir, é possível conhecer o fluxograma do processo editorial do OJS versão 2.1 (IBICT, 2006).

Figura 4 - Fluxograma do processo editorial



Fonte: IBICT (2006) - OJS em uma hora: uma introdução ao Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas SEER/OJS.

O OJS é uma importante ferramenta para o gerenciamento editorial, pois auxilia desde o processo de submissão, passando pelo fluxo editorial, até a publicação de artigos. A ferramenta disponibiliza os seguintes recursos, conforme apresentado pela desenvolvedora (PKP, 2020):

- a) Interface de leitor responsivo com uma seleção de temas ou designs gratuitos;
- b) Fluxo de trabalho editorial flexível e configurável;
- c) Envio online e gerenciamento de todo o conteúdo;
- d) Módulo de assinatura com opções de acesso aberto retardado;
- e) Integrado com serviços de publicação acadêmica, como Crossref, ORCID e DOAJ;
- f) Recomendado pelo Google Scholar, pela facilidade de indexação e descoberta;
- g) Instalado e controlado localmente;
- h) Liderado e apoiado pela comunidade;
- i) Multilíngue e traduzido para mais de 30 idiomas;
- j) Extensos guias do usuário e vídeos de treinamento.

Além da vantagem de ser um software gratuito que permite modificações a fim de adaptá-lo ao projeto de cada periódico, e também pertencer à iniciativa de acesso aberto, a ferramenta integra-se ao DOAJ, conforme tratado na alínea “e” acima. Ressalta-se que o DOAJ estabelece critérios mínimos possíveis de serem cumpridos por um periódico novo ou por aqueles que buscam a adequação às práticas de ciência aberta, especialmente, do acesso aberto e, por isso, foi eleito para fins dessa pesquisa.

Em 2018, foi lançada a versão 3 do software, que contém atualizações importantes como a interface melhorada, formulários e outras ferramentas que auxiliam a gestão editorial.

A adoção do software OJS possibilita à equipe editorial e aos autores acompanharem o fluxo de submissão, avaliação, edição de texto e publicação.

Segundo Brito *et al.* (2018, p. 23), realizar a gestão de usuários e suas atividades é mais um desafio para muitos editores, principalmente os que vivem a realidade brasileira em que as equipes são bastante diminutas. Dessa maneira, o OJS 3 foi melhorado para poder se adaptar tanto para revistas grandes, com equipe especializada em cada atividade, quanto para revistas de porte pequeno, ou seja, onde acontece a concentração de funções/papéis entre poucos colaboradores, flexibilizando a definição dos papéis nas revistas mantidas por essa ferramenta.

O referencial teórico apresentado até aqui dá suporte ao desenvolvimento desta pesquisa e proporciona os conceitos e conhecimento necessários para o estabelecimento da sua trajetória metodológica, que será apresentada na próxima seção.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

A finalidade desta pesquisa é a de apresentar uma proposta de reestruturação política e de gestão editorial para o objeto deste estudo, ou seja, a Revista da PGE, buscando solucionar os problemas identificados, dentro das limitações do campo da pesquisa.

No que tange à classificação desta pesquisa, segundo a área de conhecimento, esta encontra-se ligada à grande área das Ciências Sociais Aplicadas, subárea Comunicação e Informação, dentro da Ciência da Informação, especificamente na área de Biblioteconomia, atendendo às diretrizes do mestrado profissional em gestão de unidades de informação.

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados por esta pesquisa, como definições de tema, problema proposto, objetivos a serem alcançados, bem como os conceitos teóricos que a deram sustentação.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Dando início à caracterização do estudo, com relação à abordagem do problema esta pesquisa é considerada qualitativa, diante da identificação e análise de elementos primários, como critérios utilizados pelos periódicos e indexadores; e quantitativa, considerando que o estudo trará dados capazes de serem quantificáveis (MICHEL, 2009, p. 39).

Considerando a finalidade da presente pesquisa, podemos classificá-la como aplicada e descriptiva. Aplicada porque a pesquisa pretende apresentar uma proposta para o Centro de Estudos da PGE, a fim de adequar o processo de gestão editorial de sua revista, aos moldes de um periódico. É descriptiva porque a pesquisa expõe características da revista e do seu processo atual de edição, objeto deste estudo, correlaciona com o ideal de gestão editorial, ou seja, um novo projeto para a Revista da PGE (VERGARA, 2011).

Quanto aos meios de realização, esta pesquisa é dada como um estudo de caso, pelo fato de estar circunscrita à unidade de análise, a revista (VERGARA, 2011).

Com relação aos procedimentos ou métodos empregados, adotou-se a revisão da literatura para reconhecer o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, como será descrito no próximo item desta seção.

A análise documental foi um dos procedimentos utilizados nesta pesquisa, por meio do levantamento e manuseio de documentos primários, isto é, “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”, como é o caso da presente pesquisa: documentos oficiais, relativos às políticas

editorias, diretrizes, regimentos, entre outros (GIL, 2010; PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55).

4.2 REVISÃO DE LITERATURA

Este item da seção procura apresentar os procedimentos do levantamento bibliográfico que fundamentou a revisão da literatura, de forma a melhor detalhar esta importante etapa do estudo que contribuiu para a formação do *corpus teórico* desta pesquisa.

O levantamento bibliográfico foi desenvolvido a partir de uma busca em diferentes bases de dados com publicações científicas nacionais e internacionais, com vistas ao aprofundamento teórico acerca do tema.

Foram definidas sete bases de dados, sendo uma base de teses e dissertações (Base de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BDTD/Capes; a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação - BRAPCI); os anais das reuniões da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) - entre 2015 a 2020; os anais do Grupo de Trabalho 7 e do Grupo de Trabalho 8, do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB); os anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU); e uma base de publicações multidisciplinares com abrangência internacional (Scientific Electronic Library Online - SciELO). Também foram utilizados acervos bibliográficos das Bibliotecas Universitárias da UDESC, UFSC e UNIVALI, para literatura de suporte técnico-metodológico.

Foi estabelecida a estratégia de busca, utilizando os operadores booleanos AND, NOT e OR, junto às bases de dados que contêm o recurso (ABEC não possui) para a combinação dos termos que representam o tema da pesquisa.

Os termos utilizados para a busca foram: periódico científico; ciência aberta; acesso aberto; gestão editorial e revista científica.

Quadro 12 - Estratégia de Busca

Base de dados	Estratégia de busca	Data da coleta	Resultados obtidos
BDTD/Capes	Periódico científico AND ciência aberta + filtros: Período: 2017 a 2020 / Ciências Sociais Aplicadas / Biblioteconomia / Gestão da Informação	20/07/2021	02 teses e 08 dissertações
Brapci	Na Brapci foi utilizada como estratégia de busca a utilização das palavras-chaves “periódico científico” OR “Revista Científica” como as informações apenas no título. No segundo momento foram utilizados os termos “gestão editorial” AND “periódico científico”. E em seguida “acesso aberto” AND “periódico”. Foram retornados 204, sendo 44 dos artigos selecionados.	22/07/2021	204 artigos no total 44 artigos selecionados
SciELO	Na SciELO foi aplicada a mesma lógica: “periódico científico” OR “Revista Científica” como as informações apenas no título. No segundo momento foram utilizados os termos “gestão editorial” AND “periódico científico”. E em seguida “acesso aberto” AND “periódico”. Obteve-se resultado satisfatório para “periódico científico”.	22/07/2021	15 artigos no total 06 duplicatas 05 selecionados
ENANCIB GT7 e GT8	A busca pela Anais do ENANCIB (GT7 e GT8), foram realizadas buscas junto às bases das instituições que abrigaram os eventos, no período compreendido entre 2015 a 2019.	07 e 08/09/2021	11 artigos selecionados.
ABEC	Consulta por entre os anais das reuniões		02 artigos
SNBU	Busca pelo título no período entre 2015 a 2019	09/08/2021	01 artigo

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Todos os termos foram consultados nas bases de dados mencionadas entre os meses de junho e setembro de 2021, sendo recuperados 73 materiais entre artigos, teses e dissertações, já com as exclusões de duplicatas.

Destarte, foi realizada a leitura de todos os resumos, com a intenção de conhecer os documentos coletados e realizar a seleção daqueles que possuem afinidade com o tema de estudo, objetivando, portanto, a formação do *corpus* da pesquisa e a escrita dos capítulos de revisão da literatura apresentados anteriormente.

4.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Como parte do processo de reestruturação do processo editorial da Revista da PGE, foi necessário optar por uma base com critérios possíveis de serem alcançados, num primeiro momento da mudança. Ademais, após analisar algumas possibilidades de bases de dados, percebeu-se que o DOAJ é uma base multidisciplinar, permitindo agregar a área do Direito – temática do objeto de estudo. Outro ponto foi a maior familiaridade com o acesso aberto, estando entre seus critérios a condição de que para fazer parte de sua base é necessário atender

esse quesito. O terceiro fato foi a conexão que o Diretório possui com o sistema OJS, visto que a plataforma gratuita já fazia parte do plano de reestruturação. Como a pesquisa trata de periódicos de acesso aberto, viu-se ali uma das razões para a escolha do diretório.

Para conhecer seus critérios, foi necessário elencar todos eles em uma planilha de excel e analisá-los a ponto de perceber se seria possível atingi-los. Também foi analisado o formulário para exigibilidade de periódicos ao DOAJ, cujos critérios estão visíveis no Quadro 13, a seguir.

Quadro 13 - Formulário para exigibilidade da base *DOAJ*

INFORMAÇÕES SOBRE A REVISTA	
Nome	
URL	
Título alternativo	
ISSN da revista (versão impressa)	
ISSN da revista (versão eletrônica)	
Editora	
Sociedade ou Instituição	
Plataforma, Host ou Agregador	
Nome do contato para a revista	
Endereço de e-mail do contato	
Confirme o endereço de e-mail do contato	
Qual é o país onde a editora (instituição) está sediada?	
A revista cobra taxas de processamento dos artigos?	
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada	
Valor	
Moeda	
A revista cobra taxas de submissão de artigos?	
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada	
Valor	
Moeda	
Quantos artigos a revista publicou no último ano civil?	
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada	
Valor	
Moeda	
A revista cobra taxas de submissão de artigos?	
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada	
Valor	
Moeda	
Quantos artigos a revista publicou no último ano civil?	
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada	
A revista tem uma política de isenção de pagamento de taxas para publicação (para autores de países em desenvolvimento, etc.)?	
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada	
Qual é a política de arquivamento digital usada pela revista?	
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada	
A revista permite o rastreamento automático na web de seu conteúdo por robôs/spiders (também conhecido como mineração de texto)?	
Quais são os identificadores dos artigos usados pela revista?	
A revista fornece, ou deseja fornecer, metadados em nível do artigo ao DOAJ?	
A revista fornece estatísticas de download para artigos?	
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada	
Qual foi o primeiro ano e volume em que a revista disponibilizou em acesso aberto o conteúdo de seus artigos? (O texto integral pode ser fornecido como PDFs. Não se aplica às novas revistas)	

Indique, por favor, em quais os formatos os artigos estão disponíveis em texto completo
Adicione as palavras-chave que melhor descrevem a revista
Selecione o(s) idioma(s) no(s) qual(is) os artigos em texto completo estão publicados
Qualidade e transparência do processo editorial
Qual é a URL para a página do Conselho Editorial?
Selecione, por favor, o processo de revisão dos manuscritos
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada
Qual é a URL para a página do âmbito e objetivos?
Qual é a URL para a página com as instruções aos autores?
A revista tem uma política de verificação de plágio?
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada
Qual é o número médio de semanas entre a submissão e a publicação?
A revista é de acesso aberto (<i>Open Access</i>)?
Qual é a URL para a declaração do acesso aberto da revista?
Licenciamento de conteúdo
A revista embute, exibe ou incorpora a informação sobre licença CC nos metadados dos artigos de forma que essa seja legível também por máquinas?
Introduza a URL onde esta informação pode ser encontrada
A revista permite a reutilização de seu conteúdo, de acordo com uma licença <i>Creative Commons</i> ou outro tipo de licença com condições semelhantes (selecione 'Outro')?
Quais das seguintes opções de licença a revista adota?
Introduza a URL onde esta informação pode ser encontrada
A revista permite aos leitores "ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar, ou link para o texto completo" de seus artigos e permite o seu uso para qualquer outra finalidade lícita?
Em qual diretório de política de depósito a revista registrou sua política?
Copyrights e permissões
A revista permite que o(s) autor (es) mantenha(m) os direitos de autoria sem restrições?
Informe a URL onde esta informação pode ser encontrada
A revista permite que o autor retenha os direitos de publicação sem restrições?
Introduza a URL onde esta informação pode ser encontrada
Informações sobre você
Nome
Endereço de <i>e-mail</i>
Confirmação do endereço de <i>e-mail</i>

Fonte: DOAJ (2022).

Após a análise dos critérios do DOAJ, foram pesquisados alguns portais de periódicos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do sul do Brasil, com a finalidade de conhecer quais critérios eles adotam para receber as revistas produzidas pelos seus programas de pós-graduação.

Com o objetivo de coletar e conhecer os critérios, foram analisados todos os portais de periódicos de todas as IFES, em busca da política ou das diretrizes de ingresso dos periódicos junto aos portais. São elas: Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Fundação Universidade do Rio Grande do Sul (FURG). Destas foram selecionadas UFPR, UTFPR, UFSC, UFFS, UFSM e UFRGS. Apenas UFPEL e FURG, não disponibilizaram as diretrizes junto aos portais, inviabilizando a análise, sendo, portanto, descartadas.

Por meio da comparação entre os critérios disponibilizados pelas diretrizes das IFES, foi possível analisar quais eram coincidentes e quais não-coincidentes.

Dessa análise resultou o quadro de comparação entre esses critérios coincidentes nos portais e os critérios do DOAJ, que apontou que os principais critérios exigidos pelo diretório são atendidos em todos os portais.

Na sequência, foram comparados os critérios do DOAJ com a Revista da PGE, a ponto de conhecer qual seriam os critérios a serem perseguidos pelo periódico, resultando no quadro 17. O resultado serviu para traçar a proposta de reestruturação do periódico, bem como a elaboração da proposta da Política de Editorial da revista.

Quanto à elaboração da Política de Editoração da revista, optou-se por pesquisar um exemplo de periódico consolidado, enquadrado na área do Direito, de acesso aberto, usuário da plataforma OJS e por fim, com estrato Qualis elevado, estando indexado no DOAJ. Da busca resultou analisar documento da Política Editorial do periódico “Revista de Investigações Constitucionais” editado pela Núcleo de Investigações Constitucionais (NINC), da UFPR. Considerando as características, que o diferenciam como periódico de destaque nacional, atendendo os critérios supracitados, além de ser classificado pela Capes, com estrato do Qualis A1. Também é indexado pelos seguintes indexadores internacionais, como: Web of Science, Scopus, SciELO e Redalyc.

Para a construção da seção 5, que caracteriza o objeto de estudo, foi necessário realizar pesquisa junto ao site da Procuradoria Geral do Estado, além das revistas impressas disponibilizadas na Biblioteca da instituição, bem como as em formato PDF, encontradas na aba Revista da PGE, no sítio institucional.

No que tange à elaboração de quadros, tabelas e outros recursos gráficos, utilizou-se recursos do Microsoft Word, Canva e Lucidchart.

Com relação aos objetivos desta pesquisa, foi elaborado um quadro, disponível no Apêndice A, que apresenta cada um dos objetivos e de que forma foram atendidos.

5 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Esta seção é dedicada a caracterizar o objeto de estudo desta pesquisa, a Revista da PGE. Portanto, é apresentada a sua origem, vínculo institucional, sua importância e a visão projetada para ela nos próximos anos.

5.1 A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (SC)

A Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC), foi fundada a partir da emenda à Constituição Estadual nº 16, de 28 de junho de 1982, passando a ser a instituição jurídica de advocacia pública do Estado de Santa Catarina. Antes da sua criação, a representação judicial do Estado era realizada pelo Ministério Público do Estado, antiga Procuradoria-Geral de Justiça.

Desta forma, a PGE é um órgão ligado ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, tendo como papel o descrito na legislação, principalmente no que tange à: Constituição Federal, Constituição do Estado, Lei Orgânica da PGE e Regimento Interno da PGE.

As funções da PGE estão regulamentadas de acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina, na Seção II – Advocacia do Estado:

Art. 103 [...] § 2º Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado disciplinará sua competência e a dos órgãos que a compõem e disporá sobre o regime jurídico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, respeitado o disposto nos artigos 132 e 135 da Constituição Federal (SANTA CATARINA, 1989, p. 1).

Na Constituição Federal, é o artigo 132 que determina que Procuradores do Estado e do Distrito Federal, serão organizados em carreira, com ingresso por concurso público, prova de títulos, participação na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), exercendo a representação judicial e a consultoria jurídica das unidades federadas (BRASIL, 1988).

Já a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina, Lei Complementar nº 317, 30 de dezembro 2005, estabelece o cumprimento das competências e apresenta a seguinte redação:

Art. 4º Compete à Procuradoria Geral do Estado:

I - representar o Estado judicial e extrajudicialmente;

II - exercer as funções de consultoria e assessoramento jurídico do Estado;

III - responder consultas jurídicas formuladas pelos Presidentes da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e pelo Procurador-Geral de Justiça;

IV - defender a norma legal ou ato normativo estadual impugnados nas ações diretas de inconstitucionalidade propostas perante o Tribunal de Justiça do Estado, observado o disposto na Lei nº 12.069, de 27 de dezembro de 2001;

V - propor ação civil pública e ação de improbidade administrativa;

VI - promover a cobrança da dívida ativa;

VII - elaborar ações diretas de inconstitucionalidade;

VIII - manifestar-se nos projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo;

IX - coordenar a elaboração de informações nos mandados de segurança e habeas data impetrados contra autoridades estaduais, assim como aquelas a serem prestadas pelo Governador do Estado nas ações diretas de inconstitucionalidade;

X - assistir à administração pública no controle interno da legalidade e da moralidade administrativa de seus atos, especialmente por meio de:

- a) proposta de declaração de nulidade de atos administrativos;
- b) proposta de adoção de normas, medidas e procedimentos; e
- c) proposta de normatização de parecer;

XI - exercer o controle, a orientação normativa e a supervisão técnica dos serviços jurídicos das autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas estaduais, na forma da lei;

XII - coordenar e controlar as comissões permanentes de processo administrativo disciplinar;

XIII - processar pedidos administrativos de indenização ou de satisfação de direitos, na forma da lei especial;

XIV - uniformizar a jurisprudência administrativa, dirimindo controvérsias jurídicas entre órgãos e entidades da administração pública direta e indireta;

XV - orientar a administração pública no cumprimento de decisões judiciais e opinar obrigatoriamente nos pedidos de extensão de julgado;

XVI - promover processos administrativos disciplinares nos casos previstos em lei;

XVII - representar os interesses do Poder Executivo Estadual perante os Tribunais de Contas do Estado e da União;

XVIII - relacionar-se com o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil;

XIX – revogado;

XX - realizar correição para verificar a regularidade e eficácia dos serviços jurídicos das entidades da Administração Indireta; e

XXI - prestar assistência jurídica aos Municípios, quando solicitado (SANTA CATARINA, 2005, p. 1).

Por fim, apresenta-se o Regimento Interno da PGE, que estabelece em seu Art. 2º que o órgão é responsável pela representação do Estado, judicial e extrajudicialmente, sendo órgão central do Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos da Administração Direta e Indireta, pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Estado. A seguir, estão dispostas as competências que abrangem a PGE, segundo o Decreto nº 3.663, 25 de novembro 2010:

I - responder à consulta jurídica formulada pelos Presidentes da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas do Estado e pelo Procurador Geral de Justiça;

II - defender a norma legal ou o ato normativo estadual impugnado em ação direta de inconstitucionalidade proposta no Tribunal de Justiça do Estado, observado o disposto na Lei nº 12.069, de 27 de dezembro de 2001;

III - propor ação civil pública e ação de improbidade administrativa;

IV - promover a cobrança da dívida ativa;

V - elaborar e atuar em ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade e arguições de descumprimento de preceito fundamental;

VI - manifestar-se nos projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo Estadual, bem como analisar, com exclusividade, a constitucionalidade dos autógrafos;

VII - coordenar a elaboração de informação em mandado de segurança, mandados de injunção e habeas data impetrados contra autoridade estadual, bem como aquela a ser prestada pelo Governador do Estado em ação direta de inconstitucionalidade;

VIII - assistir à administração pública estadual no controle interno da legalidade e da moralidade administrativa de seus atos, especialmente por meio de:

- a) pareceres;
- b) proposta de declaração de nulidade de ato administrativo;
- c) proposta de adoção de norma, medida ou procedimento;
- d) proposta de normatização de parecer; e
- e) uniformização de parecer.

IX - exercer o controle, a orientação normativa e a supervisão técnica do serviço jurídico das autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas estaduais, na forma da lei; 17

X - coordenar e controlar as comissões permanentes de processo administrativo disciplinar;

XI - processar pedido administrativo de indenização ou de satisfação de direito, na forma da lei especial;

XII - uniformizar a jurisprudência administrativa, dirimindo controvérsia jurídica entre órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta;

XIII - orientar a administração pública estadual no cumprimento de decisões judiciais e opinar obrigatoriamente em pedido de extensão de julgado;

XIV - promover processo administrativo disciplinar nos casos previstos em lei;

XV - representar os interesses do Poder Executivo Estadual perante os Tribunais de Contas do Estado e da União;

XVI - relacionar-se com o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil;

XVII - realizar correição para verificar a regularidade e eficácia do serviço jurídico das entidades da administração indireta;

XVIII - prestar assistência jurídica aos municípios, quando solicitado;

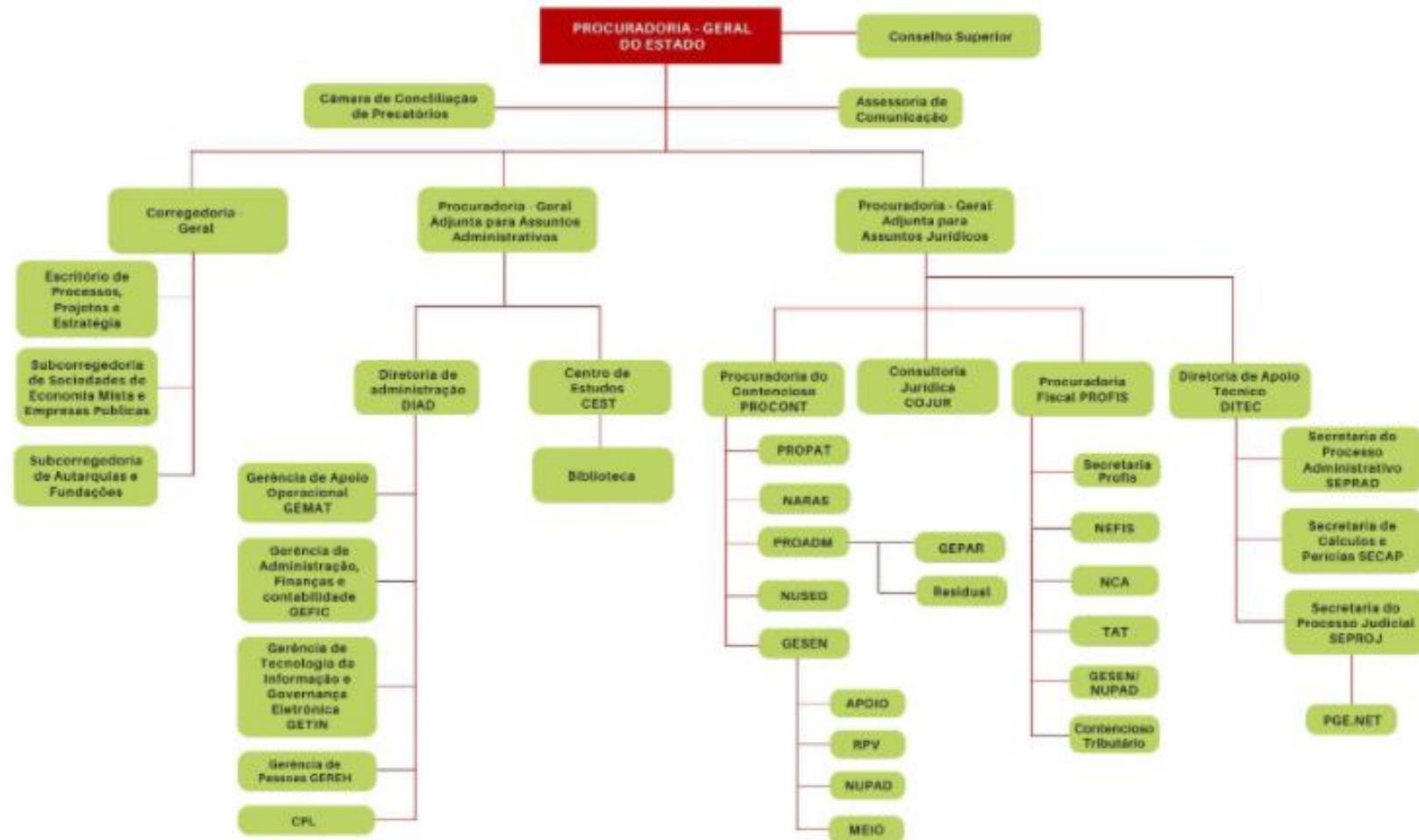
XIX - manifestar-se nos processos e recursos submetidos à apreciação do Tribunal Administrativo Tributário; e

XX - a representação judicial, durante o exercício do respectivo cargo, do Governador do Estado, do Presidente do Tribunal de Justiça e dos titulares das Secretarias de Estado, quando demandados em ações populares, ações civis públicas e ações de improbidade administrativa, por atos praticados em decorrência de suas atribuições constitucionais ou legais, desde que não haja conflito com os interesses do Estado, no entendimento do Conselho Superior (SANTA CATARINA, 2010, p. 1).

Sendo assim, as funções institucionais da PGE refletem uma atuação na defesa judicial do estado e no controle interno dos atos da Administração Pública. Outras questões devem ser pensadas frente às atribuições da PGE. Além das funções primordiais, a PGE precisa estabelecer uma comunicação mais efetiva entre os subsistemas sociais da política e do direito e a missão institucional de aliar com as políticas públicas e seus agentes públicos (BINENBOJM, 2011).

A seguir está disposta a figura 5, que representa graficamente a estrutura citada acima na forma de um organograma (extraído do site da PGE), possibilitando dar mais clareza e entendimento ao funcionamento e organização do órgão jurídico.

Figura 5 – Organograma da PGE



Fonte: PGE (2021).

5.2 CENTRO DE ESTUDOS (CEST)

O Centro de Estudos foi criado oficialmente em dezembro de 2017, como um órgão de assessoramento superior na estrutura organizacional da PGE, e está subordinado à Procuradoria Geral Adjunta para Assuntos Administrativos, já apontado pela figura 5. Antes da sua criação, as atividades que envolviam, por exemplo, a capacitação de procuradores e demais servidores, a editoração das publicações, eram realizadas pela Gerência de Recursos Humanos e outros setores.

I – promover o aperfeiçoamento técnico-jurídico dos Procuradores do Estado e demais servidores da PGE;

II – organizar seminários, cursos, estágios, treinamentos, palestras e conferências sobre temas jurídicos e de interesse do serviço;

III – editar a Revista da PGE, boletins, manuais e outras formas de publicação;

IV – realizar o curso de adaptação à carreira de Procurador do Estado para os novos integrantes; e

V – exercer outras atribuições previstas em lei, ato normativo, inerentes ao cargo ou atribuídas diretamente pelo Procurador-Geral do Estado.

Parágrafo único. As despesas referentes às atividades do CEST serão suportadas pelo FUNJURE, nos termos da Lei Complementar nº 56, de 29 de junho de 1992 (SANTA CATARINA, 2018, p. 1).

É então que o órgão assume oficialmente o papel de facilitador na promoção do aperfeiçoamento funcional dos servidores, para que tenham condições de desenvolver competências e habilidades técnicas-jurídicas, essenciais para o bom andamento dos trabalhos. Dessa forma, é responsável pela elaboração de capacitações de diferentes modalidades como: cursos, congressos, seminários, encontros, voltados às áreas meio e fim. Também media convênios para cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* com instituições de ensino nacionais e internacionais, bem como viabiliza a participação de servidores em eventos promovidos por outros órgãos ou instituições no Brasil e no exterior.

Essas atividades são financiadas com recursos oriundos do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento (Funjure), criado pela Lei Complementar 56, de 29 de junho de 1992, que tem por destinação, entre outras, nos termos do art. 1º, inciso III, IV e V, o aperfeiçoamento da capacitação profissional dos Procuradores do Estado e a promoção do aperfeiçoamento técnico e administrativo do quadro de pessoal da PGE.

Ainda dentro das competências do Cest está a coordenação da Biblioteca da PGE e a editoração da Revista da PGE. A Biblioteca dá suporte à pesquisa do Cest e, consequentemente, de todos os servidores que solicitem seus serviços de informação. Possui acervo voltado para a área jurídica formado por livros, códigos, periódicos, bases de dados, pareceres, literatura

cinzenta, entre outras publicações relevantes. Atualmente conta com uma bibliotecária e uma estagiária para a realização das atividades de pesquisa, busca, organização, processamento técnico e gestão do espaço.

Na próxima seção, o objeto de estudo desta pesquisa é apresentado, a revista da PGE.

5.3 REVISTA DA PGE

O periódico foi denominado como Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina, ou simplesmente, Revista da PGE. Essa denominação é costumeiramente utilizada por outras procuradorias de estado brasileiras. É um periódico da área do direito que abrange assuntos como direito tributário, administrativo e constitucional, muito discutidos no cotidiano da instituição. Sua periodicidade é anual e sua primeira edição foi lançada em 1986, seguido do segundo número em 1987, chegando até o terceiro número em 1988. As três primeiras edições não possuíam registro de ISSN e sua missão era publicar as peças de relevância produzidas pelos procuradores, ou seja, exclusivamente pareceres jurídicos. Não há um único trabalho com características semelhantes às de um artigo científico.

A partir do segundo número (1987) a bibliotecária Eni Besen, atualmente aposentada, passou a auxiliar na formatação, logo a revista passou a ser editada com ficha catalográfica. Entre os anos de 1989 e 2013 a revista foi descontinuada. Nesse intervalo foram lançadas apenas publicações especiais sobre pareceres na íntegra, normas internas, legislação ligados diretamente à PGE ou em que ela fez participações, ou seja, na atuação em defesa dos interesses do Estado.

A partir do ano de 2014, houve a retomada da revista, já registrada com ISSN 2329-0671, porém, com a numeração dos fascículos errada, visto que a continuidade correta se daria a partir do número 4, no entanto foi repetido o número 3 (sem correção ou errata). Os fascículos publicados a partir de 2014 contêm artigos com formatação muito próxima da científica, no entanto, sem seguir as regras da editoração científica. Além de artigos, a revista também traz seções especiais, em que são publicadas peças jurídicas importantes historicamente.

Nota-se que nos últimos três números a participação de autores convidados aumentou, em especial o exemplar de 2020, que trouxe a maior participação. Outro ponto bastante curioso da referida edição foi a abertura da participação de outros servidores, que não apenas os procuradores, que antes detinham exclusivamente a autoria das publicações. Os artigos não levam resumo na sua maioria, com exceção dos últimos exemplares, e mesmo assim, não são tratados como itens obrigatórios, o que demonstra falta de padronização.

Tabela 1 - Artigos Publicados X Autores Externos

Edição da Revista	Número de artigos	Autores externos
Nº 03/2014	12	1
Nº 04/2015	10	0
Nº 05/2016	12	0
Nº 06/2017	13	0
Nº 07/2018	15	4
Nº 08/2019	13	4
*Nº 09/2020 (10/2020) ⁸	19	10
Nº 11/2021	27	7
Total	121	26

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

O atual processo de editoração da revista atende etapas bastante simples e sem o rigor exigido para um periódico científico. Primeiramente é escolhida uma comissão editorial, sem quantidade de membros definida, todos procuradores integrantes da PGE. Essa comissão é responsável por avaliar os artigos. O próximo passo é o lançamento do edital, que na prática traz as regras para a submissão dos artigos junto ao periódico. O edital então é publicado no site e também encaminhado para as procuradorias de todo país, por meio dos seus órgãos de capacitação (centros de estudos e similares). Os artigos recebidos são encaminhados para a comissão, que avaliará cada um deles, de acordo com critérios como: forma, pertinência à linha editorial e a contribuição para a inovação do reconhecimento na área. A seleção ainda leva em conta os artigos produzidos pelos autores da Casa, ou seja, apenas uma parte dos artigos publicados na revista será de autores fora da PGE/SC.

Então, em 2019 surge a preocupação de profissionalizar a editoração do periódico. A partir daí são montadas comissões interessadas em levantar informações necessárias para adaptar a revista aos moldes de um periódico de acesso aberto elegível para ser indexado em bases de dados. Recentemente, essa atribuição passou a ser coordenada exclusivamente pelo Centro de Estudos, tornando-se um projeto que, inclusive, é o objeto de estudo desta pesquisa.

⁸ A partir do retorno da revista em 2014, houve o registro equivocado do exemplar como nº 3, quando pela sequência seria o nº 4. Da mesma forma, observou-se que número de 2020 saltou para o nº 10, conforme consta na ficha catalográfica do último exemplar.

6 CRITÉRIOS DE PERIÓDICOS

Ao longo desta pesquisa foram apresentados critérios padrões para periódicos, isto é, aqueles mais recorrentes dentre as publicações. São eles: editores, periodicidade, pontualidade, normalização, indexação, endogenia, caráter científico, revisão por pares, corpo editorial, avaliadores externos, ISSN para publicação impressa e para publicação eletrônica, entre outros.

Para esta etapa do estudo, serão descritos os critérios de indexação de periódicos do DOAJ, uma vez que o diretório é o comparativo escolhido para a presente pesquisa. Desta forma, ao apresentar os critérios do DOAJ, buscou-se apontar todas as áreas pré-definidas pelo diretório: cobertura (área), acesso aberto, site do periódico, ISSN, processo de controle de qualidade, licenciamento e direito autoral, apresentados na seção 6.1.

Também foram levantados os critérios de indexação adotados pelos portais de periódicos de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do sul do Brasil que disponibilizam os critérios de inclusão de periódicos em suas páginas web, são elas: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse levantamento é apresentado na seção 6.2.

Para que o periódico possa ser indexado junto ao DOAJ, além de atender aos critérios exigidos, é necessário informar o diretório, por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no próprio site, que investigará sobre a condição de acesso aberto da revista; sobre elementos de cunho geral (título, endereço do site, ISSN, palavras-chave, idioma, editora e instituição); Editorial (forma de avaliação utilizada, objetivo, escopo e conselho editorial); Licenciamento; Direitos Autorais; Modelo de negócios; Ética; Arquivamento e Preservação Digital.

Após o encaminhamento dessas informações, a equipe do DOAJ irá analisá-las detalhadamente, buscando confirmar cada um dos dados fornecidos; caso confirme o atendimento dos critérios, o periódico é admitido. No entanto, é preciso atualizar os dados e continuar com a prática que levou o periódico a ingressar no diretório, caso contrário poderá ser retirado, visto que será acompanhado permanentemente.

6.1 DOAJ

Os critérios básicos do DOAJ são informados no site do próprio diretório e podem ser

traduzidos como: ser periódico ativo com publicações frequentes - número mínimo de publicações por ano, público-alvo, acesso aberto, site do periódico, ISSN eletrônico, processo de controle de qualidade, licenciamento, direito autoral e outros critérios.

6.1.1 Cobertura

O DOAJ é um diretório de cobertura temática multidisciplinar. Sendo assim, para aceitação de um periódico, não há distinção da sua área temática, sendo aceitas todas as áreas de pesquisa. No entanto, é necessário publicar o número mínimo de cinco artigos de pesquisa por ano. O periódico também deve demonstrar histórico de publicação de mais de um ano ou ter publicado ao menos dez artigos.

Quanto ao público-alvo, este deve ser composto por pesquisadores ou profissionais da área de atuação do periódico.

6.1.2 Acesso aberto

São aceitos apenas periódicos de acesso aberto. A prerrogativa do diretório é de que o detentor dos direitos autorais de um trabalho acadêmico conceda o direito de uso a terceiros, por meio de uma licença aberta, como a *Creative Commons* ou equivalente. Desta forma o acesso gratuito e imediato permitirá fazer uso para leitura, *download*, distribuição, impressão, pesquisa, usar links para textos completos de artigos, rastreá-los para indexação, entre outras finalidades legais.

Para tal, o periódico deve exibir uma declaração de acesso aberto em seu site, de acordo com as definições do diretório. Também se percebeu exigências sobre a disponibilidade imediata de acesso ao texto completo, devendo ser livre, aberta e sem demora. Além disso, não existir período de embargo e não exigir qualquer registro prévio para realizar a leitura.

Outrossim, a base autoriza a possibilidade de cobrança, desde que seja pela versão impressa do periódico.

6.1.3 Site do periódico

Quanto ao site do periódico, é recomendado que ele possua URL própria e homepage dedicados, permitindo seu acesso de qualquer local, além de ser intuitivo e de fácil navegação. A revista deve seguir diretrizes baseadas nos princípios de transparência e melhores práticas

em publicações acadêmicas. Outrossim, cada artigo deve estar disponível de forma completa e individual, ou seja, por meio de um URL único por artigo e HTML ou PDF, no mínimo.

A página do periódico deve obrigatoriamente conter outras informações relevantes, e de forma acessível, tais como:

- Política de acesso aberto;
- Objetivos e escopo;
- Conselho editorial (incluindo afiliações institucionais de todos os membros);
- Instruções para autores;
- Processo editorial (revisão por pares);
- Termos de licenciamento;
- Termos de direitos autorais;
- Incluir sobre a existência ou não de cobranças, inclusive taxas diversas que podem ser cobradas do autor, do envio à publicação; e
- Contato detalhado do periódico.

6.1.4 International Standard Serial Number (ISSN)

O ISSN – International Standard Serial Number, ou traduzido, Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas, é o código numérico de identificação, único e exclusivo, reconhecido internacionalmente, criado para individualizar toda e qualquer publicação seriada. Uma vez atribuído ao título da publicação, o ISSN irá acompanhá-la até seu encerramento, inclusive o código deverá estar presente em todos os exemplares, a partir do seu registro. No entanto, caso a publicação ganhe novos suportes (impresso, digital e outros) ou ainda a publicação passe a ser editada em novo idioma, deve ser atribuído um código ISSN diferente para cada uma delas (IBICT/CBI, 2021).

O DOAJ exige que o periódico tenha seu ISSN registrado e confirmado no sítio do serviço (www.issn.org). Além disso, é preciso exibir o número correspondente no site da revista, sendo que o título também deve corresponder ao cadastrado no ISSN.

6.1.5 Processo de controle de qualidade

O processo de qualidade se refere à edição do periódico e tudo o que o envolve para uma publicação dentro do esperado. Simplificando, nele é exigido que a revista tenha um editor e um conselho editorial, que seja feita a identificação de seus membros, incluindo não somente

seus nomes, mas também a afiliação de cada um deles. Sobre os artigos recebidos, espera-se que seja realizada a revisão por pares de todos eles, antes que sigam para publicação. Para aqueles periódicos dirigidos por um corpo discente, é necessário que se institua um conselho consultivo, contendo no mínimo dois membros com título de doutor ou equivalente.

No que tange o combate ao plágio, o diretório recomenda o uso de algum serviço de verificação, mas este item não é obrigatório.

Vale destacar que para facilitar a comunicação e a transparência, todas as etapas desse processo devem ser relatadas no site.

6.1.6 Licenciamento

A adoção do licenciamento é uma exigência para que pesquisadores possam fazer uso e reutilização do conteúdo publicado pelas revistas. Os termos do licenciamento e outras informações acerca do tema devem estar disponíveis na página da revista de forma clara e de fácil acesso.

O DOAJ recomenda o uso de uma das licenças *Creative Commons* e, caso ela não seja a escolhida, termos e condições semelhantes devem ser aplicados e detalhados. Mesmo não sendo uma exigência para ingresso no diretório, é recomendado ainda que informações referentes ao licenciamento sejam exibidas ou incorporadas em artigos de texto completo.

6.1.7 Direito autoral

O direito autoral é tido como propriedade intelectual do autor sobre sua obra, neste caso, científica, obtida por meio de pesquisa ou outras formas. Diferente de periódicos predatórios, os periódicos científicos, participantes do movimento de acesso aberto da ciência, solicitam a concessão do direito de uso a terceiros, conforme já tratado no item 6.1.2.

Para atendimento deste critério, o diretório afirma que os termos de direitos autorais aplicados ao conteúdo publicado devem ser facilmente identificados no site da revista, bem como separados dos termos de direitos autorais dedicados ao próprio site. Portanto, deve haver clara distinção entre eles.

Outro ponto importante é sobre os cuidados na definição dos termos de direitos autorais, visto que estes não devem contradizer os termos de licenciamento ou os termos da política de acesso aberto. A utilização da expressão “todos os direitos reservados”, por exemplo, não seria apropriada para conteúdo de acesso aberto.

6.1.8 Outros critérios

No quadro 14 são exibidos critérios adicionais destinados aos periódicos de áreas do conhecimento específicas, para as quais o DOAJ exige as condições descritas a seguir:

Quadro 14 - Critérios adicionais para áreas específicas

Revistas de artes e humanidades	Para essas áreas do conhecimento (de 10 a 16 páginas) o DOAJ pode aceitar periódicos que realizam revisão editorial, em vez de revisão por pares. A revisão editorial deve ser feita por no mínimo dois editores.
Revista de relatos de casos clínicos	O DOAJ só considera relatos de caso como pesquisa se incluírem a análise retrospectiva de mais de três casos clínicos e/ou uma revisão da literatura. Antes de se inscrever, certifique-se de que a revista publica pelo menos cinco artigos por ano que atendam a esta definição.
Revistas de anais de conferências	Para que o DOAJ inclua periódicos dedicados à publicação de anais de congressos, o periódico deve ter um ISSN e um editorial ou conselho consultivo permanente fornecendo supervisão editorial. Os artigos de cada conferência publicada devem ser revisados por pares de acordo com os critérios do DOAJ. O texto completo de todos os artigos da conferência deve estar disponível. Anais de conferências individuais não serão indexados.
Periódico de dados	O DOAJ aceitará periódicos que publicam artigos de pesquisa sobre dados ou conjuntos de dados, mas não periódicos que simplesmente se vinculam a conjuntos de dados ou anunciam sua disponibilidade.
Revista de sobreposição	O DOAJ aceitará periódicos que selecionam e revisam artigos hospedados em um servidor de <i>preprint</i> ou outro site.
Revista estudantil	Se uma revista for dirigida por um corpo discente, deve haver um conselho consultivo para a revista onde pelo menos dois membros tenham um doutorado ou qualificação equivalente.
Revistas alteradas	Quando um periódico foi publicado anteriormente como uma assinatura ou periódico híbrido e agora mudou para um modelo de acesso totalmente aberto, essas informações devem ser claramente exibidas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ A data da mudança para acesso totalmente aberto; ▪ A disponibilidade do material de arquivo (acesso aberto, gratuito ou acesso pago); ▪ Direitos de reutilização do material de arquivo (todos os direitos reservados ou licença aberta). Para que um periódico seja incluído no DOAJ, todo o conteúdo publicado após sua inversão deve ser de acesso totalmente aberto.
Revistas Espelho	Um periódico espelho é uma versão de acesso totalmente aberto de um jornal por assinatura existente, com o mesmo conselho editorial, objetivos e escopo e processos e políticas de revisão por pares. A revista pode ter um nome semelhante ao título da assinatura, mas deve ter um ISSN diferente. O DOAJ atualmente aceitará periódicos espelho se atenderem aos critérios básicos usuais de inclusão.
Revista sobre resenha de livros	Não serão aceitas revistas que consistam apenas em resenhas de livros.

Fonte: DOAJ (2021).

6.2 PORTAIS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DO SUL DO BRASIL COMO PRÁTICAS A SEREM SEGUIDAS

Nesta seção, são apresentados portais de periódicos ou bibliotecas digitais, conforme denominação tratada por cada uma dessas instituições, bem como os critérios encontrados nas suas diretrizes de ingresso ou permanência de periódicos científicos.

Foram analisados documentos relativos às diretrizes de ingresso e permanência dos periódicos dos portais das seguintes Instituições de Ensino Federais: UFPR, UTFPR, UFSC, UFFS, UFSM e UFRGS.

A análise foi necessária de modo facilitar a identificação e posterior coleta dos critérios, agrupando-os de acordo com a sua ocorrência.

a) Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR (BDP/UFPR)

A Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR, foi criada no ano de 2004, já no formato SER/OJS, possuindo 71 títulos de periódicos de diversas áreas do conhecimento, ligados à pesquisa produzida pela Universidade. O objetivo da BDP é o de dar visibilidade mundial aos artigos técnicos e científicos publicados nas revistas da UFPR, de forma aberta.

b) Portal de Periódicos Científicos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PERI)

O Portal de Periódicos Científicos da UTFPR (PERI), tem como objetivo reunir as publicações de periódicos científicos editados pela Instituição em uma única fonte de acesso, de forma a atender indicadores de qualidade de publicação, avaliação e indexação. Possui 20 revistas ativas, de diversas áreas e outros 5 títulos descontinuados.

c) Portal de Periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Já o Portal de Periódicos Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi desenvolvido em 2007 e lançado em 2008, sendo coordenado pela Biblioteca Universitária, por meio de um conselho consultivo e deliberativo, formado por representantes de diversas áreas da Universidade. O portal objetiva promover o acesso, a visibilidade, a segurança e o suporte aos editores. Nele estão concentrados 45 periódicos científicos de áreas diversas, de acesso aberto e gratuito, utilizando-se do OJS.

d) Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

O Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) tem como objetivo a organização da produção científica editada e publicada pelos periódicos vinculados à Instituição, utilizando o SEER, a fim de torná-los acessíveis, não só para a comunidade acadêmica, bem como às diferentes bases de dados e repositórios de conteúdo científico e tecnológico nacional e internacional. Atualmente estão hospedados 6 títulos de periódicos.

e) Portal de Periódicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Também se apresenta o Portal de Periódicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criado em 2010, que tem como missão institucional “construir e difundir o conhecimento científico” produzido pela Universidade. Tem como objetivo reunir em um único ambiente os periódicos científicos da instituição, com o intuito de oferecer acesso livre, bem como o fortalecimento, desenvolvimento e qualificação dos periódicos científicos, consequentemente, da produção científica. O portal contém 40 periódicos hospedados.

f) Portal de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Por último, o Portal de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é considerado o principal canal de divulgação da produção científica publicada nos periódicos da UFRGS. Tem como objetivo dar visibilidade aos periódicos e disponibilizá-los à coletividade científica nacional e internacional. Estão hospedados aproximadamente 99 periódicos editados pela instituição.

Apresentados os repositórios e as respectivas instituições às quais pertencem, que são suas mantenedoras, agora serão apresentados os critérios verificados, estando dispostos nas subseções a seguir.

g) Critérios dos Portais de Periódicos das Universidades Federais do Sul do Brasil

As IFES realizam importantes contribuições nas diversas áreas em que atuam, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Elas buscam dar respostas principalmente aos anseios sociais, econômicos e tecnológicos. Desta forma, as IFES precisam divulgar os resultados de suas pesquisas e contribuir cada vez mais para a comunidade científica brasileira e mundial,

ganhando visibilidade e notoriedade pelos trabalhos desenvolvidos. Utilizando-se da rede mundial de computadores e das tecnologias criadas a partir dela, como bases e repositórios, as IFES passaram a organizar e disponibilizar todo o conhecimento produzido, sempre se preocupando com a qualidade. Como forma de atender a essas exigências, adotaram normas e critérios internacionais ou mesmo desenvolveram seus próprios indicadores de qualidade, avaliação e indexação.

Após a apresentação dos portais de periódicos das universidades federais do sul do Brasil, agora apresentam-se os critérios verificados e comparados entre os portais e o DOAJ, por meio do quadro 15, que contém os critérios coincidentes entre eles, agrupados em categorias como: cobertura, acesso, organização/estrutura do periódico, licenciamento, direitos autorais, arquivamento e preservação digital.

Quadro 15 - Comparaçāo de critérios Portais x DOAJ

CATEGORIA	CRITÉRIOS
Cobertura	Trabalhos aceitos de acordo com a área de atuação do periódico
	Número mínimo de artigos por ano
	O público-alvo deve ser de pesquisadores ou profissionais
	Texto completo com acesso integral, gratuito e aberto sem embargos
	Caracterizar-se como produção científica periódica de acesso livre
Acesso	O periódico deve ter seu próprio URL e homepage dedicados
	Cada artigo deve possuir URL único por artigo e em HTML ou PDF
	Política de acesso aberto
	Formato de arquivos: PDF/A, XML, ePUB etc
Estrutura e Organização	Título, subtítulo e sigla do periódico
	SEER / OJS
	ISSN
	Contato: nome e e-mail específicos da revista
	Mantenedora: nome da entidade ou entidades responsáveis legalmente
	Apresentar projeto do periódico
	Estatuto e/ou outro documento sobre a institucionalidade (lei, portaria, decreto);
	Histórico do periódico
	Periodicidade
	Pontualidade: respeitada conforme escopo e foco declarados no site
	Idioma
	Apresentar nos artigos resumo, descritores e título em idiomas dentro da área de interesse do periódico
Editorial	Informar em cada artigo a data de recebimento do artigo e a data de aceite para publicação
	Editor
	Conselho editorial
	Composição e função da equipe técnica do periódico: nomes e vínculo institucional dos membros
	Diretrizes de submissão para autores
	Revisão de artigos antes da publicação
	Manter atualizados os dados da revista
	Missão, objetivo, justificativa e escopo
	Avaliação por pares
	Avaliadores externos
	Indexadores

	Norma de publicação utilizada pela revista Atender aos padrões de normatização para publicação adotados pela revista
Licenciamento e Direitos Autorais	Termos de licenciamento
	Seguir política de direitos autorais utilizando licenças do tipo <i>Creative Commons</i>
	Termos de direitos autorais
Arquivamento e Preservação Digital	Manter nos artigos informação completa sobre a afiliação dos autores, incluindo instituição de origem, cidade e país.
	Possuir uma política de depósito registrada em um diretório de políticas de depósito. Depositar conteúdo com termos de longo prazo de preservação digital ou um programa de arquivamento depósito

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Durante a comparação, outros critérios importantes foram observados, porém, não atingiram unanimidade entre os portais e o DOAJ. O quadro 16 apresenta esses critérios e a descrição deles.

Quadro 16 – Critérios não-coincidentes

CRITÉRIO	ANÁLISE
Atender os critérios das Diretrizes do DOI	Apesar de não contemplado diretamente nas políticas da maioria dos portais, o uso do DOI foi evidenciado em vários periódicos contidos nos portais. Como se trata de um serviço de alto custo, nem todas as mantenedoras conseguem pagar pelo serviço.
ORCID	Este critério não foi destaque nas diretrizes, porém, vem cada vez mais sendo utilizado.
Estrato Qualis/Capes	Este critério, mesmo não fazendo parte das diretrizes da maioria dos portais, é utilizado pela maioria das entidades mantenedoras dos periódicos, pelo caráter avaliativo da área da pesquisa.
Arquivamento e preservação digital	O presente critério é bastante importante. Não foi apontado na maioria das diretrizes, porém, é praticado pelas entidades mantenedoras dos periódicos, com fins de preservação da produção acadêmica.
Política de ética da publicação	Embora não tenha sido item em comum junto aos critérios analisados, a ética acaba sendo tratada pela equipe editorial, podendo ser citada por meio de outros documentos.
Recomenda-se a verificação de plágio	A recomendação de verificação de plágio não foi contemplada pela maioria das diretrizes, porém, o entendimento é de que durante a análise do texto pela comissão editorial (revisão por pares) este critério seja seguido.
Uso da legenda bibliográfica da revista (NBR 6032)	Este critério é bastante presente nos periódicos, mesmo não sendo citado na maioria das diretrizes.
Adoção de protocolo OAI-PMH	Este critério foi apresentado como exigência apenas pela UTFPR.
Apresentar dados internacionais de catalogação-na-publicação (ficha catalográfica)	Este critério foi apresentado como exigência da UFPR. Há também o protocolo OAI-ORE (<i>object reuse and exchange</i>). Para encontrar o endereço OAI das revistas pode-se pesquisar na Diadorim.
Na possibilidade de que os metadados do artigo sejam preenchidos pelo próprio autor, recomenda-se a revisão deles sendo completados antes da publicação	Este critério pode ser atendido durante a fase de recebimento e análise dos textos.
Termos de direitos autorais devem ser distintos aos aplicados ao site	A distinção é necessária para não conflitar interesses
Termos de direitos autorais não contradizem os termos de licenciamento ou os termos da política de acesso aberto	A distinção é necessária para não conflitar interesses
Conter termos de licenciamento para uso e reutilização do conteúdo	Este critério foi verificado junto ao DOAJ
Calendário de publicações	Sugestão do diretório

A navegação deve ser facilitada para o usuário	Sugestão do diretório
Deve incluir todas as taxas que podem ser cobradas do autor, desde o envio até a publicação. Se o periódico não tiver nenhuma cobrança, isso deve ser declarado.	Este critério foi verificado junto ao DOAJ. Em outros portais, essa informação pode ficar contida nas orientações aos autores.
O periódico deve exibir uma declaração de acesso aberto indicando que atende à definição DOAJ de acesso aberto	Este critério foi verificado junto ao DOAJ
Demonstrar um histórico de publicação de mais de um ano ou ter publicado pelo menos 10 artigos	Se aplica somente a periódicos novos
Todas as áreas de pesquisa serão aceitas	Trata-se de uma declaração que o DOAJ aceita todas as áreas de pesquisa em sua base

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Ao realizar a análise dos critérios denominados aqui como “não-coincidentes” entre as diretrizes dos portais analisados e o DOAJ, percebeu-se que mesmo não havendo consenso ou unanimidade, ao visitar os sites dos portais e especificamente alguns periódicos hospedados neles, nota-se que a maioria atende também a estes critérios. O que acontece é que durante a formulação das diretrizes, algum critério não é abarcado. Seja porque fora esquecido momentaneamente, ou mesmo pela exigência de uso ter surgido depois da publicação da política/diretriz. No entanto, seu uso é praticado. É o caso do uso do DOI, ORCID, arquivamento, preservação digital, verificação de plágio, entre outros.

Já outros critérios foram tratados como exclusivos de algumas instituições, eventualmente não-aplicáveis a todos, como alguns critérios de seleção, ingresso ou de permanência no DOAJ.

Na próxima seção está descrita a análise da Revista da PGE em comparação aos critérios do DOAJ. Esta etapa da pesquisa apontará os critérios que darão base para a formulação da Política Editorial do periódico foco deste estudo.

7 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DA REVISTA DA PGE PARA ADEQUAÇÃO AOS CRITÉRIOS DO DOAJ

Conforme apresentado nos objetivos e no item 5.3, a Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (Revista da PGE/SC) necessita de adequações reestruturantes, buscando conferir caráter científico à publicação, de forma a torná-la mais visível e atraente para a comunidade acadêmica/científica, isto é, perante os interessados em sua área de atuação, como especialistas em advocacia pública, pesquisadores, operadores do direito em geral, além de outras instituições, trazendo maior credibilidade ao periódico ao ponto de consolidá-la como uma fonte de referência importante e possibilitar a sua indexação em diferentes fontes de informação.

A revista não está indexada em nenhuma base de dados, diretório ou outra fonte indexadora. O DOAJ é reconhecidamente uma das principais fontes de indexação para periódicos científicos em acesso aberto.

Para tanto, os critérios estabelecidos pelo DOAJ para indexação de periódicos foram tomados como ponto de partida. Comparou-se os critérios do DOAJ com a estrutura atual da Revista da PGE para avaliar a dimensão que a adaptação teria, ou seja, quais critérios deveriam ser adotados pelo periódico jurídico para atingir o objetivo proposto inicialmente.

O quadro 16 apresenta essa comparação, demonstra os critérios do DOAJ e aponta aqueles que a Revista atende, não atende ou atende parcialmente. Os critérios foram extraídos diretamente da página⁹ do Diretório e do formulário também disponível no mesmo site e deram origem ao quadro 17.

Quadro 17 - Critérios do DOAJ x Revista da PGE

DOAJ X REVISTA DA PGE		REVISTA DA PGE		
Critérios DOAJ	Especificação	Atende	Não Atende	Atende Parcial
Cobertura e Organização	Todas as áreas de pesquisa são aceitas	X		
	Publicar o mínimo de cinco artigos por ano	X		
	Público-alvo principal: pesquisadores ou profissionais	X		
	Produção científica periódica de acesso livre	X		
	1/3 dos trabalhos devem ser originais (inéditos)	X		
	Título, subtítulo, nome alternativo ou sigla	X		
	Palavras-chaves: inglês		X	
Acesso	O periódico deve exibir uma declaração de acesso aberto indicando que atende à definição do DOAJ sobre acesso aberto.		X	

⁹ Página na internet do DOAJ: <https://doaj.org/>

	Texto completo de todo o conteúdo deve estar disponível para acesso livre e aberto sem período de embargo; sem exigência de registro para acesso ou leitura.	X		
Site do Periódico	O periódico deve possuir seu próprio URL e homepage dedicados que possam ser acessados de qualquer local		X	
	O site deve ser claro e de fácil navegação		X	
	A revista deve seguir as diretrizes descritas nos princípios de transparência e melhores práticas em publicações acadêmicas.			X
	Cada artigo deve estar disponível como um artigo de texto completo individual, ou seja, com URL único por elemento em HTML ou PDF, no mínimo.		X	
	Devem estar na página inicial da revista:			
	Política de acesso aberto		X	
	Objetivos e escopo		X	
	Conselho Editorial (incluindo afiliações institucionais dos membros)			X
	Instruções para autores		X	
	Processo editorial (revisão por pares)		X	
	Termos de licenciamento		X	
	Termo de direitos autorais		X	
	Declarar se o periódico possuir ou não alguma taxa ou cobrança		X	
ISSN	Contato: deve conter um nome real e um e-mail dedicado à revista			X
	Editora (mantenedora) e localização			X
Processo de controle de qualidade	O periódico deve ter ao menos um número de ISSN registrado e confirmado em issn.org			X
	O ISSN deve ser exibido no site do periódico			X
	O nome da revista deve corresponder ao registrado em issn.org, não importando o meio em que estiver disponível (sites/apps)			X
	O periódico deve possuir editor	X		
	O periódico deve possuir conselho editorial	X		
	O conselho editorial deve estar listado no site		X	
	O nome e a afiliação de todos os editores e membros do conselho devem ser incluídos		X	
Licenciamento	Caso a revista seja dirigida por um corpo discente, ela deverá possuir um conselho consultivo com pelo menos dois membros com doutorado			Não se aplica
	Todos os artigos devem ser submetidos a um controle de qualidade (revisão por pares) antes da publicação. O tipo e o detalhamento do processo devem estar expostos no site de forma clara.		X	
	É recomendado o uso de serviço de verificação de plágio. Também é necessário disponibilizar no site da revista uma declaração sobre a prática de plágio.		X	
Direito Autoral	Os termos de licenciamento para uso e reutilização do conteúdo publicado devem ser claramente indicados no site		X	
	É recomendado o uso de licenças <i>Creative Commons</i> para esse propósito ou semelhante.		X	
Arquivamento e Preservação Digital	Os termos de direitos autorais aplicados ao conteúdo publicado devem ser claramente indicados e separados dos termos de direitos autorais aplicados aos do site.		X	
	Os termos de direitos autorais não devem contradizer os termos de licenciamento ou ainda os termos da política de acesso aberto.		X	
Arquivamento e Preservação Digital	Arquivamento e preservação: seguir uma política de depósito registrada em diretório tal como SHERPA/RoMEU.		X	
	Depositar conteúdo com termos de longo prazo de preservação digital ou um programa de arquivamento depósito tal como.		X	

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Foram apresentados ao todo 40 critérios, que foram agrupados também nas categorias: cobertura e organização, acesso, site do periódico, ISSN, processo de controle de qualidade, licenciamento, direitos autorais, arquivamento e preservação digital.

7.1 CRITÉRIOS ATENDIDOS OU COINCIDENTES

A Revista da PGE atendeu de forma integral apenas 8 critérios: título do periódico; disponibilizar 1/3 dos trabalhos originais; conteúdo temático (área jurídica) aceito pela plataforma; publicar no mínimo de cinco artigos por ano; atender seu público-alvo (pesquisadores ou profissionais); histórico de publicação de mais de um ano; ser caracterizado como periódico científico de acesso aberto; disponibilizar texto completo e sem embargo e possui editor e conselho editorial.

Muito embora a revista possua um editor, este não se configura como sendo de caráter permanente. É necessário que seja estabelecido um responsável efetivo para assumir essa função e que tenha conhecimento sobre a área de pesquisa da revista.

Da mesma forma, o conselho editorial também não é um órgão permanente. Ele é criado mediante portaria nomeando seus membros para o processo editorial de elaboração do exemplar de cada ano. Outro ponto importante, é que ele é formado somente por membros da própria instituição, ferindo o princípio da exogenia. Seria preciso convidar membros externos para compor o conselho editorial e torná-lo mais efetivo, e não somente sazonal. Tanto editores quanto os membros do conselho, devem estar listados no site da revista.

Atender aos critérios de indexação de uma base de dados ou de um diretório, como é o caso do DOAJ, significa que a revista se preocupa em adotar padrões de qualidade que valorizam a publicação, dão garantias aos leitores de que os artigos passaram por avaliações baseadas em preceitos éticos, que consideram as iniciativas de acessibilidade; para autores está o compromisso com os direitos autorais, mitigação das práticas do plágio e a visibilidade alcançada, entre outras razões importantes.

7.2 CRITÉRIOS PARCIALMENTE ATENDIDOS

No que tange aos critérios parcialmente atendidos, a Revista correspondeu a 7 deles. Isso quer dizer que, mesmo atendendo parcialmente às exigências listadas, serão necessários ajustes para complementar os itens faltantes. São eles: seguir diretrizes mais transparentes e adotar melhores práticas nas suas publicações; disponibilizar contato de um membro da equipe

(editor), além de e-mail dedicado à revista; informar a mantenedora e sua localização (PGE) em site próprio da revista; registrar e disponibilizar ISSN eletrônico no site do periódico, sendo que o nome da revista deve corresponder ao registrado em issn.org; o periódico deve possuir conselho editorial completo, com funções definidas, conforme exigido.

7.3 CRITÉRIOS NÃO ATENDIDOS

Quanto aos critérios não atendidos pela Revista da PGE, foram 22 ao total. A descrição de cada um deles é apresentada a seguir:

a) Declaração de acesso aberto

Apesar de ser reconhecido com um periódico de acesso aberto, disponível em uma área do site da PGE/SC, financiado com recursos públicos, não há qualquer menção semelhante especificando este caráter.

b) URL e Homepage dedicados

A Revista da PGE não possui URL e homepage dedicados ao periódico, sendo disponibilizada apenas uma seção do site da instituição como um todo. Nesta seção, existem links que direcionam para os títulos dos periódicos, organizados por número e ano, disponíveis em arquivos do tipo PDF.

c) Site de fácil navegação

O periódico não possui página própria. Sendo assim, seria necessária sua criação de acordo com princípios de navegabilidade que possibilitem fácil acesso ao conteúdo da revista.

d) Artigo com acesso independente

O DOAJ recomenda que cada artigo de texto completo tenha acesso individual, ou seja, que disponha de URL única por elemento (HTML ou PDF). No caso da Revista, cada exemplar é disponibilizado integralmente em PDF, não havendo sequer a distinção de cada artigo, como acontece nos moldes OJS. Desta forma, a partir da adoção do sistema OJS, seria possível disponibilizar o acesso de cada artigo de forma independente.

e) Elementos que devem estar disponíveis no site da revista

A revista deverá se adequar, não só na criação do site, mas também se preocupar em trazer informações detalhadas e de fácil acesso acerca de elementos como: política de acesso aberto; objetivos e escopo do periódico; conselho editorial – incluindo nome dos membros e suas respectivas afiliações; Instruções para autores; processo editorial; termos de licenciamento e de direitos autorais; e Declaração sobre haver ou não cobrança de taxas para publicação. Em relação ao último elemento citado, a revista não cobre qualquer taxa pela aceitação e disponibilização do artigo na publicação, no entanto, é necessário declarar essa informação ao público.

f) Controle de qualidade

Talvez estes sejam os critérios tratados como básicos para a concepção de um periódico, no entanto, há algumas adequações a serem feitas pela Revista da PGE, considerando elementos como: afiliação de editores e membros, revisão por pares e controle de plágio, por exemplo, não estão explicitados ou indicados na revista.

Outra adaptação importante está ligada ao processo de revisão por pares, utilizando-se da estratégia do duplo cego ou outra prática correspondente. O processo adotado pelo periódico precisaria ser informado, bem como o corpo de pareceristas de cada fascículo, para atender aos princípios de transparência. Novamente, com a adoção do sistema OJS, é possível o uso de ferramentas automatizadas para esta finalidade.

A preocupação com relação ao plágio e outras questões de integridade de pesquisa devem estar entre as diretrizes adotadas pelo periódico. A utilização de serviços de verificação de similaridade, mesmo com parcerias entre instituições, para seu rastreamento, traz maior credibilidade à publicação. O DOAJ não exige, porém, recomenda que sejam publicizadas informações sobre essas práticas.

g) Licenciamento, Direitos Autorais, Arquivamento e Preservação Digital

Atualmente o periódico não possui qualquer política sobre licenciamento de conteúdo. Como se trata de um periódico de acesso livre, é importante que se definam políticas de uso e reutilização do conteúdo publicado. Para tanto, é recomendado utilizar licenças *Creative Commons* ou equivalentes.

h) Direitos Autorais

O direito autoral é um critério bastante importante e deve ser levado em conta no momento da elaboração das diretrizes do periódico. A Revista da PGE ainda não adota termos de direitos autorais claros, referentes ao conteúdo do periódico. Ao serem definidos, precisam ser disponibilizados no site, não devem ser confundidos com os direitos aplicados ao site, e tampouco contradizer os termos da política de acesso aberto.

Atualmente, uma editora é a responsável por fazer a editoração e a impressão dos exemplares do periódico. Na contracapa, a editora exibe a mensagem “todos os direitos reservados”, o que não é adequado para a prática do acesso aberto.

i) Arquivamento e Preservação Digital

O periódico não possui uma política de arquivamento e preservação definidos. Atualmente, os exemplares estão disponíveis na íntegra, em PDF, vinculados ao servidor da instituição. Com a adoção de um software de gestão editorial, seria possível trabalhar a prática da preservação digital, por meio da participação da rede PKP Private LOCKSS, por exemplo.

j) Palavras-chave e outras normas

A Revista não faz a recomendação do uso de palavras-chave em seus artigos quando divulga as normas para publicação. É preciso definir e efetivar a adoção de normas para as publicações, incluindo desta forma o uso das palavras-chave, resumo e outras características próprias das publicações científicas.

A partir da profissionalização da gestão editorial do periódico, ou seja, quando este seguir as adequações sugeridas, baseadas nos critérios do DOAJ e portais de periódicos estudados nesta seção, será possível vislumbrar o amadurecimento da publicação e seu direcionamento para os objetivos propostos. Para percorrer o caminho da mudança do paradigma, será necessário planejar, organizar, executar, coordenar e controlar cada etapa deste longo processo.

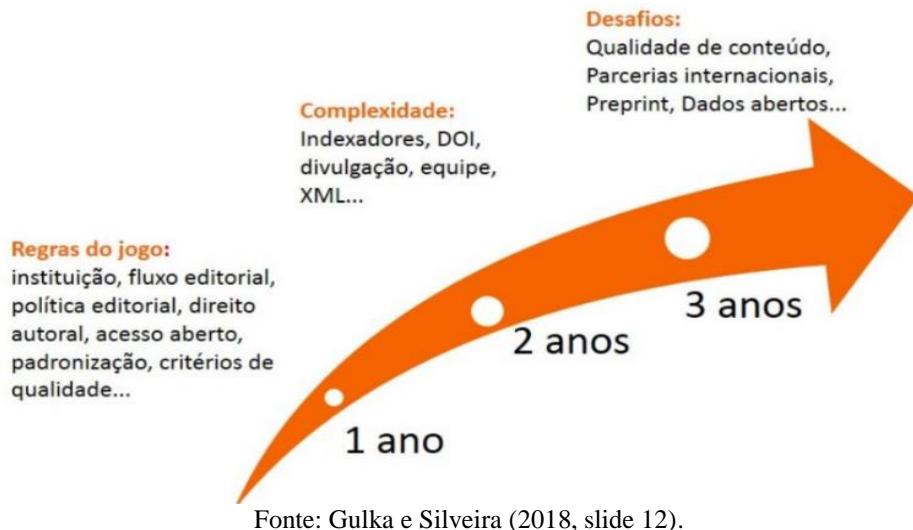
Conforme tratado nos objetivos, esta pesquisa visa entregar, como produto, a política editorial para a Revista da PGE/SC, documento que norteará essa transformação desejada pela instituição.

8 PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA REVISTA DA PGE

Nesta seção é apresentada a estrutura atual do Centro de Estudos (CEST) - órgão responsável pela editoração da Revista da PGE, e na sequência, a proposta de reestruturação da Revista, desde a proposição de uma política para o periódico, passando pela formação de uma equipe mínima necessária, pela adoção de uma plataforma eletrônica, até as rotinas a serem desenvolvidas.

Quando o Centro de Estudos da PGE e o atual Conselho Editorial da Revista definiram um novo rumo para o periódico, o que inclui sua expansão para bases de dados, garantindo visibilidade e disseminação do seu conteúdo, soube-se que seriam necessários investimentos importantes para alcançar esse objetivo. Além do que, um projeto dessa magnitude exige tempo para começar a dar resultados. Gulka e Silveira (2018), por meio da Figura 6, apontam uma escala de crescimento que precisa ser respeitada para que as metas não se sobreponham e tirem o projeto do curso.

Figura 6 - Maturidade da Publicação



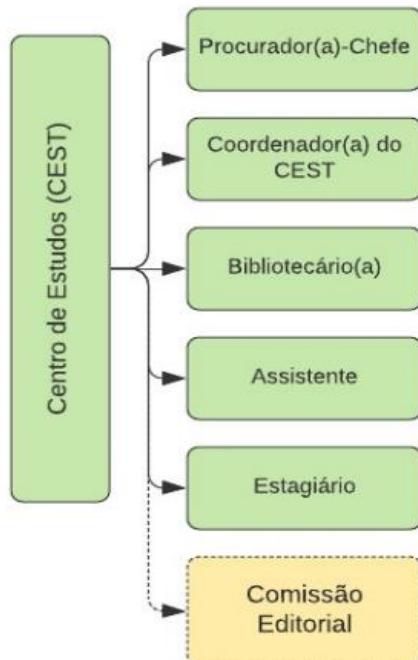
Dessa forma, cabe traçar o cenário atual da revista que é objeto desta pesquisa, bem como propor a profissionalização da sua gestão editorial, como será descrito nas próximas seções.

8.1 CENÁRIO ATUAL DA REVISTA

Primeiramente, vamos recapitular que a editoração da Revista da PGE é uma das atribuições do CEST. É por meio deste órgão assessor que são oferecidos cursos, seminários, treinamentos e outras modalidades de eventos de capacitação, voltadas a atender às necessidades das áreas meio e fim, no que tange ao aperfeiçoamento do quadro de pessoal da PGE. Ao mesmo tempo, o CEST também é responsável por editar outras formas de publicações como boletins e manuais. É também a ele que está vinculada a Biblioteca, responsável pela realização de pesquisas e disseminação de grande parte da informação jurídica consumida na instituição.

Por meio da Figura 7 é possível observar o quadro de pessoal do CEST, responsável por desempenhar as atividades relacionadas aos objetivos estabelecidos.

Figura 7 - Quadro de Pessoal do CEST



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

No entanto, observando-se o quadro de pessoal do CEST, notoriamente percebe-se que não há uma equipe oficialmente designada para desempenhar as atividades relativas à gestão editorial do periódico. A Comissão Editorial ali presente é temporária, ou seja, constituída anualmente, especialmente para executar a elaboração do Edital da Revista, bem como receber, analisar e selecionar os artigos para o seu editorial. Atualmente, é composta por seis procuradores da

própria instituição, preferencialmente aqueles com titulação de doutor e/ou envolvidos com pesquisas na área do Direito, mais especificamente com a Advocacia Pública. A quantidade de membros pode variar a cada ano, não havendo critério definido para tal.

Quanto à função do Procurador(a)-chefe, é a de realizar a gestão do CEST como um todo, isto é, planejar, organizar, liderar e controlar as atividades estratégicas do órgão assessorio. Especificamente para a Revista, é responsável tão somente por determinar a formação da Comissão Editorial, acompanhar a elaboração e posterior publicação do Edital de Chamada de Artigos, além de autorizar a contratação da editora que fará a editoração e impressão dos exemplares do periódico.

Da mesma forma acontece com a função de Coordenador(a) do CEST, que atua para a execução e cumprimento das ações definidas pelo Procurador(a)-chefe, de modo a assessorá-lo e auxiliar na missão de atingir os objetivos do órgão, como é o caso da publicação da Revista. Não possui função definida com relação ao periódico.

A função de Bibliotecário(a) está voltada a atuar junto às atividades relativas à biblioteca – vinculada ao CEST. Apesar de naturalmente possuir destreza para executar funções junto ao processo editorial, não se encontra vinculada atualmente com a função, ficando única e exclusivamente atrelada à biblioteca.

As funções de assistente e estagiário estão voltadas para o auxílio de toda e qualquer atividade desempenhada pelo CEST ou pela biblioteca, bem como para desempenhar funções administrativas quanto ao processo de editoração do periódico.

Sendo assim, com relação ao desenvolvimento das atividades editoriais, logo se percebe a dificuldade em manter um periódico de qualidade, já que não há uma equipe permanente responsável pela gestão editorial do periódico.

Como já tratado anteriormente em outras seções, a Revista da PGE não possui a figura de um editor – profissional este responsável integralmente pelo processo da gestão editorial. O que acontece é que, diante da iminente necessidade de manutenção da publicação do periódico, os poucos colaboradores do CEST acabam sendo mobilizados para auxiliar na elaboração do periódico, porém, limitando-se às tarefas administrativas, ou seja, trabalham junto às atividades-meio, que por sua vez, darão suporte para a atividade finalística, que é a revista publicada em meio impresso por uma editora contratada. Posteriormente, o número é inserido em formato PDF na aba do site da PGE, destinado ao CEST e consequentemente à revista, conforme trata a Figura 8. No entanto, o auxílio dado por esses colaboradores acontece paralelamente com diversas outras tarefas em que o CEST é atuante (eventos, capacitações, treinamentos etc.), o que prejudica substancialmente todo o processo de editoração.

Figura 8 - Fluxo atual da Revista da PGE



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

No formato atual, o fluxo de atividades da revista costuma abranger um período relativamente curto, estendendo-se por poucos meses a cada ano. Nesta pesquisa, um dos objetivos é dar subsídios para profissionalizar a gestão editorial, tornando o processo permanente. Logo, para se obter sucesso no projeto de reestruturação da revista, é preciso investir em diversos recursos, como: equipe especializada, hardware, software, treinamentos, espaço físico, entre outros investimentos importantes.

A seguir será apresentada a estruturação proposta nesta pesquisa, de forma a atender minimamente às necessidades de readequação da Revista da PGE.

8.2 PROPOSTA PARA UMA GESTÃO EDITORIAL

Neste tópico é apresentado o modelo de melhoria para a gestão editorial da Revista da PGE, com o objetivo de torná-la permanente e profissional. Para tanto, são considerados os cargos e funções definidos pela literatura e analisados ao longo desta pesquisa. Outrossim, o quadro de pessoal do CEST é considerado para aproveitamento de funções ou adaptações.

Para que se tenha uma equipe minimamente eficiente, eficaz e efetiva, capaz de realizar a gestão editorial do periódico em questão, é preciso considerar a aplicação de recursos tecnológicos especializados e capazes de auxiliar em todo o processo editorial. O software escolhido para esta tarefa foi o OJS versão 3. A seguir, está descrito cada item sugerido para o novo modelo e sua finalidade.

8.2.1 Critérios de indexação

Os critérios de indexação definidos inicialmente serão os exigidos pelo DOAJ. A adaptação da Revista aos critérios exigidos poderá garantir o ingresso do periódico junto ao Diretório e uma caracterização mínima da gestão editorial que eleve a visibilidade do periódico. Mais do que isso, o intuito é que o periódico se adeque minimamente às características de um periódico de acesso aberto. Posteriormente, pretende-se estender a indexação para outras bases de dados renomadas.

A revista atende aos seguintes critérios do DOAJ: área de pesquisa; publicar o mínimo de cinco artigos por ano; seu público-alvo principal são pesquisadores ou profissionais; produção científica periódica de acesso livre; respeita o mínimo de 1/3 dos trabalhos inéditos; e possui título, subtítulo, nome alternativo ou sigla.

O periódico atende parcialmente aos seguintes critérios: possui conselho editorial; o nome da revista corresponde ao registrado no site do ISSN e está exibido junto ao site; a revista segue as diretrizes descritas nos princípios de transparência e melhores práticas em publicações acadêmicas; e apresenta o contato e a mantenedora nas informações disponíveis no site.

Salienta-se que os critérios parcialmente atingidos e os não atingidos devem ser adequados ao padrão exigido pelo Diretório. Os critérios não atingidos, bem como os demais, estão dispostos na seção 7, no Quadro 16 - Critérios do DOAJ x Revista da PGE.

8.2.2 Corpo Editorial

Para o bom funcionamento do processo editorial, como um todo, possuir uma equipe especializada é fundamental. Desta forma, é necessário que haja na composição do corpo editorial: Editor Chefe, Editor-adjunto¹⁰, Editor de Texto, Editor de Layout, Comitê Editorial e Corpo de Avaliadores.

8.2.2.1 Editor Chefe

Para esta função é necessário um profundo saber sobre a área de conhecimento, neste caso específico, a área do Direito. Também é necessário conhecimento sobre a gestão editorial

¹⁰ Nomenclatura extraída de Gomes (2010, p. 161).

de um periódico e dedicação mínima permanente para o desenvolvimento da publicação. Portanto, é indicado que um membro do corpo de procuradores da PGE, com título de doutor, assuma a função.

As funções do editor estão apresentadas nos Quadros 5, 6 e 7, localizados a partir da p. 28, na seção Gestão de Periódico Científico.

8.2.2.2 Editor-adjunto

As funções do editor-adjunto (que seria o segundo na hierarquia) estão relacionadas com o assessoramento do editor chefe, podendo inclusive, receber delegações ao longo do processo editorial, como a operacionalização da plataforma editorial (software OJS), normalização de documentos, análise de trabalhos técnico-científicos, organização, gestão de espaços físicos ou digitais, como é o caso de um periódico científico em meio eletrônico (MAIMONE; TÁLAMO, 2008, p. 309). A partir da descrição da função, faz-se a recomendação da contratação de um bibliotecário com dedicação exclusiva, para exercê-la.

É válida tal indicação deste profissional que é preparado para auxiliar ou mesmo assumir funções editoriais, diante das suas competências conferidas pela especialização.

O *knowhow* do editor gerente é basilar para o progresso da revista científica e, assim, o instrumento desenvolvido neste estudo busca fornecer orientações que poderão nortear e convir como um guia para as atividades deste editor. O bibliotecário editor é o especialista capaz de gerenciar processos, tomar decisões, elaborar e adotar parâmetros medulares para a operacionalização do periódico científico; uma vez que todos os processos relacionados à gestão do periódico científico são designados pelo editor gerente em consonância à competência dos membros do corpo editorial (RODRIGUES *et al.*, 2017, p. 2492).

Quando os autores se referem à função “editor gerente”, eles se remetem ao quadro de funções da plataforma OJS. No entanto, na versão 3 (atual), esta função passou a ser denominada como gerente da revista.

Na linha sucessória, será o substituto do editor-chefe na sua ausência, tendo, portanto, que estar a par da gestão editorial do periódico.

8.2.2.3 Editor de Texto

A função do Editor de Texto está atrelada à editoração de texto, bem como das normas

de publicação. Esta função pode ser terceirizada, conforme já ocorre.

8.2.2.4 Editor de Layout

Esta função visa atender às necessidades de estruturação do layout do periódico. Da mesma forma que na função anterior, esta atividade pode vir a ser terceirizada como já acontece atualmente.

8.2.2.5 Conselho Editorial e Avaliadores

Composto por membros da instituição (menor quantidade) e de membros externos à PGE, de forma a preservar a exogenia exigida para manter a qualidade da publicação. Sua composição mínima será de 12 membros e máxima de 25 membros.

O conselho editorial será composto por profissionais de notória capacidade e de reconhecimento nacional e/ou internacional nas áreas da linha editorial da revista. Tem função consultiva e pode ser chamado para dar parecer em material submetido para publicação, dar sugestões na linha editorial da revista, além de sugerir números temáticos.

São atribuições do Conselho Editorial:

- a) elaborar o Plano de Publicações;
- b) propor e opinar sobre regimento, estruturas e padrões para publicações e alterações nos mesmos;
- c) propor e opinar sobre normas e procedimentos para a apresentação, a avaliação e a revisão das contribuições submetidas à publicação;
- d) deliberar sobre o conteúdo das publicações;
- e) deliberar sobre a possibilidade de convite a colaboradores externos para as publicações;
- f) apreciar e encaminhar propostas de publicações para análise de especialistas ou consultores *ad hoc*, quando couber; e
- g) acompanhar a execução das publicações.

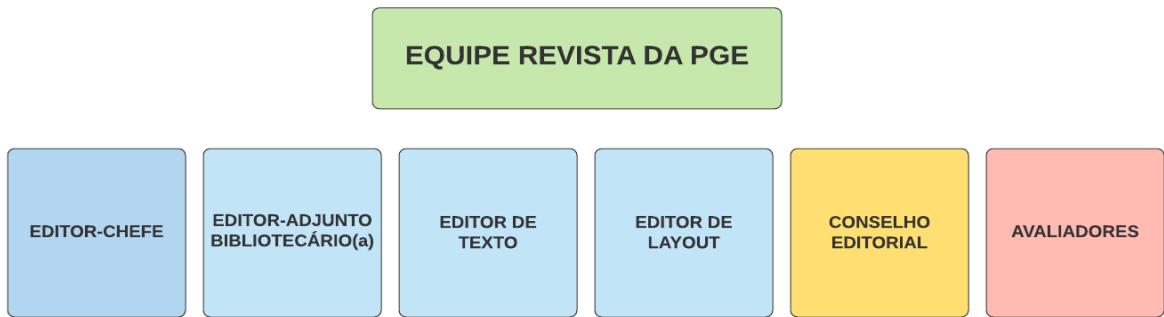
8.2.2.4 Avaliadores

Composto por membros convidados (mínimo 10 e máximo indefinido), composto por profissionais de notória capacidade e de reconhecimento nacional e/ou internacional nas áreas

da linha editorial da revista. Os avaliadores são responsáveis pela revisão dos artigos submetidos para a revista, portanto, é importante ter um grupo heterogêneo que auxilie nesse processo.

Desta forma, com base na proposta de reestruturação do Corpo Editorial da revista, ele passa a ter a seguinte configuração, como pode ser visto na Figura 9.

Figura 9 - Corpo Editorial da Revista da PGE



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Ressalta-se que a Figura 9, que demonstra a configuração proposta para o corpo editorial da revista, não tem a pretensão de representação hierárquica. A imagem apenas ilustra a configuração dos novos atores, propostos para a configuração da revista.

Com relação à quantidade mínima ou máxima da composição do Conselho Editorial ou mesmo do Corpo de Avaliadores, trata-se de uma proposta, logo, ainda será discutida na reforma da revista, ficando a critério dos seus dirigentes. Esses números foram baseados em regimentos internos de algumas revistas com propósitos semelhantes, como a Revista de Investigações Constitucionais (UFPR).

No que tange às atividades de edição de texto e diagramação, por serem muito específicas e exigirem muito tempo e até mesmo expertise, estas poderão ser realizadas por prestadores de serviço contratados de modo a não sobrecarregar a equipe, e assim, permitir o foco nos objetivos.

8.2.3 Sobre a plataforma Open Journal System (OJS)

O sistema de editoração de periódicos de acesso aberto OJS é uma plataforma bem-sucedida, podendo ser considerada mais que um software, trata-se de uma ideologia de colaboração disseminada pelo mundo com a finalidade de democratizar o acesso à informação

científica dentre os diversos softwares desenvolvidos para promover esse acesso (RODRIGUES *et al.*, 2017).

O OJS, desenvolvido pela *PublicKnowledge Project* (PKP) e traduzido mais tarde pelo IBICT no Brasil, se destaca sendo um dos softwares para editoração eletrônica que têm se consolidado de forma significativa entre editores de periódicos abertos (BRITO *et al.*, 2018).

O OJS apresenta benefícios ligados à otimização do tempo e outros recursos.

O OJS foi projetado para reduzir o tempo e energia dedicados às tarefas administrativas associadas à edição de um periódico, melhorando a manutenção de registros e a eficiência dos processos editoriais. Por meio de uma série de inovações, permite aprimorar a qualidade acadêmica da publicação com um menor esforço, maior transparência das políticas editoriais, indexação eficiente e uma experiência do usuário melhorada, através de uma interface moderna e otimizada, inclusive para acesso por dispositivos móveis (BRITO *et al.*, 2018, p. 21).

Diante da argumentação, recomenda-se a instalação da plataforma eletrônica OJS 3 para hospedagem do periódico, por ser um software livre gratuito, capaz de auxiliar no gerenciamento de todo fluxo editorial, entre outras funções importantes, também é fortemente aceito entre os periódicos científicos de grande renome nacional e até internacional, mantidos por universidades públicas e privadas, além de diversas instituições de pesquisa pelo país.

Segundo o Guia do usuário do OJS¹¹

o sistema possui interface predominantemente *web*, devendo ser disponibilizado por meio de um servidor HTTP, como o Apache ou NGinx, e com acesso a um sistema gerenciador de banco de dados, como o MySQL ou Postgre, e ao sistema de arquivos. O sistema disponibiliza também recursos administrativos, como atualização e criação de índices, acessíveis via terminal, que é a forma mais adequada de acionamento destes recursos, que não estão limitados às configurações do servidor web. Os próximos tópicos descrevem a instalação, atualização e outros assuntos relevantes no contexto do OJS 3 para informáticos (BRITO *et al.*, 2018, p. 138).

Para assegurar a qualidade do serviço e também poder explorar ao máximo suas funcionalidades, é preciso seguir as recomendações sobre a instalação do software.

8.2.3.1 Instalação do OJS 3

A implantação do software para a gestão editorial da revista demanda a sua instalação e acompanhamento de uma equipe técnica que será formada pela equipe de tecnologia da

¹¹ O “Guia do Usuário OJS – Versão 3” elaborado pelo IBICT (2018) encontra-se no Anexo I ao fim desta pesquisa.

informação da PGE. É provável que será necessário estudar e conhecer o software, entretanto, por se tratar de um software livre que é utilizado por uma grande comunidade internacional, há documentação vasta disponível para consulta.

Uma exigência para a instalação da versão 3 do OJS, é a realização do download do código-fonte do sistema a partir do website do Public Knowledge Project⁷.

Como pré-requisitos estão a exigência de um ambiente com:

- PHP 5.6 ou posterior, com suporte a MySQL ou PostgreSQL;
- Servidor de banco de dados MySQL 4.1 ou posterior, ou PostgreSQL 9.1.5 ou posterior;

Recomendado sistema operacional do tipo UNIX (como Linux, FreeBSD, Ubuntu, Solaris, Mac OS X, etc.). Uma vez baixado o arquivo .tar.gz, basta descompactá-lo e seguir as orientações do arquivo README, que está disponível na pasta ‘docs’ do arquivo baixado. Na instalação do OJS, devem ser garantidas as permissões de leitura e escrita em pastas específicas do sistema de arquivos, de forma que o sistema possa gravar os arquivos enviados pelos usuários. Especificamente trata-se das pastas enumeradas abaixo, além da pasta indicada na diretiva ‘files_dir’. n * public n cache n cache/t_cache n cache/t_config n cache/t_compile n cache/_db Deve ser dada atenção especial em relação a localização da pasta indicada em ‘files_dir’, sendo que seu acesso não pode estar disponível diretamente via sistema web, de forma que usuários ou robôs/crawlers não acessem estes documentos sem ser via interface do OJS. Caso a pasta indicada em ‘files_dir’ esteja diretamente visível na web, é possível que arquivos submetidos, avaliações (pareceres) e outros documentos ainda não publicados sejam visualizados por usuários sem permissões para tal (BRITO *et al.*, 2018, p. 138).

Percebido o sucesso na instalação do software, é preciso atentar-se à necessidade do cuidado com os dados do periódico, bem como seus artigos fielmente depositados. Recomenda-se, portanto, a realização de backup de maneira regular e a adoção de medidas referentes à preservação digital.

8.2.3.2 Backup e Preservação Digital

A preservação digital neste caso é entendida para ser aplicada junto aos artigos do periódico e não especificamente aos dados de pesquisas.

Quanto às rotinas de backup, a recomendação é que elas devam ser implementadas para garantir o contingenciamento dos recursos de informação, em caso de falhas ou desastres dos sistemas de apoio, por exemplo. Para o OJS, os elementos que devem ser incluídos em uma rotina de backup são as pastas de uploads de arquivos, indicadas na diretiva ‘files_dir’ do arquivo config.inc.php; a pasta de uploads de arquivos públicos, localizada na pasta ‘public’; e, por último, e não menos importante, a base de dados, também indicada no arquivo

config.inc.php. Adicionalmente, as rotinas de backup podem ser implementadas no sistema de preservação LOCKSS (BRITO *et al.*, 2018, p. 138).

8.2.3.3 Suporte Técnico

A equipe da Tecnologia da Informação (GETIN) da PGE poderá ser responsável pela instalação e pelo suporte técnico para o funcionamento adequado do sistema, atualizações de versão, manutenção preventiva e corretiva, políticas de segurança, entre outras necessidades.

Segundo Brito *et al.* (2018, p. 36), “a maior parte das atribuições da equipe de TI são executadas diretamente no servidor, por meio de linha de comando, sem o acesso à plataforma via interface web.”

Ainda de acordo com Brito *et al.* (2018, p. 36), são tarefas típicas desta equipe:

- Manter uma política de cópias de segurança (backup);
- Aplicar correções importantes, sempre que necessário;
- Atualizar sistematicamente a versão do OJS;
- Garantir a disponibilidade do portal (conectividade, servidores, espaço em disco e outros recursos computacionais adequados);
- Manter o funcionamento adequado do serviço de envio de mensagens;
- Implementar e manter o acesso ao portal via conexão segura (HTTPs).

De maneira geral, não são muitas as tarefas sob responsabilidade da equipe de TI. A maioria delas poderá ser executada diretamente pela interface do OJS, onde se encontram as funções referentes à limpeza de cache (de templates ou de dados), que podem ser necessárias em casos raros, como a instalação ou atualização de um *plugin*, ou para verificar se um comportamento inadequado da plataforma tem relação com algum cache do sistema (BRITO *et al.*, 2018, p. 37).

Existe ainda a previsão de outras tarefas importantes, como a instalação ou atualização de *plugins*, ou ainda a consulta às informações técnicas (como versão do OJS, *plugins* instalados, versão e configuração do PHP). Outrossim, a equipe de TI poderá precisar acessar a plataforma para oferecer suporte técnico aos demais usuários. Pode ser necessário, inclusive, entrar na plataforma como um dos usuários cadastrados, recurso que deve ser utilizado com o devido cuidado (BRITO *et al.*, 2018, p. 37).

8.2.3.4 Digital Object Identifier (DOI)

É necessário atribuir o DOI para todos os fascículos e em cada um dos artigos. É inclusive um dos critérios de ingresso em bases de dados, incluindo o DOAJ.

O DOI faz parte de um sistema que oferece identificadores digitais para objetos que permitem a identificação inequívoca e persistente de qualquer tipo de entidade (física, digital ou abstrata) em toda extensão da internet (BRITO; GUEDES; SHINTAKU, 2013).

Isto quer dizer que, no momento em que os artigos são publicados em periódicos ou ainda depositados em repositórios, todos receberão um identificador digital, o DOI. Essa identificação servirá para que quando citados, as citações sejam reconhecidas e assim, os autores recebam créditos, ou seja, eles poderão contabilizar as citações provenientes da publicação de seus dados de pesquisa ou mesmo de seus artigos (SANTOS *et al.*, 2020).

No Brasil, até então, o órgão responsável pela disponibilização do DOI era a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Sendo assim, será necessário firmar contrato com a entidade que responde pela disponibilização para realizar a compra dos identificadores digitais.

8.2.4 Periodicidade

A periodicidade definida para o periódico será por meio de fluxo contínuo, ou seja, serão publicados artigos ao longo do ano, sem necessitar aguardar o fechamento de um número definido de artigos para a publicação. Ao completar o ano, a revista deverá constar com um número mínimo aproximado de trinta artigos publicados.

8.2.5 Integridade da pesquisa

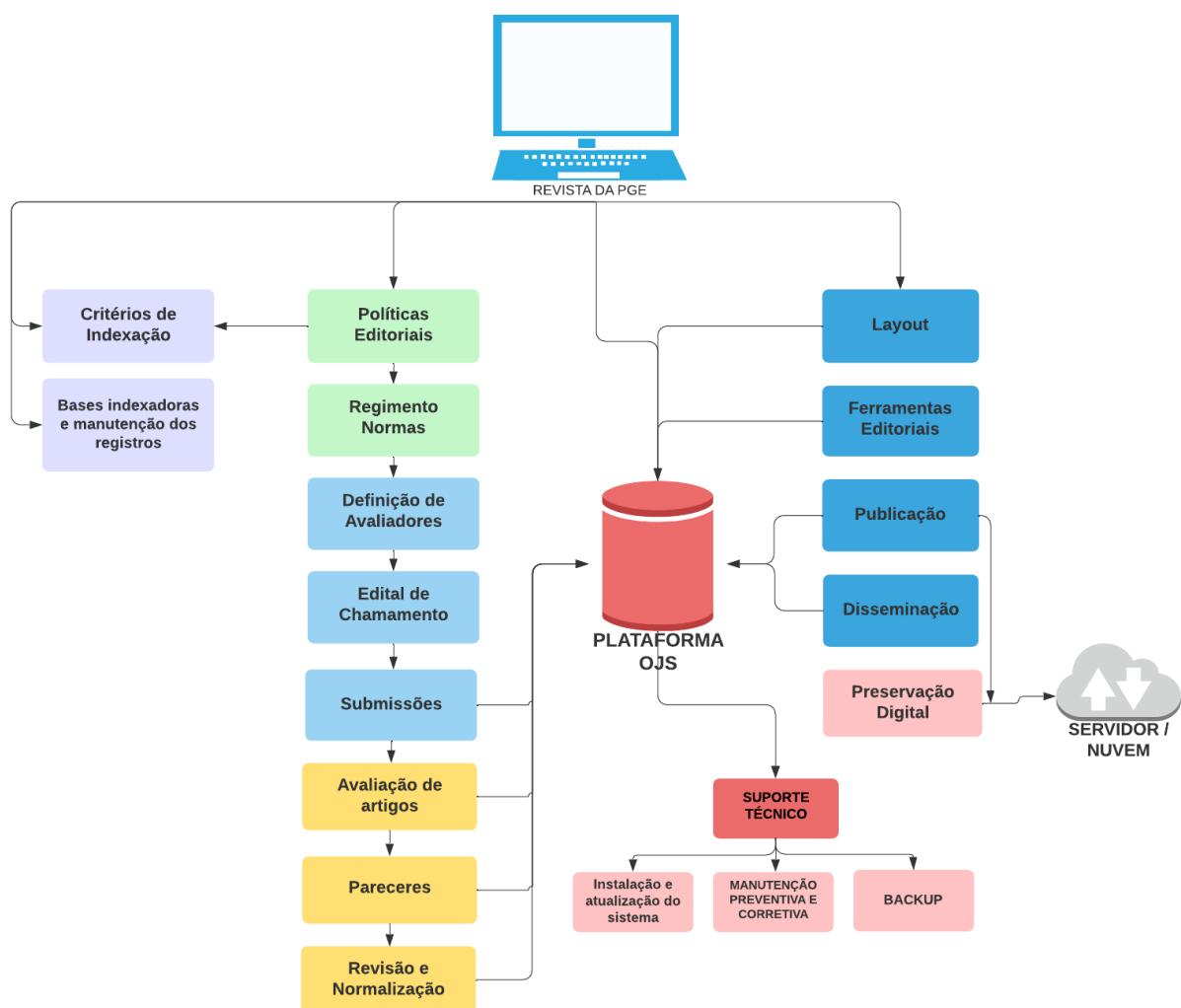
Para garantir a integridade da pesquisa, o periódico precisa oferecer formas de evitar o plágio. Este item faz parte dos critérios de indexação de bases de dados, também incluindo o DOAJ. Recomenda-se o uso de um software de similaridade para identificação de plágio. As versões pagas desse tipo de software costumam possuir eficácia mais elevada, no entanto, algumas versões livres também podem garantir a cobertura deste critério.

Apresentados os principais itens que envolvem a reestruturação da Revista da PGE, cabe ainda destacar que qualquer função atrelada ao processo editorial necessita de atualização constante, pois novas ferramentas surgem a todo momento.

Ademais, é extremamente recomendado que sejam empregadas, além de funções administrativas básicas: planejar, organizar, liderar e controlar, ferramentas de gestão capazes de facilitar o percurso traçado.

Por conseguinte, a partir da proposição de reestruturação da revista, chegou-se ao desenho apresentado pela Figura 10.

Figura 10 - Estrutura proposta para a revista



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Sendo assim, esta é a proposta de reestruturação da Revista da PGE. A partir da adoção do modelo, contendo cada um dos elementos apresentados, o periódico poderá atingir o objetivo estabelecido em 2019 que é de o profissionalizar a sua gestão editorial.

Sabe-se que a estruturação proposta demanda inúmeros recursos, no entanto, os dirigentes poderão optar pela contratação dos serviços relativos ao suporte, servidor exclusivo para a revista, backup, layout, diagramação, edição de texto, entre outros serviços. Empresas especializadas oferecem pacotes bastante completos, capazes de suprir as necessidades, incluindo treinamento da equipe e diversos outros suportes para o bom andamento da revista. Portanto, as opções de gestão e manutenção podem variar entre utilizar recursos próprios ou contratar serviços externos. A combinação de ambas também é válida, desde que sempre se busque o que for mais eficiente e eficaz e que possa sustentar o projeto da revista de forma perene.

“Administrar um periódico requer dedicação e investimento contínuo para que sua qualidade editorial melhore ou mantenha-se estável” (FACHIN; SILVEIRA; ABADAN, 2020).

8.3 PROPOSTA DE UMA POLÍTICA DE EDITORAÇÃO

Conforme apresentado anteriormente, a reestruturação da Revista da PGE deve acontecer por várias frentes: formação de equipe, implantação do software, adoção de critérios básicos para ser reconhecido como um periódico, e também, por meio da definição de uma política de editoração. Para se atingir o objetivo esperado, a política precisa estar alinhada com o planejamento e a realidade local, e deve, ainda, ser do conhecimento de toda equipe de trabalho, ou seja, de todo o corpo editorial da revista. Desta forma ela poderá servir de orientação para as ações do cotidiano e até mesmo na tomada de decisão.

A ISO 9000 (ABNT, 2015) define política como intenções e direção de uma organização expressos formalmente pela alta direção, mas a política também pode ser entendida como um conjunto de regras que se aplica nas empresas e que ajudam a direcioná-las aos seus objetivos. Neste caso específico, a política será produzida com auxílio do CEST, da Comissão Editorial, do Editor e demais membros do Corpo Editorial, sem deixar de ser alinhada com a missão e visão da instituição.

Silveira (2016, p. 93) traz a política como sendo “um documento que tem como foco o usuário”, isto é, autores, leitores, pesquisadores, editores e outros *stakeholders* do periódico.

A proposta da política de editoração da revista veio da busca de um modelo próximo do

que se deseja conquistar, considerando características como: acesso livre, área do conhecimento (Direito), critérios de indexação compatíveis com os exigidos pelo DOAJ, por exemplo.

Para a elaboração da Política Editorial da Revista da PGE, inicialmente, parte-se dos elementos exigidos pelo DOAJ, listados a seguir:

- Foco e escopo;
- Políticas de seção;
- Processo de avaliação por pares;
- Periodicidade;
- Política de acesso livre;
- Arquivamento;
- Política de ética e diretrizes de boas práticas na publicação;
- Deveres do editor;
- Deveres dos autores;
- Deveres da editora;
- Indexação; e
- Licenças.

Contudo, a elaboração da política também considerou como exemplo o documento da política editorial do periódico “Revista de Investigações Constitucionais”, editado pelo Núcleo de Investigações Constitucionais (NINC) da UFPR, considerando as características que o diferenciam como periódico de destaque nacional. É um periódico classificado pela Capes no estrato do Qualis A1, e é indexado em importantes indexadores internacionais, como: DOAJ, Web of Science, Scopus, SciELO e Redalyc.

O documento completo, contendo a proposta da Política de Editoração da Revista da PGE, está disponível junto ao Apêndice B desta pesquisa. Ressalta-se que as diretrizes para autores e condições para submissão serão elaboradas pela equipe editorial que será formada.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção se limita a realizar os apontamentos finais da pesquisa, como o atendimento aos objetivos propostos inicialmente, a sua principal contribuição, limitações e dificuldades enfrentadas, além da possibilidade de desdobramentos a partir deste estudo.

Quanto ao cumprimento do objetivo específico: caracterizar a Revista da PGE, se deu por meio de pesquisa documental a partir das informações contidas no site do periódico e dos números da revista, produzidos entre os períodos de 1986 a 1988 e 2014 a 2021, resultando na elaboração e disponibilização do histórico e de dados referentes ao número de artigos produzidos, sobre a sua estrutura, constatação da ausência do critério de endogenia, entre outros.

Com relação ao objetivo específico: analisar a Revista da PGE com base nos critérios mínimos exigidos para indexação no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), foi realizada a análise documental da página web do diretório na internet. Como resultado, foram elencados e apresentados os critérios mínimos exigidos para a adequação do periódico.

No que tange ao objetivo específico: propor uma política editorial para a Revista da PGE, foi realizado levantamento das diretrizes adotadas pelos portais de periódicos da UFPR, UTFPR, UFSC, UFFS, UFSM e UFRS, que serviram de modelo a ser seguido, bem como dos critérios do DOAJ. Também foi levado em conta o modelo de política editorial adotado pelo periódico “Revista de Investigações Constitucionais” da UFPR. A partir da análise comparativa, elaborou-se uma proposta de Política Editorial para a Revista da PGE, ancorada nas características de um periódico de acesso aberto. Para tanto, optou-se pela adoção dos critérios da base DOAJ como parâmetro, por se tratar de um diretório de acesso aberto que possui *know how* comprovado ao longo do tempo, e por oferecer critérios mínimos para um periódico de acesso aberto.

Por fim, relativo ao objetivo específico: apresentar proposta de automação do processo de editoração científica da revista da PGE e uso do software *Open Journal System* (OJS), foi proposta a adoção do software de editoração científica OJS, versão 3, diante da democratização promovida por ele, visto que se trata de uma ferramenta para o acesso aberto, o que vai ao encontro da proposta deste estudo.

Ressalta-se ainda, que as revistas antigas (impressas) serão digitalizadas para a inclusão de seus artigos, de modo a quebrar artigo por artigo, para torná-los disponíveis em separado, permitindo melhor disseminação e possibilitando o alcance dos critérios de acessibilidade.

Por fim, pretende-se promover a profissionalização dos recursos humanos da Revista, a fim de evitar a descontinuidade dos trabalhos, conforme abordado na seção 8, na qual é apresentada a proposta completa de reestruturação do periódico.

Esta pesquisa cumpriu com seu objetivo de oferecer produtos como resultado, neste caso, promoveu a possibilidade de reestruturação da Revista da PGE, apontando todas as melhorias que o periódico precisa perseguir para alcançar o objetivo traçado para ele, no Centro de Estudos da PGE.

Da mesma forma se dá a concepção da Política Editorial, que complementará a construção de um novo periódico, servindo como modelo importante para a nova fase que poderá surgir em breve, na Revista.

Por sua vez, houve dificuldades, encontradas ao longo do percurso da pesquisa, a maioria delas causada pela pandemia do Corona Vírus. Dentre elas, podemos citar a impossibilidade de pesquisa presencial dentro dos espaços das bibliotecas, no tocante aos materiais físicos, também muito importantes para a elaboração e desenvolvimento do estudo.

Outro ponto importante, e bastante particular, foi o enfrentamento de momentos difíceis envolvendo a saúde dos pais deste mestrando, que resultaram em atrasos na pesquisa.

Resta apenas indicar a continuidade futura desta pesquisa, no tocante ao resultado que a aplicação do modelo proposto deverá apresentar. Quanto às metas para atingir os critérios de indexação, ao funcionamento da equipe e funções inerentes a cada cargo, foi o esperado? Atingiu-se o objetivo? O periódico conseguiu elevar seu status?

REFERÊNCIAS

ABNT. **ABNT NBR 15525**: Informação e Documentação - Número Padrão Internacional para Publicação Seriada - ISSN. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ABNT. **ABNT NBR 6021**: informação e documentação: publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ABNT. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta: movimento de movimentos. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana (org.). **Ciência aberta para editores científicos**. São Paulo: Abec, 2019. Cap. 2. p. 15-19. Disponível em:
https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

APPEL, André Luiz. **Dimensões tecnopolíticas e econômicas da comunicação científica em transformação**. 2019. 172 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em:
<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1024>. Acesso em: 18 out. 2020.

APPEL, A. L.; ALBAGLI, S. Acesso aberto em questão: novas agendas e desafios. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 29, n. 4, p. 187-208, 2019. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/147969>. Acesso em: 01 nov. 2020.

ARAUJO, Paula Carina de; MIGUEL, Sandra. Motivações dos discentes do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para publicar em periódicos científicos no domínio do Direito. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 38-56, mar. 2017. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362017000100038&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2020.

ARAÚJO, Richard Medeiros *et al.* Gestão de Periódicos: um estudo na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 22, n. 49, p. 42-58, 2017. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14750845005>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BLATTMANN, Ursula; BOMFÁ, Cláudia Regina Ziliotto. Gestão de conteúdos em bibliotecas digitais: acesso aberto de periódicos científicos eletrônicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 41-56, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/4/21>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Centro Brasileiro do ISSN. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **O que é o ISSN?** 2021. Disponível em: <http://cbissn.ibict.br/index.php/issn>. Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.753**, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm. Acesso em: 11 nov. 2020.

BINENBOJM, Gustavo. A Advocacia Pública e o Estado Democrático de Direito. **Juris Tantum**, ADVOCEF em Revista, ano X, n. 103, p. 1, set. 2011.

BIBLIOTECA CENTRAL. Universidade Federal de Santa Maria. **Regulamento do portal de periódicos eletrônicos da universidade federal de santa maria**. 2012. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/biblioteca/phocadownload/020%204.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

BIBLIOTECA DIGITAL DE PERIÓDICOS. Universidade Federal do Paraná. **Diretrizes da biblioteca digital de periódicos da Universidade Federal do Paraná**. 2013. Disponível em: https://www.portal.ufpr.br/documentos/BDP/Diretrizes_Biblioteca_Digital_de_Periodicos.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Princípios Norteadores da Política Editorial**: periódicos UFRGS. Periódicos UFRGS. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/wp/sobre/>. Acesso em: 28 set. 2021.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. Universidade Federal de Santa Catarina. **Diretrizes do portal de periódicos da UFSC**. 2016. Disponível em: https://bu.ufsc.br/Diretrizes_PortalPeriodicosUFSC.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

BOAI. Budapest Open Access Initiative. **Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto**. 2002. Disponível em: <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/translations/portuguesetranslation>. Acesso em: 03 out. 2020.

BRITO, R. F. *et al.* **Guia do usuário OJS-Open Journal System**: Versão 3. Brasília: IBICT, 2018.

BRITO, Ronnie Fagundes de; GUEDES, Mariana Giubertti; SHINTAKU, Milton. **Atribuição de identificadores digitais para publicações científicas**: doi para o seer/ojs. Brasília: Ibict, 2013.

CAMPBELL, Robert. Introduction: overview of academic and professional publishing. In: CAMPBELL, Robert; PENTZ, Ed; BORTHWICK, Ian (ed.). **Academic and professional publishing**. Oxford-UK: Chandos publishing, 2012. p. 1-15.

CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CIPRIANO, Myrian Luíza; CARNIELLO, Monica Franchi. Economia Colaborativa: novos modelos de negócio viabilizados pela comunicação digital. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 21, n. 3, out./dez. 2018.

CÔRTES, Pedro Luiz. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA E DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA. In: POBLACION, Dinah Aguiar *et al* (org.). **Comunicação & Produção Científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. Cap. 1. p. 34-55.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DOAJ. Directory of Open Access Journals. **Principles of transparency and best practice in scholarly publishing**. [S.l.]: DOAJ, 2018. Disponível em: <https://doaj.org/bestpractice>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DOAJ. Directory of Open Access Journals. **Guide to applying**. Disponível em: <https://doaj.org/apply/guide/#additional-criteria-for-some-journal-types>. Acesso em: 10 jan. 2021.

DOAJ. Directory of Open Access Journals. **Application form**. Disponível em: <https://doaj.org/application/new>. Acesso em: 10 jan. 2022.

EDITORA UFFS (Chapecó/SC). Universidade Federal da Fronteira Sul. **Política de periódicos científicos da Universidade Federal da Fronteira Sul**. 2015. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/cppg/2014-0005>. Acesso em: 28 set. 2021.

ELUAN, Andrenizia Aquino. **Análise do uso da plataforma Open Journal System para o processo de editoração eletrônica**: um estudo focado nos editores de periódicos científicos eletrônicos de acesso livre em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92481/267849.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FACHIN, Juliana; SILVEIRA, Lúcia da; ABADAN, Diego. Ferramentas de gestão editorial para periódicos em acesso aberto. In: SILVEIRA, Lúcia da; SILVA, Fabiano Couto Côrrea da (org.). **Gestão editorial de periódicos científicos**: tendências e boas práticas. Florianópolis: Bu Publicações Ufsc, 2020. p. 128-168. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208691>. Acesso em: 13 nov. 2021.

FACHIN, Gleisy R. B. **Modelo de avaliação para periódicos científicos on-line**: proposta de indicadores bibliográficos e telemáticos. 2002. 173 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – PPGEP, UFSC, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/83088/185438.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 out. 2020.

FACHIN, Gleisy Regina Bories; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade. **Periódico científico**: padronização e organização. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

FAPESP (São Paulo). **Acesso Aberto**. 2019. Disponível em: https://www.aguia.usp.br/apoio-pesquisador/acesso-aberto-usp/entenda-o-que-e-acesso-aberto/?doing_wp_cron=1603999780.6702959537506103515625. Acesso em: 28 out. 2020.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças Leite. **Mais sobre revistas científicas**: em foco a gestão. São Paulo: Ed. SENAC, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, V. P. O editor de revista científica: desafios da prática e da formação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 147-172, jun./jul. 2010.

GONÇALVES, A.; RAMOS, L. M. S. V. C.; CASTRO, R. C. F. **Revistas científicas**: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. (org.). **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006.

GULKA, J. A.; SILVEIRA, L. A. **Boas práticas para periódicos científicos**. Florianópolis, maio 2018. Disponível em: https://pt.slideshare.net/portal_ufsc/boas-praticas-para-periodicos-cientificos. Acesso em: 30 nov. 2021.

HOUGHTON, John W. The costs and potential benefits of alternative scholarly publishing models. **Information Research**, v. 16, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/16-1/paper469.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

IBICT. Centro Brasileiro do ISSN. **O que é o ISSN?** 2021. Disponível em: <http://cbissn.ibict.br/index.php/issn>. Acesso em: 23 dez. 2021.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica. **OJS em uma hora**: uma introdução ao Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas SEER/OJS versão 2.1.1. Trad. Ramón Martins Sodoma da Fonseca. Brasília: IBICT, 2006. 144 p.

KING, Donald. W.; TENOPIR, Carol. Scholarly Journal and Digital Database Pricing : Threat or opportunity? In: MACKIE-MASON, Jeffrey. Cambridge : MIT, 2004 . [Draft – preprint] Disponível em: http://web.utk.edu/~tenopir/eprints/database_pricing.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o brasil. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, 2006. DOI: 10.18225/ci.inf..v35i2.1144. Acesso em: 15 nov. 2020.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MAIMONE, G.; TÁLAMO, M. F. A atuação do bibliotecário no processo de editoração de periódicos científicos. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 301-321, jul./dez., 2008.

MEADOWS, A. J. **Comunicação Científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENDES, Suênia Oliveira. **Periódicos científicos em acesso aberto**: uma análise do povoamento do directory of open access journals (doaj). 2019. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da

Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204556?show=full>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas. 2009.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. *In: CAMPELLO, Bernadete Santos.; CENDON, Beatriz Valadares.; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.*** Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 73-94.

OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi de. **Uso de periódicos científicos eletrônicos por docentes e pós-graduandos do Instituto de Geociências da USP.** 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-18122006-102446/publico/Erica.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

PACKER, Abel L.; MENEGUINI, Rogério. Visibilidade da produção científica. *In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (org.). **Comunicação & produção científica:** contexto, indicadores e avaliação.* São Paulo: Angellara, 2006. p. 237-259.

PEREIRA, Juan Carlos Debali da Cunha. **Processo editorial de periódicos científicos.** 2019. 175 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204430/PCIN0206-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 out. 2020.

PERI (Curitiba). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Política editorial de periódicos científicos da UTFPR.** 2015. Disponível em: <https://cloud.utfpr.edu.br/index.php/s/R9vmTA3adKFPR2i>. Acesso em: 28 set. 2021.

PKP. Public Knowledge Project. **Open Journal Systems.** 2020. Disponível em: <https://pkp.sfu.ca/ojs/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

PKP. Public Knowledge Project. **About.** 2018a. Disponível em: <https://pkp.sfu.ca/about/history>. Acesso em: 23 set. 2021.

PKP. Public Knowledge Project. **Guide.** 2018b. Disponível em: <https://docs.pkp.sfu.ca/admin-guide/en>. Acesso em: 20 set. 2021.

PRIEM, J.; TARABORELLI, D.; GROTH, P.; NEYLON, C. **Altmetrics: A manifesto.** 26 de outubro de 2010. Disponível em: <http://altmetrics.org/manifesto>. Acesso em: 20 set. 2021.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RIOS, F. P. **Critérios para a indexação de periódicos científicos**. 2018. 152 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidades de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Graduação em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2017.

RIOS, F. P.; LUCAS, E. R. O.; AMORIM, I. S. Manifestos do movimento de acesso aberto: análise de domínio a partir de periódicos brasileiros. **RBBB - Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 148-169, jan. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1152/1103>. Acesso em: 25 out. 2019.

RODRIGUES, Manoel Felix *et al.* Checklist para bibliotecários-editores: um instrumento para identificação da função editor gerente do processo editorial em periódicos científicos que utilizam a plataforma open journal system. **RBBB - Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Anais do XXVII CBBB, Fortaleza, v. 2017, n. 13, p. 2477-2495, dez. 2017. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/issue/view/12>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar n. 317**, de 30 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a organização e funcionamento da Procuradoria Geral do Estado, o regime jurídico dos Procuradores do Estado e estabelece outras providências. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2005/317_2005_lei_complementar.html. Acesso em: 15 ago. 2020.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989**. 1989. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/constituicao_estadual_1989.html. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 1.485**, de 07 de fevereiro de 2018. Aprova o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina. Disponível em: https://www.pge.sc.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1485_2018_Reg_PGE_compilado.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 3.663**, de 25 de novembro de 2010. Aprova o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado e estabelece outras providências. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2010/003663-005-0-2010-005.htm>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SANTOS, Solange M. *et al.* Gestão Editorial: tendências e desafios na transição para a ciência aberta. In: SILVEIRA, Lúcia da *et al.* (org.). **Gestão Editorial de Periódicos Científicos**: tendências e boas práticas. Florianópolis: Bu Publicações Ufsc, 2020. p. 18-55. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208692>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SILVA, F. C. C.; SILVEIRA, L. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, v. 31, p. e190001, 2019. DOI: 10.1590/2318-0889201931e190001. Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVA, Suely Ferreira da. **O periódico Educar em Revista do Setor de Educação da UFPR (1977/200)**: uma análise histórica e temática. 2001. 105 p. Dissertação (Dissertação Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) – PUC-Campinas/UFPR, Campinas, 2001.

SILVEIRA, Lúcia da. **Portais de periódicos das universidades federais brasileiras: documentos de gestão.** 2016. 298 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidades de Informação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/178706>. Acesso em: 03 out. 2021.

SOUZA, Denise H Farias de. **Publicações Periódicas:** processos técnicos, circulação e disseminação seletiva da informação. Belém: Editora Universitária Ufpa, 1992. 229 p.

SPINAK, E. **Os artigos em acesso aberto chegaram para ficar:** em menos de 10 anos aproximam de 50% do nível mundial. 2013. Disponível em: <http://blog.scielo.org/blog/2013/08/28/os-artigos-em-acesso-aberto-chegaram-para-ficar-em-menos-de-10-anos-aproximam-de-50-do-nivel-mundial/>. Acesso em: 18 out. 2020.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Reflexões sobre as revistas brasileiras. **InTexto:** Revista do Mestrado de Comunicação UFRGS, Porto Alegre, n. 3, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3369/3953>. Acesso em: 02 nov. 2020.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Avaliação de originais nas revistas científicas: uma trajetória em busca do acerto. *In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças. Preparação de revistas científicas: teoria e prática.* São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 103-121.

UNESCO. **A ciência para o século XXI:** uma nova visão e uma base de ação. Brasília: Unesco, 2003. 72 p. Texto baseado na "Conferência Mundial sobre Ciência, Santo Domingo, 10-12 mar, 1999" e na "Declaração sobre Ciências e a Utilização do Conhecimento Científico, Budapeste, 1999".

VASCONCELOS, Sonia M. R.. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 3, Set. 2007. Disponível em: http://cienciae-cultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

YAMAMOTO, Oswaldo H. As responsabilidades do editor de um periódico científico. **Estud. psicol.**, Natal , v. 7, n. 1, jan. 2002 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000100001>. Acesso em: 18 nov. 2020.

APÊNDICE A – QUADRO GERAL DE OBJETIVOS DA PESQUISA

Gestão Editorial da Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC)				
Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Fonte de dados	Procedimentos metodológicos	Resultados
<p>Propor a reestruturação da política e gestão editorial do periódico editado pela Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC), a Revista da Procuradoria Geral do Estado, por meio da análise dos critérios de indexação do <i>Directory of Open Access Journals</i> (DOAJ) para a reestruturação da sua gestão editorial.</p>	<p>Caracterizar a Revista da PGE;</p>	<p>Revista da PGE / Site</p>	<p>Pesquisa documental a partir dos números da revista, produzidos entre os períodos de 1986 a 1988 e 2014 a 2020.</p>	<p>Disponibilização do histórico da Revista da PGE.</p>
	<p>Analisar a Revista da PGE com base nos critérios mínimos exigidos para indexação no <i>Directory of Open Access Journals</i> (DOAJ);</p>	<p>DOAJ</p>	<p>Pesquisa descritiva e documental no sítio do DOAJ na internet.</p>	<p>Elencar e apresentar ao Centro de Estudos da PGE, os critérios mínimos exigidos para a adequação do periódico.</p> <p>Proposta de equipe para a Revista.</p> <p>Proposta de uma Política editorial para a Revista da PGE.</p>
	<p>Apresentar proposta de automação do processo de editoração científica da revista da PGE e uso do software <i>Open Journal System</i> (OJS).</p>	<p>Manual do OJS</p>	<p>Levantamento das exigências e adequações necessárias para a adoção e implantação do software Open Journal System (OJS) a partir do guia do sistema e de estudos realizados sobre o processo de implantação e uso.</p>	<p>Proposta de automação do processo de editoração da Revista da PGE, operacionalizado a partir do OJS.</p>

APÊNDICE B – PROPOSTA POLÍTICA EDITORIAL

POLÍTICA EDITORIAL DA REVISTA DA PGE/SC

FOCO E ESCOPO

A Revista da PGE é um periódico de fluxo contínuo, promovido pelo Centro de Estudos da PGE, financiada pelo Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento – FUNJURE. Tem como objetivo principal a publicação de artigos jurídicos de excelência de pesquisadores nacionais e estrangeiros interessados na Advocacia Pública.

A linha editorial da revista segue as principais áreas de pesquisa desenvolvidas pelo núcleo, tendo como eixo central o estudo da Advocacia Pública, Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Tributário, priorizando temas diretamente relacionados a direitos fundamentais, controle de constitucionalidade, relação entre os Poderes, federalismo, processo legislativo, sistemas eleitorais, entre outros.

POLÍTICAS DE SEÇÃO

I ARTIGOS

Seção aberta da revista. Aceita submissão de artigos em fluxo contínuo sobre temas relacionados à sua linha editorial.

Submissões abertas Indexado Avaliado pelos pares

II PEÇA HISTÓRICA

Seção destinada à recuperação da memória sobre defesas vitoriosas realizadas pela PGE a favor do Estado de Santa Catarina. Definido pela Equipe Editorial.

Submissões abertas Indexado Avaliado pelos pares

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

1. A publicação dos artigos submete-se ao procedimento *double blind peer review (duplo cego)*.
2. Os trabalhos são remetidos sem identificação de autoria a dois pareceristas "ad hoc" preferencialmente, portadores de título de Doutor, todos eles exógenos à Procuradoria Geral do Estado.
3. Em caso de controvérsia entre os avaliadores, o artigo é submetido a um terceiro avaliador.

4. Os pareceristas são preferencialmente Doutores afiliados à renomadas instituições ligadas à área do Direito ou instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras.

5. Os critérios utilizados no formulário de avaliação são os seguintes:

- a)** O parecerista se encontra em condições de avaliar o artigo por não haver conflito de interesses? (Se houver conflito de interesse é preciso declará-lo).
- b)** O título reflete de forma clara e suficiente o conteúdo do artigo?
- c)** O artigo cumpre as normas metodológicas da revista?
- d)** O artigo apresenta uma análise científica acerca do tema?
- e)** Há coerência e lógica no desenvolvimento do tema?
- f)** As conclusões correspondem às premissas da pesquisa?
- g)** As referências bibliográficas são suficientes, adequadas e atualizadas?
- h)** Os conceitos empregados ao longo do texto estão, em geral, corretos?
- i)** O conteúdo está de acordo com os critérios de não veiculação de preconceitos e/ou difamação e calúnias que firam a integridade dos leitores e/ou indivíduos citados?
- j)** Utilize este espaço para fazer comentários gerais ou específicos que julgar pertinentes.

6. Os possíveis resultados do processo de avaliação são os seguintes:

- a)** Artigo sem restrições de conteúdo; pode ser aceito para publicação.
- b)** Artigo com pequenas restrições; pode ser aceito mediante revisão do autor; não necessita novo parecer técnico.
- c)** Artigo com grandes restrições de conteúdo; não deve ser aceito para publicação.

7. O processo de avaliação costuma levar até 6 meses.

PERIODICIDADE

A Revista terá volume único, e publicará ao longo do ano a média de trinta artigos, seguindo a lógica de fluxo contínuo.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta é uma revista de acesso aberto, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento. Todo o conteúdo do periódico está disponível gratuitamente e sem custo para o usuário ou sua instituição. Os leitores estão autorizados a ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou criar links para os textos completos dos artigos, ou usá-los para qualquer

outra finalidade lícita, sem pedir permissão prévia do editor ou do autor. Isso está de acordo com a definição de acesso aberto da BOAI.

ARQUIVAMENTO

Esta revista utiliza o sistema LOCKSS para criar um sistema de arquivo distribuído entre as bibliotecas participantes e permite às mesmas criar arquivos permanentes da revista para a preservação e restauração.

POLÍTICA DE ÉTICA E DIRETRIZES DE BOAS PRÁTICAS NA PUBLICAÇÃO

Este periódico tem um compromisso com a ética e a qualidade das publicações, seguindo padrões internacionais de publicação científica. Defendemos um comportamento ético de todas as partes envolvidas na publicação em nosso periódico: autores, editor, pareceristas, Equipe Editorial e a Editora. Não aceitamos plágio ou qualquer outro comportamento antiético. Para isso, são seguidas as diretrizes do *2nd World Conference on Research Integrity*, Singapore, July 22-24, 2010.

Toda e qualquer suspeita de plágio nos manuscritos submetidos à Revista da PGE será investigada seguindo o fluxograma proposto pela COPE's Core Practices. A revista ainda utiliza software¹² de similaridade específico para a identificação de plágio.

DEVERES DO EDITOR:

- **Decisão de publicação:** o editor é responsável por decidir quais artigos submetidos à revista devem ser publicados. O editor é guiado pelas políticas decididas pelo Conselho Editorial. Essas políticas devem obedecer às exigências legais em vigor sobre difamação, violação de direitos autorais e plágio. Para tomada de decisões o editor pode consultar o Conselho Editorial e os pareceristas.
- **Transparência e respeito:** o editor deve avaliar os manuscritos submetidos sem levar em conta a raça, o sexo, a orientação sexual, a crença religiosa, a origem étnica, a nacionalidade ou a filosofia política dos autores.
- **Confidencialidade:** o editor e demais membros da equipe editorial não devem divulgar qualquer informação sobre um manuscrito submetido, a não ser aos pareceristas e os conselheiros editoriais.

¹² O software será escolhido pela Equipe editorial da revista que será formada.

- **Divulgação e conflitos de interesse:** O editor não deve utilizar materiais inéditos divulgados em um manuscrito submetido em pesquisas próprias sem o consentimento expresso e por escrito do autor. O editor deve recusar avaliar os manuscritos em que haja conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou (possivelmente) instituições ligadas aos manuscritos.
- **Envolvimento e cooperação em investigações:** o editor deve tomar medidas necessárias cabíveis quando forem apresentadas reclamações éticas a respeito de um manuscrito submetido ou artigo publicado.

Deveres dos Avaliadores:

- **Contribuição para as decisões editoriais:** a revisão dos pareceristas auxilia o editor na tomada de decisões editoriais e por meio das comunicações com o autor também pode auxiliar o mesmo na melhora do artigo.
- **Pontualidade:** qualquer avaliador de artigo que não se sinta qualificado para analisar o artigo ou sabe que a sua imediata leitura será impossível deve notificar imediatamente o editor.
- **Confidencialidade:** os trabalhos recebidos para análise devem ser tratados como documentos confidenciais. Eles não devem ser mostrados ou discutidos com os outros.
- **Padrões de objetividade:** os pareceres devem ser conduzidos de forma objetiva. Os pareceristas devem expressar seus pontos de vista de maneira clara e apoiados em argumentos.
- **Sobre as fontes:** os pareceristas devem identificar trabalhos publicados relevantes que não foram citados pelos autores. O parecerista deve chamar a atenção do editor sobre qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e qualquer outro *artigo* publicado de que tenha conhecimento pessoal.
- **Divulgação e conflito de interesses:** informações privilegiadas ou ideias obtidas pelo parecerista por meio da leitura dos manuscritos devem ser mantidas em sigilo e não devem ser utilizadas para proveito pessoal. O parecerista não deve avaliar manuscritos em que tenha conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou instituições ligadas aos manuscritos.

Deveres dos Autores:

- **Normas gerais:** os autores de trabalhos que se referem a pesquisas originais devem apresentar um relato preciso do trabalho realizado, bem como uma discussão objetiva sobre o seu significado. Dados complementares devem ser representados com precisão no artigo. O documento deve conter detalhes suficientes e referências que permitam que outros possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas constituem um comportamento antiético e são inaceitáveis.

- **Originalidade e plágio:** os autores devem garantir que as obras são inteiramente originais e se eles utilizam o trabalho e/ou textos dos outros que isso seja devidamente citado. Plágio em todas as suas formas constitui um comportamento editorial antiético e é inaceitável.
- **Publicação múltipla ou redundante:** um autor não deve publicar manuscritos que descrevam essencialmente a mesma pesquisa em mais de um periódico. Publicar o mesmo artigo em mais de um periódico sem informar os editores e obter seu consentimento constitui um comportamento editorial antiético e é inaceitável.
- **Sobre as fontes:** o trabalho de outros autores deve sempre ser reconhecido. Os autores devem citar as publicações que foram importantes na determinação da natureza do trabalho relatado. As informações obtidas em particular, como em uma conversa, correspondência, ou discussão com terceiros, não devem ser utilizadas ou relatadas sem a permissão explícita por escrito da fonte. As informações obtidas por meio de serviços confidenciais, tais como arbitragem de manuscritos ou pedidos de bolsas, não devem ser utilizadas sem a permissão explícita por escrito do autor do trabalho envolvido nestes serviços.
- **Autoria:** a autoria do trabalho deve ser restrita àqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado. Todos aqueles que fizeram contribuições significativas devem ser listados como coautores. Pessoas que participaram em certos aspectos do projeto de pesquisa devem ser listadas como colaboradores. O autor principal deve garantir que todos os coautores apropriados estejam incluídos no artigo. O autor principal também deve certificar-se que todos os coautores viram e aprovaram a versão final do manuscrito e que concordaram com sua submissão para publicação.
- **Divulgação e conflitos de interesses:** todos os autores devem divulgar no manuscrito qualquer conflito financeiro ou de outra natureza que possa influenciar os resultados ou a interpretação de seu manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.
- **Erros fundamentais em trabalhos publicados:** quando um autor descobre um erro significativo ou imprecisão em seu trabalho publicado é obrigação do autor informar imediatamente o editor da revista e cooperar com o editor para corrigir o artigo.

DEVERES DA EDITORA

Estamos empenhados em garantir que publicidade, reimpressão ou qualquer outra fonte de receita comercial não tenha qualquer impacto ou influência sobre as decisões editoriais.

Os artigos são avaliados por pares para garantir a qualidade da publicação científica.

INDEXAÇÃO

A Revista da PGE está indexada nas seguintes bases de dados ¹³ e agregadores.

CUSTOS DE PROCESSAMENTO DE ARTIGOS

A submissão e o processamento de artigos são gratuitos, não havendo nenhum valor a ser pago pelos autores.

LICENÇAS

Esta revista está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional. Recomenda-se o uso da variação CC-BY.

CONTATO:

Avenida Osmar Cunha, n. 220, Edifício JJ Cupertino Medeiro, Florianópolis (SC), Brasil, CEP 88015-100

Telefone: +55 48 36647500

E-mail: revistapgesc@pge.sc.gov.br (e-mail sugerido – não existe e-mail exclusivo para a revista)

<https://www.revistapgesc.com.br> (endereço sugerido – necessita criação do site da revista)

¹³ A revista fará o pedido de indexação para o DOAJ e se adequará às outras bases para futura indexação.